

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR E  
DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Jessica Natali dos Reis Ochoa

Mediação do investimento em relacionamentos amorosos por  
plataformas *online* e a expropriação do amor

São Paulo

2022

JESSICA NATALI DOS REIS OCHOA

Mediação do investimento em relacionamentos amorosos por  
plataformas *online* e a expropriação do amor

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção de título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (PSA)

Linha de pesquisa: Psicologia, instituições e sociedade: mediações do desenvolvimento humano.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva

São Paulo

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ochoa, Jessica Natali dos Reis

Mediação do investimento em relacionamentos amorosos por plataformas online e a expropriação do amor / Jessica Natali dos Reis Ochoa; orientador Pedro Fernando Da Silva. -- São Paulo, 2022.

125 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Dominação. 2. Amor. 3. Plataformas Online. 4. Relacionamentos Online. 5. Teoria Crítica da Sociedade. I. Da Silva, Pedro Fernando, orient. II. Título.

## FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: Jessica Natali dos Reis Ochoa

Título: Mediação do investimento em relacionamentos amorosos por plataformas *online* e a expropriação do amor

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção de título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 17 de outubro de 2022

### Banca Examinadora

Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva (orientador)

Instituição: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP

Prof.(a) Dr.(a): Kety Valéria Simões Franciscatti

Instituição: Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)

Julgamento: \_\_\_\_\_ Ass.: \_\_\_\_\_

Prof.(a) Dr.(a): Cláudia Helena Gonçalves Moura

Instituição: Universidade José do Rosário Vellano

Julgamento: \_\_\_\_\_ Ass.: \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho a todos os que estão  
à margem.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao David por me acompanhar em toda essa jornada e ter me dado suporte com tudo que estava a seu dispor.

Aos amigos que se dispuseram a ouvir os tantos pensamentos que me ocorreram nesse processo, especialmente, a Adriana e o Victor.

Aos diversos colegas e professores com quem dialoguei e contribuíram para a minha formação, como Grupo de Trabalho Violência e Formação.

Ao Grupo de Pesquisa Prismas, onde pude aprender muito e dividir importantes experiências com a Kety, a Cynthia, a Cristiane, o Hérrik, o Edson e outros bons companheiros.

Ao Pedro, por além de ser meu orientador ter me apresentado a Teoria Crítica, ampliando os horizontes do meu pensamento.

Aos professores da banca examinadora de qualificação e defesa, por se disporem a ler meu trabalho e contribuir com suas experiências.

Aos funcionários do Instituto de Psicologia, em particular, o Gustavo da pós-graduação, a dona Jailza da limpeza e o Wanderlei da biblioteca por serem muito prestativos.

E aos meus familiares, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram com suas palavras.

## Resumo

Esta pesquisa investiga e debate, em âmbito teórico, a mediação dos relacionamentos afetivo-sexuais realizada por redes sociais, considerando o progressivo aumento desse fenômeno no Brasil, decorrente da difusão do acesso à internet e alto índice de uso dessas plataformas. A partir desse contexto, esta pesquisa tem por objetivo analisar, pela perspectiva da Teoria Crítica, a imposição da dominação social sobre o desenvolvimento da capacidade de amar e compreender como a mediação exercida pelas plataformas *online* sobre o investimento em relacionamentos amorosos se articula com esse movimento. Para tanto, se realizou a construção da fundamentação teórica, organizada em dois capítulos teóricos, e a revisão integrativa da literatura a respeito dos relacionamentos *online*. A revisão selecionou 11 artigos por meio das bases de dados Scielo e BVS. A partir das obras de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, a pesquisa delineou como principal tendência social a expropriação do amor, realizada pelo aprisionamento das pulsões ao funcionamento da totalidade, e concluiu que as plataformas online reproduzem essa tendência na mediação do contato ofertada, na medida em que é modelada para produzir lucro pela extração de dados de seus usuários.

Palavras-chave: Dominação, Amor, Plataformas *Online*, Relacionamentos *Online*, Teoria Crítica da Sociedade

## **Abstract**

This research investigates and debates, in a theoretical scope, the mediation of affective-sexual relationships carried out by social networks, considering the progressive increase of this phenomenon in Brazil, due to the diffusion of internet access and the high rate of use of these platforms. From this context, this research aims to analyze, from the perspective of Critical Theory, the imposition of social domination on the development of the capacity to love and to understand how the mediation exercised by online platforms on investment in romantic relationships is articulated with this movement. To this end, the construction of the theoretical foundation was carried out, organized into two theoretical chapters, and an integrative review of the literature on online relationships. The review selected 11 articles through the Scielo and BVS databases. Based on the works of Theodor Adorno, Max Horkheimer and Herbert Marcuse, the research outlined the expropriation of love as the main social tendency, carried out by the imprisonment of drives to the functioning of the totality, and concluded that online platforms reproduce this tendency in the mediation of contact offered, as it is modeled to produce profit by extracting data from its users.

**Keywords:** Domination, Love, Online Platforms, Online Relationships, Critical Theory of Society



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Detalhamento dos artigos selecionados.....	92
Tabela 2 - Manifestações concernentes aos relacionamentos online.....	104

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Exemplo de produtividade no lazer 1.....	66
FIGURA 2 - Exemplo de produtividade no lazer 2.....	66

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	10
2.	MÉTODO .....	14
3.	RAZÃO, TECNOLOGIA E CAPITALISMO: A REGRESSIVA CONSTRUÇÃO DO PROGRESSO.....	16
3.1.	Razão e Tecnologia: o declínio do pensamento.....	16
3.2.	Capitalismo e História: construção, atualizações e contradições.....	26
3.3.	A memória para o agora.....	44
4.	AMOR E DOMINAÇÃO SOCIAL.....	47
4.1.	Conceituação de Amor e Ideologia.....	47
4.2.	Psicanálise freudiana: corpo, libido e amor.....	51
4.3.	Dominação e subjetividade: a expropriação do amor.....	59
4.4.	Teoria crítica e a persistência do amor.....	81
5.	PLATAFORMAS <i>ONLINE</i> E A MEDIAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS.....	85
5.1	Relacionamentos amorosos <i>online</i> : revisão integrativa da literatura..	91
5.1.1	<i>As abordagens teóricas</i> .....	93
5.1.2	<i>Manifestações concernentes aos relacionamentos online</i> .....	102
5.2	Conclusão.....	112
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	Referências.....	118

## 1. INTRODUÇÃO

Falar de amor é tão instigante quanto custoso. Diante das incontáveis experiências que assim se denominam, abordá-lo sempre implica o risco de invalidar aquilo que é muito especial para alguém. Como fenômeno vivo e em transformação não cabe em conceitos fechados. No entanto, dentre as várias qualidades que podem ser atribuídas ao amor, deve-se destacar o seu potencial humanizante. O encontro com o outro é uma importante experiência formativa, essencial para o desenvolvimento de outras faculdades como o pensamento, a memória e a imaginação.

A história da civilização, em contrapartida, de acordo com a perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade - especificamente de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse -, se construiu mediante o exercício da dominação sobre a natureza e da dominação de uns sobre os outros. A presente sociedade progrediu sem realizar o seu propósito mais fundamental: garantir a vida para todos, com o atendimento a todas as suas necessidades e potencialidades. Seu progresso vem se efetuando na ampliação de seu potencial produtivo em conjunto com o agravamento da desigualdade social e da exploração do trabalho - é regressivo. Apesar da força produtiva para a construção de condições plenas ao desenvolvimento humano, à liberdade e à justiça, persiste a má distribuição dos bens e recursos de modo sistemático; o processo técnico, podendo ser meio para a promoção da vida, torna-se fim em si mesmo e a vida é continuamente reificada.

A imposição de uma organização social que não tem os indivíduos por finalidade se dá por meio da necessidade de sobrevivência. A princípio, a civilização protegeu o indivíduo dos perigos da natureza. Atualmente, o medo de ser excluído da sociedade corresponde ao medo primitivo da aniquilação física, tornando a adaptação um imperativo. A ameaça de aniquilação produz um medo difuso e, para se conservarem, os indivíduos, alienados e impotentes em relação à totalidade, realizam contínuas renúncias - o sacrifício se torna elemento da subjetividade.

Por outro lado, a apropriação da sociedade por parte da subjetividade se estabelece como um importante limite à socialização que visa uniformizar a todos, destruindo suas qualidades. Isto porque a partir da apropriação subjetiva se abre uma margem ao questionamento e à diferenciação. Para o controle dos potenciais questionamentos e contraposições do indivíduo, se desenvolvem na cultura

refinados mecanismos de ajustamento; a pseudocultura ofertada para apropriação garante a conformação em cada indivíduo, deformando-lhes a consciência; os produtos da indústria cultural, oferecendo sempre o mesmo, preenchem seu tempo livre sem deixar brechas.

O desenvolvimento da subjetividade acontece mediado por estas condições, de modo que a formação de indivíduos livres e autônomos se torna possível apenas em uma sociedade que garanta as condições materiais necessárias para a liberdade. O modo de produção vigente, entretanto, se organiza para que um grupo muito reduzido de indivíduos possa concentrar riquezas às custas da exploração do trabalho e da fome de muitos. Assim, para o estudo do amor, torna-se importante analisar quais condições têm sido oferecidas para o desenvolvimento da capacidade de amar e os processos que o cerceiam, ou seja: quais tendências sociais operam sobre o desenvolvimento da capacidade humana de amar?

A compreensão dessas tendências é essencial para a interpretação dos fenômenos atuais, que muitas vezes se apresentam como uma novidade dissociada do processo histórico. Dentre esses fenômenos está o uso de plataformas *online* para a procura de relacionamentos amorosos, que ganha significância no Brasil com a disseminação do acesso à internet e o alto consumo de redes sociais.

No Brasil, a ampliação do acesso à internet, em decorrência da difusão de *smartphones*, atingiu cerca de 152 milhões de usuários em 2020 e foi acompanhada pelo crescente uso dessas plataformas (Cetic.br, 2021). O país apresenta, atualmente, a quarta maior média diária de tempo gasto em redes sociais: 3 horas e 47 minutos (Volpato, 2022). O Brasil também se tornou, em 2018, o segundo maior mercado para a empresa Match Group, dona do Tinder e outras marcas de aplicativos de relacionamento (Gomes, 2018).

A preocupação com a qualidade de tais relacionamentos, em comparação com os presenciais, tende a ocultar sua outra face, que é determinante: a mediação realizada por tais plataformas. Embora estas se apresentem de modo neutro, como apenas mais um meio para a comunicação, não deixam de ser empresas muito bem alinhadas ao capitalismo de monopólios. O Facebook, por exemplo, além de ser a rede social mais popular, é a oitava marca mais valiosa do mundo: 186 bilhões de dólares (G1, 2022).

Como empresas com interesses econômicos bem demarcados, as redes sociais não podem ser consideradas neutras. Sua configuração *online* não a aliena

da totalidade. A promessa de facilitar o encontro com o outro e ampliar as possibilidades de contato de modo gratuito (ou acessível) e prático, encobre o funcionamento mercantil dessas plataformas, o seu caráter de negócio lucrativo. O advento da internet é recente e todas as mudanças que proporcionou parecem retirar o vínculo do ambiente *online* com a realidade. Entretanto, esta pesquisa parte do pressuposto de que as plataformas online correspondem às tendências sociais estabelecidas no desenvolvimento da sociedade e, pensando especificamente sobre a busca do contato com o outro em sentido afetivo-sexual, propõe como problema principal: como a mediação do investimento em relacionamentos amorosos exercida pelas plataformas *online* se articula com as tendências sociais que operam sobre o desenvolvimento da capacidade de amar?

Ressalta-se que o que se compreende por amor e por relacionamentos amorosos tem significativa diferença. O amor é abordado em sua dimensão conceitual, construída a partir dos referenciais teóricos. Já o termo amoroso é utilizado para qualificar o relacionamento em sentido afetivo-sexual. Desse modo, o uso de relacionamento amoroso visa abranger toda a diversidade de união afetivo-sexual entre as pessoas, duas ou mais, sem se restringir a gênero, orientação sexual, tempo de vinculação e modos de relacionamento. Destaca-se, também, que o termo investimento se refere ao empenho realizado para o contato com um outro, seja na procura por parcerias ou na manutenção de relacionamento estabelecido.

Ademais, o presente trabalho irá priorizar o termo plataforma *online* para se referir aos sites e/ou aplicativos voltados à interação social como o Facebook, Whatsapp e Tinder. Embora estes possam ser denominados como redes sociais e mídias sociais, compreende-se que estes termos não valorizam a dimensão estrutural e material desses ambientes. O termo redes sociais enfatiza mais as relações entre os usuários desses meios e mídias sociais é um termo que pode ser confundido com os materiais que circulam nesses ambientes, como fotos, músicas e vídeos. O termo plataforma digital também estaria correto, porém o qualitativo *online* remete mais diretamente ao âmbito da internet e não apenas à tecnologia eletrônica.

Portanto, a pesquisa tem por objetivo analisar, pela perspectiva da Teoria Crítica, a imposição da dominação social sobre o desenvolvimento da capacidade de amar e compreender como a mediação exercida pelas plataformas online sobre o investimento em relacionamentos amorosos se articula com esse movimento.

Em relação à organização, o trabalho foi desenvolvido em três capítulos principais: dois de fundamentação teórica e um de revisão integrativa.

O Capítulo 3 - *Razão, Tecnologia e Capitalismo: a regressiva construção do progresso* - levantou as transformações da razão em relação ao avanço tecnológico de modo a compreender como a dominação se expressa pelo esclarecimento, produzindo uma racionalidade que relativiza os fins, tornando-os alheios ou contrários à promoção da vida. E resgatou o processo histórico de construção do capitalismo como modo de produção, evidenciando suas atualizações e contradições.

O Capítulo 4 - *Amor e Dominação Social* - levantou concepções a respeito do amor, a partir de Freud, Adorno, Horkheimer e Marcuse, enfatizando seu potencial humanizante e seu potencial de resistência e transformação; e delineou de que modo a dominação atinge a subjetividade e, em especial, o desenvolvimento da capacidade humana de amar, estabelecendo uma tendência à expropriação do amor.

E o capítulo 5 - *Plataformas online e a mediação do investimento em relacionamentos amorosos* - apresenta um panorama sobre a difusão das plataformas *online*. Realiza a análise da revisão integrativa da literatura sobre relacionamentos *online* a partir de duas frentes: as abordagens teóricas e as manifestações concernentes aos relacionamentos *online*. Ao final, se expõe uma conclusão que visa atender aos objetivos propostos, relacionando a fundamentação teórica aos dados da revisão.

Assim, espera-se contribuir para o debate dos relacionamentos *online* apresentando uma perspectiva crítica de interpretação que não negue o sujeito, nem a sociedade em sua análise.

## 2. MÉTODO

Para atender ao objetivo de analisar, pela perspectiva da Teoria Crítica, a imposição da dominação social sobre o desenvolvimento da capacidade de amar e compreender como a mediação exercida pelas plataformas online sobre o investimento em relacionamentos amorosos se articula com esse movimento, a presente pesquisa se organizou em dois movimentos: a construção da fundamentação teórica e a realização de revisão integrativa da literatura.

O primeiro movimento consistiu em realizar a fundamentação teórica, organizada em dois capítulos teóricos. O primeiro teve por objetivo levantar a relação entre razão e tecnologia, a partir de Horkheimer, Adorno e Marcuse, e a consolidação histórica do capitalismo, pela obra de Hobsbawm. O segundo buscou abordar a incidência da dominação social sobre a capacidade humana de amar e se orientou pelos trabalhos de Horkheimer, Adorno, Marcuse, Freud e pesquisadores contemporâneos com mesma abordagem. Assim, foi possível delimitar tendências atreladas ao desenvolvimento da sociedade que restringem o estabelecimento pleno do amor, além de evidenciar sua importância como barreira à socialização total.

O segundo movimento, por sua vez, teve por objetivo a investigação da mediação de relacionamentos amorosos por plataformas *online*. Para tanto, se realizou uma revisão integrativa da literatura sobre o tema. A coleta de artigos foi realizada em julho de 2022 com uso das bases de dados Scielo<sup>1</sup> (*Scientific Electronic Library Online*) e BVS<sup>2</sup> (Biblioteca Virtual em Saúde). Para a pesquisa, em ambas as bases de dados, foram utilizados oito descritores: “amor *online*”, “relacionamento *online*”, “amor virtual”, “relacionamento virtual”, “amor digital”, “relacionamento digital”, “amor e internet” e “relacionamento e internet”.

Na primeira etapa de seleção foram considerados como critérios de inclusão: a) pesquisas realizadas no Brasil; b) escritas em português, c) circunscritas nas áreas de Psicologia, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Ciências Sociais, Educação, Sexualidade, Comunicação, Saúde Coletiva e Feminismo; d) publicadas nos últimos 10 anos, ou seja, desde 2012. A partir dos descritores e critérios foram selecionados 14 artigos da Scielo e 43 artigos da BVS, totalizando 57 artigos.

---

<sup>1</sup> <https://www.scielo.br/>

<sup>2</sup> <https://bvsalud.org/>

Para a segunda etapa de seleção, foram lidos os resumos dos artigos selecionados e definidos temas e subtemas. Estabeleceu-se, então, como novo critério de inclusão artigos que abordassem o relacionamento amoroso *online*, reduzindo o total para 20 artigos. A terceira etapa tinha por objetivo reduzir a repetição, de modo que se definiu os seguintes critérios de exclusão: a) em caso de tema e subtema repetidos com mesmo autor, deve ser escolhido para permanecer o artigo mais recente; b) em caso de tema e subtema repetidos com autores diferentes, deve ser escolhido o artigo referente a pesquisa empírica, senão o mais recente. Assim, chegou-se à seleção final com 11 artigos.

Por fim, os artigos selecionados foram analisados em dois aspectos: abordagem utilizada e fenômenos decorrentes da mediação online dos relacionamentos. A análise se orientou pela fundamentação previamente elaborada e outras pesquisas contemporâneas relacionadas à temática.



### **3. RAZÃO, TECNOLOGIA E CAPITALISMO: A REGRESSIVA CONSTRUÇÃO DO PROGRESSO**

Para fomentar as análises a que este trabalho se propõe é essencial, por um lado, a compreensão de como a relação entre razão e tecnologia vem se construindo ao longo da história; que conjunto de verdades e valores estiveram atrelados à tecnologia; se caminharam sempre no mesmo sentido; quais propósitos visavam atender; a quais organizações sociais refletiram e para onde conduziram a humanidade. Para tanto se aproveitará do trabalho realizado pelos pensadores da Escola de Frankfurt: Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Por outro lado, considerando que o modo de produção vigente é o capitalismo, cabe indicar seu desenvolvimento, considerando sua emergência, suas crises e transformações, e como estas ocorrem com o próprio desenrolar da História Contemporânea. Dessa maneira, recorre-se à obra do historiador marxista Eric Hobsbawm.

O levantamento desses elementos permitirão a identificação de marcadores e tendências sociais que se estendem sobre a realidade atual e clareiam a apreensão de sua organização e direção, evitando a falsa impressão de que esta, por sua acelerada transformação tecnológica, esteja descolada da história.

#### **3.1. Razão e Tecnologia: o declínio do pensamento**

A técnica compõe a história humana e recebe atribuições e valores, racionais ou irracionais, de acordo com a organização social vigente. Não é possível apreendê-la sem observar como se articula com o modo de produção em seu movimento histórico. O debate a respeito do progresso tecnológico, como meio ou como fim em si mesmo, ainda levanta discussões sobre ideologia, pensamento, divisão social do trabalho, autoconservação, adaptação e, principalmente, dominação. Torna-se importante, assim, explorar esses elementos para uma crítica mais apurada da realidade presente.

De início, é importante demarcar a diferença indicada por Marcuse entre tecnologia e técnica. Para além de um conjunto de técnicas, a tecnologia se refere ao próprio modo de produção da sociedade: define e controla as relações sociais; é um processo social que opera a dominação. A técnica, por sua vez, tem seu papel atribuído na sociedade a partir do modo de produção em vigor, da tecnologia

estabelecida: “A técnica impede o desenvolvimento individual apenas quando está presa a um aparato social que perpetua a escassez (...)” (Marcuse, 1941/1999, p.101). Portanto, a depender da racionalidade e irracionalidade da tecnologia, a técnica pode servir aos interesses da manutenção da vida ou de sua destruição.

A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação (Marcuse, 1941/1999, p.73).

Considerando a definição da tecnologia como um aparato total, torna-se pertinente o estudo da razão, um dos mais importantes objetos de investigação da primeira geração da Escola de Frankfurt. Analisar os caminhos realizados pelo pensamento ao longo da história permite compreender como os modos de produção vem operando e, em consequência, quais foram os usos escolhidos para as técnicas; permite ir além das justificativas ideológicas sobre os propósitos da tecnologia atual. Dessa forma, para aprofundar essa discussão, serão expostas a seguir as contribuições de Max Horkheimer com o conceito de instrumentalização da razão, de Horkheimer e Theodor Adorno com o conceito de esclarecimento e de Herbert Marcuse com o conceito de racionalidade tecnológica.

A construção do conceito de razão, elaborada pela cultura ocidental, se inicia na Grécia Antiga, tendo Sócrates como expoente, mas os significados que lhe foram atribuídos mudaram conforme o movimento da sociedade. De acordo com Horkheimer (1947/2015), os sistemas filosóficos racionalistas, de Platão ao idealismo alemão, fundamentavam a razão como uma teoria objetiva, isto é, como uma teoria que deveria ir além da experiência individual; um sistema que abrangesse a realidade de todos os seres e coisas, que regulasse as relações dos seres humanos entre si e com a natureza e que fosse capaz de produzir conceitos que definissem os fins da sociedade: “Quando a ideia de razão foi concebida, pretendia-se alcançar mais do que a mera regulação da relação entre meios e fins: ela era encarada como um instrumento para entender os fins, para *determiná-los*” (p.18). Desse modo, a razão objetiva poderia se referir tanto a uma “estrutura inerente à realidade”(p.19), quanto ao exercício do pensamento de refletir a realidade em sua universalidade.

Na sociedade industrial, entretanto, outra dimensão da razão se tornou hegemônica: a razão subjetiva. Petry (2013) compreende que Horkheimer não opõe completamente a razão objetiva à razão subjetiva. Ambas seriam componentes da razão em sua totalidade, sendo a razão objetiva responsável pela determinação dos fins da humanidade e da natureza, em sentido universal, e a razão subjetiva responsável pela coordenação dos meios para o alcance desses fins. Em um sentido racional, dando primazia à vida, a razão subjetiva estaria subordinada à razão objetiva. Todavia, a sociedade rumou no sentido inverso e a razão subjetiva predominou sobre a objetiva, ou seja, os meios passaram a ser direcionados a fins relativizados, alheios ou contrários à manutenção da vida - fins irracionais. Horkheimer (1947/2015) definiu este processo de inversão como instrumentalização da razão.

Para uma reflexão histórica da instrumentalização da razão, Horkheimer (1947/2015) propõe uma análise que demarca movimentos significativos, dentre os quais está a separação entre razão e religião. Esta tem início a partir do Renascimento, quando a revalorização da era clássica, realizada inicialmente no âmbito da Igreja pela escolástica, é acompanhada por um processo de rompimento com o dogmatismo religioso para delegar à filosofia o propósito de determinar a verdade última. Não obstante, no percurso para o Iluminismo, a razão objetiva, em seu processo ascendente, abriu margem para seu próprio declínio. Ao mesmo tempo que propunha uma vida mais humana, orientada pela razão - como se buscou implementar na vida pública e individual da França no século XVI -, a elite pensante adotava uma postura tolerante em relação aos conflitos com a Igreja. Por conseguinte, a razão, mais adaptável a interesses dominantes, perdeu resistência à irracionalidade. O resultado dessa separação, segundo Horkheimer, não foi o fim da Igreja, que perdeu seu lugar na definição da verdade objetiva e foi neutralizada como um bem cultural, mas sim da metafísica: “no fim, eles [filósofos do Iluminismo] mataram não a igreja, mas a metafísica e o próprio conceito objetivo de razão” (p.26).

Outro marcador se refere às transformações advindas das revoluções liberal e industrial no século XVIII. Para Horkheimer (1947/2015), as Revoluções Francesa e Americana expressavam implicações políticas da metafísica racionalista. Por outro lado, ressalta que seus conceitos objetivos, como o conceito de nação, logo entraram em conflito com o ideário subjetivista, como a teoria do autointeresse. As

condições sociais precárias, que se estabeleceram na sociedade industrial, invalidaram a ideologia de coincidência entre o interesse econômico individual e o interesse econômico social, de modo que apenas o fortalecimento das tendências relativistas poderiam sustentá-la. Assim, é na era industrial que a razão objetiva, que até então redefinia os fins universais para os grupos privilegiados da crescente burguesia, abdicou de sua autonomia. O pensamento reificado se adaptou ao processo industrial como um dispositivo para otimizar o trabalho. Os fins foram esvaziados de seus conteúdos racionais e relativizados para atender a interesses privados e dominantes no capitalismo. Nesse cenário, correntes como o positivismo e o pragmatismo ganharam lugar a partir do século XIX:

Abrindo mão de sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, acentuado pelo positivismo, enfatiza-se sua falta de relação com o conteúdo objetivo; no seu aspecto instrumental, acentuado pelo pragmatismo, enfatiza-se sua rendição a conteúdos heterônimos. (Horkheimer, 1947/2015, p.29)

Para exemplificar as consequências da instrumentalização da razão, Horkheimer (1947/2015) aponta o princípio de maioria, que sem sua base racional é facilmente manipulado e quanto mais atende a interesses alheios enviesados, mais substitui o papel da razão. A arte também não saiu ilesa e suas obras, anteriormente fonte de expressão do universal, foram convertidas em mercadorias culturais. No âmbito intelectual, enquanto o positivismo rompia a relação do saber com o objeto na ciência, limitando a experiência ao contexto de experimento, a filosofia, que buscava ser a nova responsável pela determinação dos fins, se rebaixou a justificar a sociedade em sua face industrial: o pragmatismo assumiu seu lugar na divisão social do trabalho como trabalho intelectual produtivo, dirigido ao alcance de propósitos e rendimentos. E para atender com eficiência a esses propósitos, a razão subjetiva, delimitada como uma faculdade intelectual, substituiu a verdade pelo cálculo, pela probabilidade.

Em suma, sem a razão objetiva, a relação da razão com os objetos se perde e a experiência é inviabilizada. Sem a busca por uma verdade pautada na realidade e no bem comum, os fins passam a ser definidos por interesses particulares da elite dominante. A substituição da verdade objetiva por uma razão formalizada manipula o julgamento das ações da humanidade. As ideias humanitárias universais como justiça, igualdade e democracia, se tornam apenas formas sem conteúdo: “os

conceitos tornaram-se tão vazios de substância que podiam ser usados, de modo sinônimo, para advogar a opressão” (Horkheimer, 1947/2015, p.33). O processo de instrumentalização da razão reduz sua função à dominação dos indivíduos e da natureza. Seu potencial para a vida é destruído: “isso é paralelo à tendência social geral de destruição das forças produtivas, precisamente em um período de enorme crescimento dessas forças” (p.66).

A divisão da razão em objetiva e subjetiva, com o movimento de predomínio da segunda sobre a primeira na história ocidental, explicam contradições na organização do pensamento e seu processo de instrumentalização a favor da dominação. Mas essa análise se torna mais abrangente no trabalho de Horkheimer em conjunto com Adorno, quando os autores pensam na história do esclarecimento desde sua origem, a magia, e constataam que o esclarecimento, em todas suas manifestações, vem refletindo a ordem social material.

Horkheimer e Adorno (1947/2006a) puderam identificar uma estratégia, que vêm se atualizando na história, para o controle sobre a natureza e sobre os indivíduos: o processo de unificação do todo. Os autores elucidam que para atingir uma unidade administrável, o esclarecimento vem impulsionando a destruição das diferenças, conforme se evidencia na evolução dos modelos de substituição do indivíduo. Inicialmente na magia, se entendia que a pessoa poderia ser substituída por algum objeto seu, de modo que o que acontecesse ao objeto também aconteceria à pessoa. Com o sacrifício, explorado pelas religiões, essa substitutividade específica fica mais abrangente ao colocar certo gênero de animal no lugar do indivíduo a ser oferecido. Mas na sociedade burguesa, a substituição deixa de ser específica e passa a operar a “fungibilidade universal” (p.22). Por um lado, pelo princípio econômico da troca que abstrai as qualidades das mercadorias e as especificidades de cada trabalho para comparar o incomparável. Por outro lado, pela ciência positivista que, no sentido de classificar, calcular e deduzir, torna tudo e todos exemplares indiferentes para sua manipulação. Gradativamente, o esclarecimento estaria cerceando as possibilidades de diferenciação e destruindo progressivamente as qualidades particulares dos indivíduos para sua administração mais eficiente.

Assim, Horkheimer e Adorno (1947/2006a) alegam que “o esclarecimento é totalitário” (p.19) e sua compulsão a desvelar tudo que esteja além de seu domínio tem origem no medo primitivo da natureza. Os autores argumentam que o

transcendente não seria uma projeção humana e sim “o eco da real supremacia da natureza nas almas fracas dos selvagens” (p.25). Para garantir a sobrevivência frente a essa supremacia, a civilização buscou controlar a natureza pela explicação - desencantá-la para exercer sobre ela e com ela a dominação. A autoconservação se tornou uma imposição ao civilizado, que com esforço incomensurável se alienou da natureza interna e externa, sem atingir, entretanto, a segurança prometida: “toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza” (p.24).

Essa busca pela autoconservação que resulta em dominação vem sendo a essência do esclarecimento em todas suas facetas históricas. Não obstante, a regressão se aprofunda na sociedade industrial: a magia buscava controlar a natureza pela mimese, pela qual ainda estabelecia algum contato com o objeto; já a ciência positivista propõe o distanciamento e a neutralidade em relação ao objeto, de modo que o em-si destes se tornam para-ela. Para a ciência, as essências de seus objetos são dissolvidas como “substrato da dominação” (Horkheimer e Adorno, 1947/2006a, p.21) e a repetição se torna sua regra. A ideia de destino, rechaçada pela ciência, limitava a amplitude de possibilidades da vida na mitologia, todavia não há lugar para o novo em um pensamento tautológico que interpreta o mundo a partir de sua medida já estabelecida. Horkheimer e Adorno reiteram que o esclarecimento rompe com a esperança tanto no mito quanto na ciência, resumindo tudo ao sempre igual: “quem fica privado de esperança não é a existência, mas o saber que no símbolo figurativo ou matemático se apropria da existência enquanto esquema e a perpetua como tal” (p.35).

A manutenção do todo como está, em sua repetição e falta de esperança, se sustenta pelo medo, uma vez que a civilização se organiza como defesa frente às forças da natureza e ser excluído dela significa mutilação. Essa ameaça constante sustenta o imperativo da adaptação. Porém, em contradição com seu propósito racional, a sociedade, organizada pela divisão do trabalho, ruma no sentido de atender a uma minoria detentora do poder e não àqueles que a suportam com seu trabalho; toda exploração do trabalho, em seu pleno progresso, não extinguiu a fome no mundo. Horkheimer e Adorno (1947/2006a) enfatizam que é justamente essa configuração material da dominação que se sedimenta no pensamento e orienta seu processo de reificação. O pensamento é separado da experiência, o trabalho do corpo é separado do trabalho do espírito, empobrecidos de uma ponta a outra,

destinados a cumprir seu papel na manutenção da dominação. E como nada pode escapar, a exploração do trabalho exige a violenta adaptação do corpo e da alma: “quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz” (p.41). A impotência frente ao todo não advém do pensamento, mas das condições objetivas do trabalho.

O trabalho desses autores evidencia que o esclarecimento reproduz a dominação da sociedade, não a determina. Por outro lado, como uma contradição interna, o pensamento que se volta para o universal é capaz refletir acerca de si mesmo e realizar a crítica da dominação. Os conceitos metafísicos refletiam a desigualdade social e ainda eram ideologia perante a realidade, mas era nesse descompasso que se denunciava a injustiça e a impotência. Horkheimer e Adorno (1947/2006a) alegam que mesmo que o conceito afaste o ser humano da natureza, é possível que, como autorreflexão, meça “a distância perpetuadora da injustiça” (p.44). É nessa possibilidade de entrar em contato com o universal que o esclarecimento contém seu componente de verdade. Na sociedade industrial, a desvalorização do conceito e a relativização da verdade assolam seu componente de resistência, contudo, apesar dos crescentes limites, os autores insistem na relevância da teoria para o enfrentamento contra a barbárie: “uma verdadeira práxis revolucionária depende da intransigência da teoria em face da inconsciência com que a sociedade deixa que o pensamento se enrijeça” (p.45).

Com o conceito de esclarecimento, Horkheimer e Adorno (1947/2006a) puderam refletir a respeito não apenas da história ocidental, mas também da história da humanidade em sua relação destrutiva com a natureza. Puderam destacar o papel do medo primitivo como base para a adaptação a um mundo irracional e sustentação do mesmo. Retiraram o conhecimento do plano etéreo e anunciaram sua condição atada à realidade objetiva, ao progresso regressivo, à história da dominação. Evidenciam, assim, como a realidade atual não se destaca do processo que construiu a civilização e segue orientada a destruir as diferenças, a experiência, a esperança e a resistência. O caminhar regressivo da humanidade carece com urgência de transformação, para a qual o pensamento crítico e a busca pela verdade têm um significativo papel.

Com o olhar voltado mais para a situação contemporânea, Marcuse também se dedicou à análise da reificação da razão. Assim como Horkheimer e Adorno, ele identificou uma mudança significativa na racionalidade social a partir do avanço industrial. Marcuse (1941/1999) desenvolve o conceito de racionalidade tecnológica para assinalar as transformações sucedidas à racionalidade liberal decorrentes da vertiginosa mecanização. Ele a caracteriza pela eficiência submissa, heteronomia, impotência social do pensamento crítico, adaptação, padronização, hierarquização, cultura de massa e cerceamento da individualidade.

Com a revolução burguesa, o indivíduo se torna o fim da sociedade e se idealiza que esta deva garantir condições para seu desenvolvimento humano total. Para a racionalidade individualista, uma vez que a sociedade promovesse a liberdade de pensamento, o ser racional seria capaz de transformá-la de acordo com seu interesse próprio. Este era fruto de seu pensamento autônomo, da crítica constante de sua realidade e era comprometido com a busca da verdade, não coincidindo, portanto, ao seu interesse imediato, passível das determinações sociais. No entanto, o cenário econômico de livre concorrência, idealmente propício à construção da individualidade pelo trabalho, se modificou com o crescimento da mecanização. A posse de equipamentos industriais mais eficientes propiciou a concentração de poder econômico, atribuindo o controle de materiais, equipamentos e processos a um grupo reduzido de empresas, instaurando, dessa forma, o capitalismo de monopólios. Nesse sentido, Marcuse (1941/1999) alega que a transformação do modo de produção é acompanhada pela transformação da racionalidade individualista em racionalidade tecnológica.

O trabalho do indivíduo, que inicialmente promoveria seu desenvolvimento, passa a ser determinado pelo processo da máquina; sua busca pelo pensamento autônomo regride para a eficiência padronizada. Marcuse (1941/1999) assinala que essa eficiência é medida a partir das necessidades do aparato tecnológico e não do indivíduo, a quem cabe apenas a adaptação. Sem espaço para a autonomia do sujeito, a racionalidade tecnológica exige sua eficiência submissa. A manutenção do aparato estaria imposta de tal modo que mesmo pulsões, desejos e pensamentos poderiam ser mobilizados para tal finalidade:



As relações entre os homens são cada vez mais mediadas pelo processo da máquina. Mas os equipamentos mecânicos que facilitam o contato entre os indivíduos também interceptam e absorvem sua libido, desta forma distanciando-a do reino por demais perigoso no qual o indivíduo se encontra livre da sociedade. (p.81)

O progresso tecnológico resultou em um sistema de valores próprio, cuja finalidade é o sustento do aparato mesmo. A esse conjunto de valores, Marcuse (1941/1999) denominou verdade tecnológica. Enquanto a verdade crítica era pautada no indivíduo e sua autonomia, a verdade tecnológica, formulada como instrumento do modo de produção, direcionada à sua eficácia, se fundamenta na heteronomia. Embora não haja uma separação definida entre verdade crítica e verdade tecnológica, Marcuse adverte que a padronização ascendente do pensamento tende a influenciar e prejudicar os próprios valores críticos. Por conseguinte, indica duas influências que contribuíram para a impotência social do pensamento crítico: o avanço do aparato industrial, com sua abrangência sobre todos os aspectos da vida, e a incorporação de relevantes setores de oposição. A primeira, por promover, em sua racionalidade, a internalização da coerção e da autoridade pelos indivíduos, reforçando o controle social. A segunda, por incorporar movimentos sociais, como o trabalhista, ao modelo dominante, absorvendo e diluindo seus ideais racionais.

Assim como a busca do interesse próprio individualista passa a operar pela heteronomia, a padronização do sujeito se orienta regressivamente pela autopreservação. Despojados de sua própria individualidade, os indivíduos atomizados se organizam em massas, que atuam também no sentido da adaptação e conservação do todo: “as massas coordenadas não anseiam por uma nova ordem, mas por uma fatia maior da ordem dominante” (Marcuse, 1941/1999, p. 90). No âmbito do trabalho, a padronização não ampliou a democratização das funções, ainda que esta fosse possível em um modelo de treinamento vocacional disseminado. O trabalho, ao contrário do que pensava a ideologia liberal, passa a requerer o fim da individualidade, mediante o modelo de especialista formado pelo treino. Para além das habilidades e qualidades particulares do indivíduo, a separação hierárquica entre subordinados e líderes administrativos e científicos se sustenta pela divisão do poder, a qual é organizada pela burocracia privada.

Marcuse (1941/1999) ressalta que, ao longo do século XIX, a filosofia individualista também se resignou, absorvendo em seu ideário a lógica da eficiência

competitiva e a valorização da dimensão privada em seu afastamento da sociedade. Como justificativa do processo social, o pensamento encerrou a ideia de autonomia à privacidade do indivíduo, retirando-a do debate público. A personalidade liberal desnecessária à produção mecanizada se dissolve junto à produção cultural, que é substituída pela cultura de massa. Esta já não pode confrontar a realidade, antes, como seu reflexo, torna-se mais um instrumento: “massas e cultura de massas são manifestações da escassez e da frustração e a afirmação autoritária do interesse comum não passa de uma outra forma de domínio dos interesses particulares sobre o todo” (p.100).

Vale destacar que Marcuse (1941/1999) é contrário a discursos antitecnológicos. Ele acredita que o mesmo aparato que produz a escassez poderia extingui-la. O processo tecnológico que limitou a possibilidade de individualização, poderia promover o desenvolvimento humano em novos modelos; poderia, se organizado de modo racional, liberar as pessoas do trabalho excessivo, ampliando o tempo e as condições para sua realização humana. Portanto, o que se questiona é o desperdício das forças produtivas, que no modo de produção capitalista não atende às necessidades da vida e não extingue a escassez. Do mesmo modo, Marcuse faz a ressalva de que as mudanças na racionalidade e individualidade não são resultado da ação da máquina sobre seus usuários, mas são essas mudanças que conduzem o desenvolvimento da maquinaria.

A partir das discussões desses autores, é possível delinear como a razão se relaciona intrinsecamente com os modos de produção da sociedade, acompanhando suas movimentações e contradições ao longo da história da humanidade, que é também a história de como se operou a dominação dos indivíduos, de uns sobre os outros e sobre a natureza. São debates que clarificam o vínculo da realidade atual à história pregressa da civilização. Mas também identifica a consolidação do capitalismo como um marcador importante para o entendimento do agora, especialmente após sua organização em monopólios. O progresso da industrialização no capitalismo tardio, como detalhado anteriormente, foi acompanhado do declínio da razão, da verdade, da formação do indivíduo e, conseqüentemente, de todas suas produções e relações humanas. O direcionamento das forças produtivas aos interesses do lucro só pôde aumentar, em detrimento da satisfação de necessidades básicas dos que estão à margem, com o aumento da integração de todos ao aparato; pela diluição da individualidade, do

pensamento, da autonomia e da liberdade. A adaptação forçada a esse mundo pela necessidade de autoconservação, expressa como fechamento das possibilidades de diferenciação, é igualmente restrição, controle e destruição do desenvolvimento das qualidades humanas, sobretudo da capacidade humana de amar.

### **3.2. Capitalismo e História: construção, atualizações e contradições**

A instrumentalização da razão em nome do progresso coincide com a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, que foi acompanhada pela industrialização e pelo vertiginoso avanço tecnológico. A transformação do modo de produção implicou na transformação da organização social e da cultura. Desse modo, faz-se necessário demarcar o contexto em que o capitalismo emerge, se consolida e avança em seu modelo tardio.

Para compreender os cenários dos séculos XIX e XX, em que se passam as transformações econômicas, sociais e culturais de interesse deste trabalho, se recorrerá, especialmente, às contribuições do historiador marxista Eric Hobsbawm, que organizou esse momento da história em sua coletânea de quatro livros: *A era das revoluções* (1789 a 1848), *A era do capital* (1848 a 1875), *A era dos impérios* (1875 a 1914) e *A era dos extremos - o breve século XX* (1914 a 1991). Certamente, não cabe esgotar o conteúdo deste material, mas levantar aspectos essenciais para uma análise acurada de como a racionalidade tecnológica vem se implicando inclusive sobre a vida individual em um movimento histórico.

Os principais marcos para a transição ao modo de produção capitalista são a Revolução Industrial, com início na Grã-Bretanha na década de 1780, e a Revolução Francesa em 1789 - marco corrente para a Idade Contemporânea. Até então, a sociedade ocidental se organizava majoritariamente por monarquias que garantiam privilégios a uma aristocracia pela posse de terras, cujo sistema agrário era baseado na servidão e, em suas colônias, na escravidão.

Em relação à Revolução Industrial, Hobsbawm (1962/1991) ressalta que sua explosão pioneira na Grã-Bretanha não estava diretamente atrelada a um avanço intelectual, mas sim a dois pressupostos: uma indústria que garantia recompensas extraordinárias aos fabricantes que aumentassem rapidamente sua produção e um mercado mundial monopolizado para atender à regra de “comprar no mercado mais barato e vender no mais caro” (p.48). O investimento na industrialização objetivava o

aumento dos lucros, sendo apoiado significativamente pelo governo britânico que garantiu o monopólio da indústria têxtil algodoeira por meio de guerras. O mercado exportador se tornou preeminente em relação ao doméstico. Ademais, a indústria do algodão fomentou a mineração de carvão, propiciando a construção de ferrovias para diminuir os custos de seu escoamento, o que, por sua vez, impulsionou a metalurgia. Por outro lado, a nível social, enquanto os industriais e financistas enriqueciam vertiginosamente, o crescimento acelerado das cidades foi acompanhado da miséria e fome da classe trabalhadora, o que resultou em levantes como o movimento cartista.

Na França o cenário pré-revolução era diferente. Havia uma monarquia absolutista tradicional forte simultaneamente à decadência do sistema feudal. Ao longo do século XVIII, a nobreza reagiu ao declínio fazendo uso de seus privilégios e ocupando a maioria dos postos oficiais e cargos administrativos, antes preenchidos pela classe média; também extorquiam o campesinato, consolidando o conflito das classes não nobres em relação aos aristocratas. Além disso, a situação econômica se agravou quando a França, principal rival da Grã-Bretanha, interveio na revolução americana em seu favor. A dívida da guerra somada à inflação, más colheitas e fome, resultou em uma crise no governo. Na tentativa de resgatar a influência sobre o Estado, os nobres convocaram os Estados Gerais, sem contar com a união do Terceiro Estado, cujos membros consentiam em um conjunto de ideias formuladas por filósofos e economistas, o liberalismo clássico - ideologia delineada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. A queda da Bastilha, prisão símbolo do poder real, em 14 de julho foi o grande marco da revolução. Hobsbawm (1962/1991) salienta que essa burguesia buscava, no entanto, não uma república democrática, mas sim uma monarquia constitucional, de modo que o empreendimento privado tivesse liberdade e fosse fomentado pelo Estado. Ainda que os pobres da cidade e camponeses tivessem apoiado e aumentado o poder do Terceiro Estado, uma vez conquistada a abolição dos privilégios aristocráticos, parte significativa do movimento burguês regrediu ao conservadorismo, aliando-se ao Estado.

Assim, a partir dessas duas potências, a França como força política e a Inglaterra como força industrial, se inicia o processo de transformação do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista. Em relação ao seu desenvolvimento, Hobsbawm (1977/2016) considera que o capitalismo tenha se

consolidado no período de 1848 a 1875, o qual denomina “a era do capital”. O marco de 1848 refere-se às manifestações sociais que emergiram na França e se difundiram rapidamente pela Europa, evento reconhecido como a primavera dos povos, a partir do qual a revolução industrial ganha proeminência sobre a revolução política.

As manifestações emergiram na França almejando a República, em 1848, e se difundiram ao longo de toda Europa com grande velocidade, considerando os meios de comunicação vigentes, cada qual com seus interesses - liberais, nacionalistas e socialistas (o Manifesto Comunista de Marx e Engels foi publicado no mesmo ano). Ainda que os movimentos tenham sido cerceados em poucos meses, produziram mudanças significativas como o fim da servidão, decorrente do receio da insurreição no campo. Assim também, o avanço do movimento operário e sua busca por transformações sociais, resultou na união dos liberais moderados aos conservadores para a repressão da revolução. Desde então, o liberalismo continuou a se estabelecer pela via burocrática, aliado ao poder aristocrático do império, de modo sistemático. A eleição direta de Napoleão III na França, que em 1852 se estabeleceu imperador por meio de golpe, assinala a transformação dos modos de poder, como realça Hobsbawm (1977/2016):

Seria ele o primeiro dos chefes de Estado modernos que governaria não apenas baseado na força das armas, mas também com aquela espécie de demagogia e de relações públicas mais facilmente operadas do alto do Estado do que de qualquer outro lugar. (p.56).

Outro fruto das revoluções foi a organização da Europa em Estados-nação, que persistiu na política apesar do fracasso dos movimentos. A nação era importante para o progresso da burguesia na medida em que era demarcada por um território amplo, “capaz de desenvolver uma economia, tecnologia, organização de Estado e força militar viáveis” (Hobsbawm, 1977/2016, p. 142). Portanto, estava além do nacionalismo, que, como força de massa, era apenas mobilizado a favor do programa de desenvolvimento econômico e político. A necessidade de construir uma nação trouxe a expansão dos sistemas educacionais estatais, em especial da educação básica, uma vez que as massas passaram a participar da política por meio do voto. O ensino da língua nacional era imprescindível para a imposição de uma

cultura e difusão da comunicação de massa: a base da formação ideológica e direcionamento político das massas.

Em relação à economia, a década de 1850 se iniciou com a recuperação da produção industrial. A expansão econômica diminuiu o ímpeto revolucionário e propiciou tranquilidade aos governos restituídos. O avanço tecnológico, com a difusão do trem e do navio a vapor como meios de transporte e do telégrafo como meio de comunicação, ampliou o alcance geográfico do capitalismo. As conexões criadas pelas estradas de ferro e pelo telégrafo, a intensificação das transações comerciais, o avanço necessário da cartografia, a interdependência econômica entre os países, a padronização internacional, delimitaram o início de uma história mundial. O capitalismo se impôs como modo de produção global (Hobsbawm, 1977/2016).

Hobsbawm (1977/2016) também denomina o período como era do capital pelo rápido enriquecimento promovido pela construção de ferrovias, companhia de telégrafo ou corrida do ouro descoberto na Califórnia e na Austrália. Em oposição, os países sem acesso à mesma tecnologia de transporte e comunicação ficaram ainda mais atrasados e dependentes das potências industriais: “a tecnologia moderna colocava qualquer governo que dele não dispusesse à mercê de qualquer outro que a possuísse” (Hobsbawm, 1977/2016, p.133).

Considerando os fatos apresentados, é possível indicar contradições na construção do capitalismo em sua origem e consolidação. Uma vez salvaguardada, a burguesia se alia ao poder aristocrático para a conquista de seus empreendimentos e rompe com o ideário orientado à transformação social. Tal ruptura se aprofunda com a primavera dos povos, com a adesão da burguesia moderada à conservadora para a repressão dos movimentos sociais. A revolução industrial na Grã-Bretanha também aponta no sentido do progresso alijado da razão, garantido por um Estado que monopoliza os mercados por meio de guerras. Cabe ressaltar, ainda, a reconfiguração do poder marcada por Napoleão III que, com o aumento da participação popular na política pela difusão do voto, passa a realizar o controle social por meio de manipulação ideológica, com fomento do nacionalismo e educação primária para mobilização das massas. Ademais, o avanço industrial e tecnológico que propiciou a difusão global do capitalismo, garantindo novas proporções de enriquecimento, aumentaram, em contrapartida, a desigualdade entre os países desenvolvidos e os desprovidos da nova tecnologia.

Esse período de prosperidade, todavia, é suspenso na década de 1870, na primeira grande depressão capitalista, especificamente de 1873 a 1896. O avanço tecnológico e acesso a produtos dos demais continentes desbalanceou o mercado internacional; a superprodução resultou em deflação e queda nos lucros. Como resposta, os Estados lançaram mão de tarifas alfandegárias como medida protecionista para atender as demandas dos agricultores e industriais, o que intensificou a rivalidade econômico-política entre as nações. Assim, os dirigentes dos países do primeiro mundo europeu passaram a buscar novos mercados por meio da conquista colonial ou controle informal de novos territórios, especialmente na África, na Oceania e na Ásia. Esses territórios dependentes ou colonizados, sem poder tecnológico, se especializaram em produtos primários para suprir as necessidades da metrópole industrial europeia. Mas, para além das medidas governamentais, a economia mundial se reestruturou, configurando o que Hobsbawm (1988/2016) denominou como “a era dos impérios”, de 1875 a 1914.

A economia deste período poderia ser caracterizada por sua amplitude geográfica e pluralidade, considerando que as transações comerciais aconteciam ao longo de todo o mundo e outros países passaram a se industrializar reduzindo progressivamente a total hegemonia da Grã-Bretanha (seu domínio agora estava na prestação de serviços administrativos e em sua frota marítima mercante). A segunda revolução industrial, cujas inovações mais reforçaram a primeira, trouxe “o telefone e o telégrafo sem fio, o fonógrafo e o cinema, o automóvel e o avião” (Hobsbawm, 1988/2016, p.86) e as indústrias avançaram com a eletricidade, a química, o motor a combustão e a consolidação do aço. Em relação às empresas, a depressão trouxe como resposta os trustes e a administração científica - empresas menores eram absorvidas por empresas maiores que controlavam o mercado e, para aumentar a produtividade dos trabalhadores, difundiu-se o Taylorismo, racionalizando o processo produtivo. Outro aspecto se refere à ampliação dos bens de consumo, uma vez que a população das cidades havia aumentado muito e o poder aquisitivo cresceu em referência à deflação, desenvolvendo o mercado de massa. O setor terciário de prestação de serviços aumentou significativamente nesse período. E, por último, o Estado passou a exercer mais influência e determinação sobre o mercado com sua política imperialista.

Assim como assinalado pela Comuna de Paris em 1871, a era dos impérios foi atravessada pela demanda social pela democratização. Um pouco antes, a

organização do proletariado havia ganhado destaque com o surgimento da AIT - Associação Internacional do Trabalho - em 1864, que fortaleceu o movimento sindical e teve Marx como um de seus principais dirigentes. A Comuna, como manifestação operária e socialista, estabeleceu um regime democrático universal em Paris no curto período de dois meses, mas o mesmo foi massacrado intensamente pelas forças de Versalhes (Hobsbawm, 1977/2016). O socialismo como resistência ao capitalismo passou a estar presente, deixando a burguesia insegura e resistente ao modelo democrático. Contudo, como a partir da década de 1890 o socialismo passou a se apresentar como movimento de massas, a democracia passou gradativamente a ser assimilada pela política nacional, contando com recursos de manipulação (Hobsbawm, 1988/2016).

Para além do cerceamento burocrático, como a limitação do poder das assembleias representativas ou limitação dos votantes por qualificação educacional, os governantes passaram a fazer uso de estratégias que mobilizassem as massas no sentido de seus interesses particulares. A política passou a se organizar mais em modelos institucionais do que em figuras notáveis. As massas, por sua vez, eram influenciadas por forças como a religião, a democracia, o socialismo, o nacionalismo e as ideologias predecessoras do fascismo. O aparato estatal cresceu e se organizou em uma estrutura burocrática, aumentando sua intervenção política e econômica. Para lidar com os descontentamentos da massa, o modelo imperialista passou a implementar políticas de bem-estar social, financiadas pelas riquezas decorrentes da colonização e guerras, o que subtraiu a força política do socialismo. O uso manipulado de símbolos e criação de festivais também eram utilizados para mobilizar as massas a favor do imperialismo. Tais estratégias burlaram o receio burguês em relação à democracia, que foi implementada em conjunto à consolidação do capitalismo e seu sucesso na era dos impérios: persistiram a estabilidade e o progresso.

A resposta à depressão de 1873 garantiu ao seu modo o retorno do progresso. Entretanto, é possível observar que na era dos impérios o liberalismo tradicional do livre mercado cede lugar ao capitalismo reestruturado em monopólios, marcado por blocos que controlam o mercado e pela, conseqüente, concentração de capital. Deve-se ressaltar que a implementação da democracia nesse período só foi possível pela distorção da mesma, pela manipulação e esquematização de seu potencial. A maior intervenção do Estado, em sua política imperialista, favorecia a



construção desses monopólios ao conquistar novos mercados pela colonização. E mesmo a política de bem-estar social, além de interessada no controle das massas, apenas pôde ser sustentada pela exploração das colônias e países dependentes. Esta política que garantiu a paz e a prosperidade para os países avançados até os primeiros anos do século XX, também foi fundamental para a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. São justamente as guerras que marcam o último período investigado por Hobsbawm, denominado “a era dos extremos”, compreendendo os anos de 1914 a 1991.

Para Hobsbawm (1988/2016), dentre os elementos que contribuíram para a emergência da guerra estão a organização da Europa em blocos com planejamento militar conjunto e em sentidos opostos, a instabilidade internacional a partir de 1905, decorrente de uma onda de revoltas na periferia europeia, e a ausência de limites aos objetivos imperialistas num contexto de rivalidade global entre as potências - a Grã-Bretanha não era mais uma potência destacada e exclusiva. Os blocos que se estruturaram foram a Tríplice Aliança, composta em 1882 pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália, e a Tríplice Entente, composta em 1907 pela Inglaterra, França e Rússia - alianças formadas antes de um propósito bélico iminente.

Em um plano secundário e não determinante, o autor indica a corrida das nações para um armamento mais tecnológico no final da década de 1880, de modo a propiciar maior poder de fogo e fortalecimento da marinha com motores turbinados e blindagem protetora dos navios de guerra. Esta corrida alçou a indústria e a aproximou do Estado, que passou a protegê-la e ser seu maior investidor - a guerra era mais uma fonte de concentração de capital. E, ainda, o uso do exército para o fortalecimento da identidade nacional, por meio do serviço militar obrigatório, que em conjunto com as escolas primárias formavam os cidadãos de acordo com os interesses estatais, e das exposições militares voltadas à população civil, unindo o patriotismo à diversão.

Embora prevista, Hobsbawm (1994/1995) ressalta que a eclosão da guerra mundial surpreendeu e marcou a História - a barbárie alcançou um novo patamar de destruição. O uso da tecnologia para o massacre foi característica. O gás venenoso foi utilizado pelos alemães na Primeira Guerra Mundial, embora recebido com repulsa humanitária pelos governos. Os britânicos lançaram mão do veículo blindado de esteira, os tanques, e dos submarinos, que interrompiam a chegada de recursos básicos a seus inimigos. Os aeroplanos foram utilizados em ambos os lados para

bombardeios aéreos, sendo aprimorados para a Segunda Guerra Mundial. A devastação da guerra tornou a guerra impopular para as massas que aderiram em 1914, com exceção daqueles que viriam a compor a ultradireita posteriormente.

A Primeira Guerra Mundial teve início quando o herdeiro do trono áustro-húngaro foi assassinado, em 28 de junho de 1914, por um jovem nacionalista sérvio em Sarajevo. A Áustria-Hungria, que já sofria grande instabilidade interna, declarou guerra à Sérvia. A Alemanha, que se consolidava como potência e já havia investido no fortalecimento de sua marinha para se igualar à Grã-Bretanha, aderiu como sua aliada. A entrada da Alemanha na guerra acionou o conflito entre os dois blocos, uma vez que a França já havia perdido dois territórios para a Alemanha e a Grã-Bretanha via sua marinha e, portanto, sua economia ameaçadas pela marinha alemã. A Alemanha venceu a guerra contra a Rússia, quando esta entrou em revolução no ano de 1917. Poderia ainda ter vencido no lado ocidental, no entanto, os Estados Unidos entrou na guerra fornecendo reforço e equipamentos necessários para a França e Grã-Bretanha. A guerra acabou com a derrota da Alemanha em 1918, países vitoriosos consumidos e países derrotados em revolução e desintegração (Hobsbawm, 1994/1995).

Dos acordos de paz, tornou-se conhecido o Tratado de Versalhes, referido à paz com a Alemanha, todavia, de acordo com Hobsbawm (1994/1995), este estabeleceu uma paz punitiva. Para atender as ambições da Grã-Bretanha e da França, a Alemanha tinha de ser enfraquecida e para tanto foi acusada como único Estado responsável pela guerra e suas consequências. A esta se impôs perdas territoriais, privação de marinha e força aérea efetivas, limitação do exército a 100 mil soldados, pagamento incomensurável de reparações aos vitoriosos, ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental, privação de suas antigas colônias (sendo estas distribuídas entre britânicos, franceses e, em menor escala, aos japoneses; denominadas mandatos).

Após a guerra, duas potências mundiais estavam excluídas do jogo internacional, a Alemanha e a Rússia soviética. Os Estados Unidos se retiraram do acordo de paz, que prezava pelos interesses da Grã-Bretanha e da França. Acrescenta-se que em meados da década de 1920 teve início a maior crise da economia mundial desde a revolução industrial, corroborando para a ascensão de forças políticas da extrema direita na Alemanha e no Japão, alinhadas ao militarismo

e orientadas ao confronto. Hobsbawm (1994/1995) compreende que esse cenário favoreceu o fracasso do acordo de paz e a emergência da segunda grande guerra.

O percurso para a Segunda Guerra Mundial foi marcado pelas políticas agressivas da Alemanha, Itália e Japão na década de 1930, que passaram a invadir e ocupar outros países, e, em uma perspectiva negativa, pela não reação e recuo da Grã-Bretanha, França e Rússia, entre outros, resistentes à guerra após a devastação anterior (Hobsbawm, 1994/1995). A guerra teve início em 1939 quando Hitler dirigiu suas tropas contra a Polônia, levantando assim a oposição da Grã-Bretanha e da França. A guerra se tornou mundial quando o Japão atacou Pearl Harbor, nos EUA, em 1941 - seu ataque tinha por objetivo garantir a expansão de poder no Sudeste Asiático e o controle do comércio no Pacífico. Embora a Alemanha tenha conquistado com velocidade muitos territórios, foi interrompida em Stalingrado, em 1942, pela União Soviética e passou a perder os territórios adquiridos gradativamente a partir de 1943. Os aliados voltaram a atacar a Alemanha pelo continente em 1944 e em maio de 1945 os alemães se renderam na Itália e em Berlim. Com a persistência do Japão, os EUA lançaram duas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, encerrando a guerra em agosto de 1945.

É importante ressaltar o fator econômico das guerras. A partir de 1914, as guerras passaram a mobilizar os cidadãos em maioria, tornaram-se guerras de massa, exigindo, então, uma produção em massa. Tal produção, direcionada ao extermínio, demandava organização e administração: “a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha de ser conscientemente organizado e administrado” (Hobsbawm, 1994/1995, p.52). Nesse sentido, os governos estreitaram o relacionamento com os produtores de armamentos, em especial com as seções de alta tecnologia - para a guerra, toda a economia entrava em questão. No aspecto tecnológico, as guerras elevaram significativamente o nível da administração, difundiram a especialização técnica, impactaram a organização industrial e os métodos de produção massiva. Entretanto, Hobsbawm argumenta que não se trata de uma transformação da sociedade e sim da aceleração de mudanças que já vinham se estabelecendo.

Em contrapartida, na Segunda Guerra Mundial, a economia de guerra alemã, dispondo dos muitos recursos dos territórios ocupados, tratou suas populações como mão-de-obra descartável, sem garantir o mínimo para sua sobrevivência - de 5,7 milhões de prisioneiros na Alemanha, 3,3 milhões morreram. Os horrores e a

carnificina da Segunda Guerra Mundial, a começar do holocausto que exterminou seis milhões de judeus ao comando de Hitler, ocasionou perdas humanas cujas estimativas não são certas. Morreram soldados e civis, provavelmente de três a quatro vezes mais do que na primeira grande guerra. A guerra ainda promoveu dezenas de milhões de refugiados. Hobsbawm (1994/1995) interpreta esse aumento da brutalização desde as guerras totais como fruto de uma “estranha democratização da guerra” (p.56), que popularizou a guerra e promoveu a demonização de seus adversários (característica do regime de Hitler), e consequência da impessoalidade garantida pelo avanço tecnológico das armas, que permitiam com seus canhões, aviões, câmaras de gás e bombas atômicas, a aniquilação à distância.

O advento das guerras mundiais lançaram a civilização a uma nova dimensão de regressão e barbárie. A rivalidade entre os impérios na conquista de novos mercados colocaram milhões de pessoas em confronto direto. Vidas fungíveis perto dos ganhos que enriqueceram a indústria da morte e outros conglomerados. A aceleração do progresso tecnológico foi orientada não para a promoção da vida, mas justamente para a eficiência de sua aniquilação. As populações, paulatinamente organizadas em massas, são administradas para o alcance dos objetivos econômicos de uma elite cada vez menor. O capitalismo sem limites registra seu poder no horror do holocausto e da bomba atômica, que ainda ronda como ameaça.

Contudo, cumprindo seu propósito, que negligencia cinicamente toda barbárie da guerra, a economia mundial voltou a prosperar, especialmente para os Estados Unidos - distante dos campos de batalha, enriqueceram durante as duas guerras e se consolidaram como a maior economia industrial. Na democracia ocidental a vida material melhorou. Os Estados comunistas se organizaram em torno da União Soviética, que se transformou em uma superpotência. E mesmo o cenário internacional se estabilizou, com a reintegração da Alemanha e do Japão (Hobsbawm, 1994/1995). Todavia, para compreender como o mundo se reorganizou após a Segunda Guerra Mundial, é necessário considerar a Revolução Russa de 1917 e a Grande Depressão de 1929.

O império russo já havia sofrido uma tentativa de revolução em 1905, mas a situação de guerra foi catalisadora. O governo czarista cedeu em março de 1917, após quatro dias de greve geral e manifestações, iniciadas por operárias no Dia da Mulher. Instaurou-se um governo liberal provisório, com aprovação dos aliados

ocidentais, no entanto, simultaneamente, difundiram-se conselhos de base, os sovietes, reivindicando pão, paz e terra. Dentre as várias organizações, se destacou a liderança de Lênin, aumentando a influência dos bolcheviques. Estes derrubam o Governo Provisório na Revolução de Outubro e instauram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS (Hobsbawm, 1994/1995).

O programa de Lênin mantinha o movimento da revolução, enquanto solicitava a continuidade da produção; objetivava a difusão da revolução a nível mundial. Os anos iniciais foram de ininterrupta crise, com movimentos contra-revolucionários financiados pelos aliados, guerra civil, separações regionais e consequências da guerra perdida. Ainda assim a revolução persistiu, uma vez que favorecia o campesinato e mantivera a unidade da Rússia, evitando sua desintegração como ocorrera com outros impérios.

A Revolução de Outubro passou a inspirar revoluções e revolucionários, em especial, com a fundação da Terceira Internacional Comunista, em 1919, organizada por Lênin e pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Porém, com a morte de Lênin, Stalin assume o governo da União Soviética em 1927, redirecionando sua orientação para a manutenção do Estado em detrimento dos interesses revolucionários: "(...) na verdade qualquer revolução só era tolerada se a) não conflitasse com o interesse do Estado soviético; e b) pudesse ser posta sob controle soviético direto" (Hobsbawm, 1994/1995, p. 78).

Dentre as consequências da Revolução Russa estão os processos de descolonização, as políticas de contrarrevolução, como o próprio fascismo, e a política de social-democracia. O avanço do comunismo incentivou a reforma do capitalismo, que já não podia se sustentar sobre a lei do livre mercado. Além da Revolução de Outubro, as condições da Segunda Guerra Mundial incentivaram as lutas armadas - a revolução de guerrilha. Esse tipo de estratégia, defendida por Mao Tsé-tung na China, implicava a mobilização no interior rural para consecutivo cercamento e conquista da cidade. Ademais, as ocupações dos exércitos de Hitler e seus aliados geraram a necessidade de resistir, por isso, Hobsbawm (1994/1995) alega que a própria guerra levou à segunda onda de revolução social no mundo:

Quando o exército alemão foi finalmente derrotado, com variadas contribuições de movimentos de resistência locais, os regimes da Europa ocupada ou fascista se desintegraram, e regimes social-revolucionários sob controle comunista tomaram o poder, ou tentaram, em vários países onde a resistência armada tinha sido mais eficaz. (p.85)

A Grande Depressão, por sua vez, explica as transformações na organização econômica internacional. Após os confrontos, o avanço tecnológico prosseguiu, porém a globalização se viu impactada. Por um lado, enquanto os confrontos enfraqueceram as potências europeias, a guerra beneficiou os EUA, potencializando seu desenvolvimento industrial e econômico. Seu progresso assimétrico somado à pouca dependência do comércio externo, desequilibraram a economia internacional. Por outro lado, a mudança no comportamento de consumo com a geração de produtos supérfluos, não sustentava uma expansão duradoura com demanda suficiente, resultando em superprodução e especulação. A tentativa de controlar a inflação com a limitação do papel-moeda amenizou a situação em 1924, mas em 1929 a quebra da Bolsa de Nova York expôs a profundidade do problema.

Para Hobsbawm (1994/1995), o evento denunciou a insuficiência da velha economia liberal, a qual alcançou apenas o aumento da concentração de capital sem garantia de competição, levando ao abandono do padrão-ouro e do livre comércio pela Grã-Bretanha em 1931. Em adição ao protecionismo econômico, os governos passaram a priorizar a implementação de políticas de bem-estar social, como proteção à radicalização da esquerda e da direita. Proteção da agricultura, com tarifas a produtos estrangeiros, subsídios e compra de excedentes, políticas de eliminação do desemprego e implementação de sistemas previdenciários estiveram entre as medidas. A ênfase no planejamento, a partir do modelo da União Soviética, também foi incluída.

Abrindo um parênteses para a situação no Terceiro Mundo, a Revolução Russa e a Grande Depressão foram dois marcos históricos que promoveram o anti-imperialismo e os movimentos libertários, muitas vezes liderados por minorias da elite inspiradas nas próprias ideologias ocidentais. Seguindo a lógica imperialista, as colônias se destinavam ao fornecimento de produtos primários ao império, que as administrava diretamente e fornecia os produtos manufaturados. Todavia, a falta de investimentos na industrialização das colônias apresentou seus resultados durante a Primeira Guerra Mundial, quando as metrópoles necessitavam de suprimentos. Já a Depressão declinou a venda dos produtos em que as colônias eram especializadas, o que foi compensado com o aumento dos impostos sobre bens manufaturados - um incentivo à industrialização local. A queda nas vendas desestabilizou o cenário político no Terceiro Mundo: propiciou a relação das minorias politizadas com as massas, facilitando as mobilizações pela independência. Estes movimentos

ganharam maior proporção com a Segunda Guerra Mundial que fragilizou os grandes impérios. Os processos de descolonização seguiram, com confrontos bélicos ou negociações, até a década de 1970, encerrando a era imperial (Hobsbawm, 1994/1995).

As duas grandes guerras não encerraram o conflito mundial e a segunda metade do século XX foi circunscrita em grande medida pela Guerra Fria, de 1947 a 1991. Esta consistiu na forte tensão entre as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial: Estados Unidos e União Soviética. Diferente de uma perspectiva simplista de confronto entre as ideologias capitalista e comunista, Hobsbawm (1994/1995) interpreta a Guerra Fria como um movimento de contenção da URSS como potência econômica, uma vez que esta saíra fortalecida da guerra, e com a consequente postura de defesa desta. Os EUA buscavam garantir sua supremacia internacional, em um cenário mundial devastado pela guerra e propenso à radicalização e à revolução social. As antigas potências europeias aceitavam o controle dos EUA desde que garantissem proteção ao avanço da URSS que, por sua vez, aproveitava sua condição elevada de superpotência para angariar mais influência. O conflito também foi explorado como propaganda para as eleições nos EUA, já que a bandeira anticomunista apresentava um grande apelo popular.

O conflito se objetivou como corrida armamentista e ameaças nucleares, com o desenvolvimento de complexos industriais-militares e movimentação de recursos humanos e materiais. A exportação de armas provou mais uma vez que a guerra estabelece um mercado lucrativo. Em relação à política internacional, logo após a guerra, os EUA tentaram implementar um projeto de recuperação para a Europa, de modo a garantir sua hegemonia. Todavia, a França tomou frente e propôs uma organização própria, fundando o que hoje se denomina União Europeia, promovendo integração econômica e política entre os países.

Na década de 1960 houve um afrouxamento da tensão, ampliando o comércio entre EUA e URSS. O cenário de equilíbrio, entretanto, se alterou em meados da década de 1970 em decorrência das guerras do Vietnã e do Yom Kippur, que enfraqueceram os EUA e das ondas de revoluções atraídas ao lado soviético. O cenário reacendeu os conflitos, acelerando a corrida armamentista nuclear - o período foi denominado de Segunda Guerra Fria. Nela ascendeu uma nova direita nos EUA, contrária ao capitalismo assistencialista, da política de bem-estar social,

da intervenção do Estado: “seu inimigo era tanto o liberalismo quanto o comunismo” (Hobsbawm, 1994/1995, p. 245).

O movimento mútuo para o fim da Guerra Fria ocorreu em 1986, quando as lideranças alegaram em conferência seu desinteresse no prosseguimento da disputa. Mas a guerra se considerou encerrada com o colapso e dissolução da União Soviética de 1989 a 1991. O fim da URSS pode ser associado aos altos gastos na corrida armamentista e à interação econômica do regime soviético atrasado com a economia capitalista reformada - uma exposição que deixou a União Soviética vulnerável.

Retomando a observação das contradições, é necessário destacar que após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, como maior potência mundial, passaram a comandar o equilíbrio das relações internacionais, porém, com o objetivo de manter sua própria hegemonia. A manutenção da hegemonia a qualquer custo resultou em mais de quarenta anos de tensão, ameaças de extermínio nuclear e organização do mundo para a guerra. Uma corrida armamentista financiada pela dívida de reconstrução dos países devastados pela própria guerra. O pressuposto do capitalismo da busca pelo lucro acima de tudo é insustentável em um mundo de recursos limitados. Seu avanço desenfreado vem culminando em crises e guerras ao longo de seu percurso. A cada reedição do capitalismo, maior é a regressão que se observa. Seu avanço só é possível pela exploração e desigualdade. Dessa forma, os dois ciclos que encerram a era dos extremos se apresentam como claros exemplos: uma era de ouro seguida de uma depressão.

Hobsbawm (1994/1995) destaca o período de 1950 a 1973 como a Era de Ouro do capitalismo - um período de expressivo crescimento econômico e prosperidade nos países desenvolvidos. Este foi marcado pela revolução tecnológica, com materiais sintéticos (plásticos), televisores, transistores, LPs, fitas cassete, lasers, entre outros produtos portáteis, que transformaram a vida cotidiana. Esse crescimento pode ser explicado, em parte, pela reestruturação do capitalismo após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Tornou-se modelo a economia mista dos EUA, em que o Estado assumia o planejamento e a administração da modernização industrial e econômica. E, ainda, se por um lado os comunistas foram abolidos da política no pós-guerra, por outro, a democracia passou a investir significativamente os recursos públicos em seguridade social e



previdenciária, de modo a evitar a adesão das massas à esquerda - medidas que potencializaram seu poder de consumo.

Outro aspecto do crescimento se relaciona à internacionalização da economia, estabilizada até a década de 1970 pela hegemonia dos EUA e do dólar - nesse momento assegurado por lastro em ouro. Na década de 1950, o comércio internacional se ampliou, em especial no âmbito industrial, embora o cerne das atividades econômicas ainda estivesse atrelado ao mercado interno. No entanto, a partir da década de 1960, se inicia a transnacionalização da economia, transcendendo, assim, os contornos e controle do Estado sobre o comércio. Além do desenvolvimento de empresas transnacionais ou multinacionais, uma das consequências foi o aumento de investimentos em territórios externos, *offshore*, como paraísos fiscais que propiciam a sonegação fiscal. Nesse processo, o Terceiro Mundo também entrou na equação, uma vez que empresas passaram a instalar suas fábricas em países cuja mão de obra fosse mais barata - modificando a divisão internacional do trabalho.

A linha de produção cruzava agora não hangares gigantescos num único local, mas o globo. Algumas delas paravam nas extraterritoriais “zonas francas” ou fábricas *offshore*, que agora começavam a espalhar-se, esmagadoramente pelos países pobres com mão de obra barata, e sobretudo feminina e jovem, outro novo artifício para escapar ao controle de um só Estado. (Hobsbawm, 1994/1995, p. 275).

O equilíbrio estabelecido na Era de Ouro, com a administração do crescimento econômico na mão do Estado, políticas de bem-estar social - pleno emprego e salários altos -, produção avançando, lucros altos e estáveis, não se sustentou na década de 1970. A década de 1960 já apresentava o desgaste dessa organização, com o declínio da hegemonia dos EUA e a ruína do dólar-ouro com base do sistema monetário internacional. O fim da Era de Ouro em 1973 foi seguido por uma depressão cíclica que lentificou o crescimento econômico e a produção industrial nos países desenvolvidos. Para os países subdesenvolvidos, a crise foi bem mais intensa. Apesar das especificidades, estes países entraram em grande endividamento externo, além de apresentarem taxas de desigualdade social interna altíssimas.

A crise do fim do século XX aumentou a desigualdade interna, ampliando a fome e o número de moradores de rua nos países de Primeiro Mundo, e aumentou a desigualdade destes em relação aos países de Terceiro Mundo. É importante

destacar que nesse período emergiu um significativo problema estrutural: a redução da oferta de empregos. A indústria estava organizada de tal maneira que a produção exigia gradativamente menos seres humanos e com a alta do neoliberalismo nos governos, muitos serviços públicos que promoviam grande quantidade de empregos para a população foram privatizados, deixando de ter como objetivo as necessidades da nação. Por outro lado, foi um período em que progrediu a transnacionalização da economia, a qual enfraqueceu o poder econômico dos Estados: “ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la” (Hobsbawm, 1994/1995, p. 398). A privatização dos neoliberais também contribuiu para o enfraquecimento do Estado. Assim, organizações internacionais como a ONU, a União Europeia, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, entre outros que surgiram, ganharam importância no cenário mundial para a coordenação global desses processos econômicos, que escapavam ao controle dos Estados-nações, e para aumentar o controle dos países ricos sobre a política dos países pobres.

O capitalismo reformado após a Revolução Russa e o caos vivenciado na Grande Depressão - que ampliou a intervenção do Estado na economia e o investimento na segurança social - novamente não se sustentou. Quando os lucros diminuíram, a política de bem-estar, criada para o controle das massas, passou a ser questionada e combatida com a ascensão do neoliberalismo. A última face do capitalismo é contrária à intervenção estatal, mas em um momento em que o mercado está muito distante de ser livre - é comandado pelos oligopólios. Se no início, o capitalismo dependeu dos poderes aristocráticos para se consolidar e do Estado para ascender, no fim do século XX, o Estado é dispensável, apenas um estorvo para os lucros.

Concluindo o levantamento dos grandes eventos da História Contemporânea verifica-se a ascensão de uma classe social, a burguesia, a transformação do modo de produção, as crises resultantes de sua própria operação contraditória e irracional e suas atualizações que resultam em maior exclusão, desigualdade e exploração. A cada reedição menos são os participantes das regalias do capitalismo. Mesmo quando pressionado por novas tendências mundiais, suas adaptações estão sustentadas em estratégias de manipulação e exploração mais eficientes. Na impossibilidade de seu próprio sustento, o capitalismo apela ao horror, à destruição

massiva, à ameaça constante. A bomba nuclear deixa seu recado, repetido ao longo da Guerra Fria: quem recusar sua participação no jogo será exterminado.

Como abordado anteriormente, a inserção do capitalismo no Terceiro Mundo seguiu uma perspectiva neocolonialista, com a conquista de territórios e o controle indireto sobre a economia e a política de países já independentes. Assim, no Brasil se estabeleceu o capitalismo dependente, reeditando a exploração de seus recursos estruturada desde o período colonial e mantendo sua condição de país subdesenvolvido na relação internacional, conforme detalhado a seguir.

Florestan Fernandes (1972/1975) observou que a América Latina passou por quatro tipos de dominação externa, a começar da colonização realizada por Portugal e Espanha no século XVI. Sustentada pelos trabalhos forçados de nativos e escravos africanos, a colonização era executada pelos colonos que atendiam aos interesses dessas Coroas, fundando, em sua exploração ilimitada, sociedades estruturalmente desiguais. O segundo tipo de dominação externa adveio das transformações do fim do século XVIII e início do século XIX, que desagregou potências intermediárias e o antigo sistema colonial. Sem assumir o papel imperial, grandes potências como a Inglaterra passaram a explorar a política comercial no sentido de controlar os mercados das antigas colônias - além de acumular capital nos países europeus, mantiveram o *status* quo dessas economias, agravando suas desigualdades históricas e estruturais. O terceiro, consequência da revolução industrial imperialista, estabeleceu, após a metade do século XIX, o capitalismo dependente na América Latina, incidindo influências externas sobre a economia, a sociedade e a cultura. Reforçou as estruturas econômicas de modo a preservar o arranjo de exportação-importação especializado em matérias-primas e bens primários. O quarto, se estabelece a partir da segunda metade do século XX: o capitalismo corporativo ou monopolista. Esse tipo de dominação se fundamenta na implementação de empresas multinacionais nos países latino-americanos, que passam a exercer seu domínio por dentro da ordem social com grande amplitude, similar ao sistema colonial - um imperialismo total. Em todas essas formas, os países dependentes são administrados de modo a produzir excedentes econômicos que são acumulados nas potências hegemônicas do mundo.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a

transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização de infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (Fernandes, 1972/1975, p. 18).

A História do Brasil é dividida nos seguintes períodos: Pré-Cabralino (até 1500), Pré-Colonial (1500 a 1530), Colonial (1530 a 1822), Imperial (1822 a 1889, dividido em Primeiro Reinado e Segundo Reinado) e Republicano (desde 1889, dividido em República Velha, Era Vargas, República Populista, Regime Militar e Nova República). Nesse sentido, para entender a passagem do modelo colonial para o capitalismo dependente, é necessário considerar a chegada da Coroa portuguesa em 1808, a independência em 1822 e o fim da escravidão em 1888, como enfatizam Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020). Os autores apontam que a estrutura colonial, organizada sobre a monocultura de exportação, a força de trabalho escrava e o latifúndio, não foi modificada com a independência. A escravidão só foi abolida após contínua pressão da Inglaterra, cujo interesse voltava-se à formação de novos mercados consumidores de seus produtos manufaturados - O Brasil foi o último país a abolir a escravidão nas Américas. A industrialização tem seu princípio nessa estrutura, com a abertura de portos para o comércio internacional após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro.

Nesse contexto, se desenvolve a economia do café no Brasil, que se torna o principal exportador na metade do século XIX. O capital excedente do café se torna fonte de investimento para o desenvolvimento industrial, como o dos setores têxtil, metalúrgico e químico-farmacêutico. Na década final do Império, irrompe o primeiro *boom* industrial. Já na República, São Paulo ultrapassa o Rio de Janeiro na produção de café, tornando-se um importante polo industrial no país (Castelo, Ribeiro e Rocamora, 2020). Assim, observa-se que o desenvolvimento industrial esteve intimamente ligado às estruturas coloniais anteriores, de monocultura, latifúndio e exploração persistente de trabalho escravo associado ao trabalho livre (com a incorporação dos imigrantes europeus), mas no modelo econômico capitalista que atendia às necessidades das novas potências mundiais e incorporava o Brasil, como dependente e não autônomo, em seu esquema.

A partir da metade do século XX, se inicia no Brasil a ampliação de investimentos na industrialização pesada, associada ao estabelecimento tardio do capitalismo de monopólios. Este modelo de acumulação já estava consolidado nos países avançados, caracterizado pelo surgimento de associações empresariais, os

oligopólios, aumento da intervenção estatal e maior concentração de capital. O governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) com sua proposta desenvolvimentista foi o primeiro nesse processo, que se consolidou durante a ditadura militar (1964 a 1985). A industrialização pesada, realizada majoritariamente pelo Estado, apoiado pelo capital estrangeiro, direcionava o investimento para o aumento de tecnologia e expansão da capacidade produtiva. Fonseca (2003) argumenta que é nesse contexto que se desenvolve a indústria cultural no Brasil. Interessados na propagação dos ideais de integração nacional, os governos militares investiram na infraestrutura de comunicações - favorecendo a difusão da televisão, por exemplo - que foram aproveitadas pela classe empresarial, interessada na integração econômica. Ou seja, o desenvolvimento da industrialização no Brasil foi um passo para a integração do país na lógica internacional do capitalismo monopolista, voltada aos interesses econômicos externos e aos interesses políticos internos de um regime autoritário não interessado nas necessidades civis.

### **3.3. A memória para o agora**

Partindo dos debates acima, cabe elencar como estes, em sua perspectiva social, colaboram para a análise da oferta realizada por plataformas *online* para intermediar os relacionamentos humanos.

De início, não se pode ignorar que as plataformas *online*<sup>3</sup> são construídas e administradas por organizações privadas. Observamos acima que o modo de produção capitalista se organizou no modelo de monopólios desde o século passado, de modo que as empresas, visando aumentar seu potencial de lucros, começaram a se organizar em conglomerados para obter o controle do mercado. Também, seguindo a tendência de transnacionalização da economia, estes conglomerados passam a atuar em diversos países, reduzindo o controle desses Estados sobre sua atuação. Assim, embora o produto dessas empresas seja uma plataforma para interação social, não significa que estas não tenham por propósito a maior obtenção de lucro possível. A promessa de ampliação de contato tende a transferir a questão do âmbito social para o âmbito individual, subjetivo, no entanto,

---

<sup>3</sup> A relação entre usuário e plataforma e exemplos da dimensão de sua influência serão aprofundados no capítulo 5.

os próprios elementos subjetivos passam a se enquadrar na condição de mercadoria. Seus usuários são meios para o alcance desse fim, são quantidades, índices de déficit ou superávit. O Tinder, por exemplo, rede social para namoro, faz parte do Match Group: empresa estadunidense que contém em seu portfólio 45 marcas de serviços de encontros *online* e opera em mais de 40 idiomas pelo mundo (Match Group, 2022).

A concentração de capital alcançada por esses conglomerados implica no aumento da desigualdade social, inclusive em relação aos países dependentes, uma vez que o capital adquirido se concentra no país base da organização. Sua existência impacta estruturalmente a organização da sociedade. Ademais, como abordado anteriormente, as democracias vêm sendo manipuladas de acordo com o desejo das elites desde sua fundação. Considerando os milhões a bilhões de usuários, as plataformas *online* adquirem facilmente influência e controle das tendências políticas. As decisões do Estado podem interferir em seus ganhos de diversas formas. Uma vez que a empresa tenha se posicionado, pode fazer uso de sua plataforma para influenciar seus usuários na direção de seu interesse privado e não das necessidades da população em si.

Do mesmo modo, o desenvolvimento do aparato técnico muitas vezes propagado para a facilidade do usuário, certamente seguirá o propósito da obtenção de capital, assim como os maiores avanços tecnológicos foram originados na guerra por mercados. Uma funcionalidade a mais, um botão diferente, em um aplicativo pode favorecer a coleta de informações para sua base de dados. Outro exemplo conhecido é a inovação da *timeline*, mostrando publicações uma abaixo da outra infinitamente, que propicia a permanência *online* de seus usuários por muito mais tempo, favorecendo os indicadores da plataforma. As facilidades que estariam a serviço dos usuários colocam os usuários a serviço das plataformas.

Portanto, os fenômenos da atualidade refletem a organização social e suas tendências construídas ao longo da história e as plataformas *online* não se excluem dessa condição. Infelizmente, a história da humanidade se refere à persistente dominação de uns sobre os outros e sobre a natureza, para a qual se exigiu a abstração das qualidades para a equiparação e adesão de todos, a restrição do pensamento, a diluição da verdade e a contenção da experiência. Os movimentos de questionamento dessa ordem regrediram frente à imposição da autoconservação e adaptação. Diante do poder da destruição massiva e da fome sempre à espreita,

quem se oporá? Antes mesmo de mostrar sua face mais horrível, a racionalidade tecnológica ordena todos à disposição do aparato total e o esclarecimento opera para sua justificativa e conformação de todos. A verdade tecnológica relativiza facilmente qualquer julgamento a favor dos grandes senhores do mundo, que podem, assim, seguir seu progresso avassalador sem grandes estorvos até a próxima crise do capital. São estes os pressupostos que devem guiar a análise dos fenômenos que operam nesta realidade para elucidar seus mecanismos de controle e opressão.

## **4. AMOR E DOMINAÇÃO SOCIAL**

Uma vez delineada as tendências sociais de dominação em sua constituição histórica e sua expressão no desenvolvimento do capitalismo, faz-se necessário indicar como essas vêm se impondo sobre a dimensão subjetiva e como atingem o desenvolvimento da capacidade de amar. No presente capítulo, se propõe refletir sobre o conceito de amor, questionando seus limites enquanto ideologia; retomar formulações realizadas pela Psicanálise freudiana e por autores da primeira geração da Teoria Crítica da Sociedade; e levantar os movimentos de pressão e coação realizados pela organização social total que impedem o amor de se realizar, mas também os espaços de encontro que amparam seu desenvolvimento e sustentam a resistência à barbárie e a força de transformação.

### **4.1. Conceito de Amor e Ideologia**

Para pensar a conceituação do amor deve-se considerar que os conceitos são desenvolvidos de acordo com a organização da sociedade que vigora no momento, em toda sua complexidade e contradição, e tanto sua definição quanto sua função social se transformam com o avanço da história. Desse modo, a crítica ao conceito de ideologia realizada por Horkheimer e Adorno pode colaborar para o entendimento das transformações do conceito de amor.

Para além de um conjunto de ideias, Horkheimer e Adorno (1956/1973a) consideram a ideologia como um conceito que em seu sentido estrito emerge do processo social, refere-se à realidade objetiva e se caracteriza por sua autonomia. Os autores indicam que uma ideologia pode ser verdadeira em si, mas torna-se falsa quando confrontada pelas condições da realidade, como ocorre com as ideias de justiça e liberdade. Ainda como falsa consciência apresenta elementos de racionalidade, mas como mentira manifesta apela às necessidades subjetivas, não contém autonomia e é irracional. As ideologias também são apreendidas como justificção de relações de poder que não são transparentes. Assim, correspondem, historicamente, ao modelo burguês de sociedade - ou “pelo menos a uma sociedade em que uma economia urbana de mercado já foi desenvolvida” (p.191); considerando que nos modos de produção anteriores o poder se dava de modo explícito e imediato.



Horkheimer e Adorno (1956/1973a) observam que a própria crítica à ideologia, aderindo à influência do positivismo, começou a ignorar o movimento histórico dos conceitos e de uma perspectiva objetiva passaram a uma perspectiva subjetiva, atribuindo à capacidade dos indivíduos o elemento de inverdade da ideologia e não às determinações sociais. Também apontam que as relações de poder se tornaram mais transparentes, como ocorreu com a ascensão do fascismo, e a própria ideologia não se configura mais como falsa consciência; não há nela elementos de racionalidade ou autonomia, antes, a ideologia totalitária se refere a configurações psicológicas para delas fazer uso; se apresenta como propaganda às massas da realidade como se encontra, promovendo resignação e adaptação. Dessa forma, os autores evidenciam como as alterações na estrutura social vêm desintegrando a produção espiritual: “a ideologia já não é um envoltório mas a própria imagem ameaçadora do mundo” (p.203).

De acordo com esse debate, pode-se considerar que o conceito de amor tenha se configurado de elementos racionais e irracionais a depender das condições sociais em que se estabeleceu. Para exemplificar, pode-se apontar a construção do conceito de amor romântico na civilização ocidental, considerando uma das perspectivas mais influentes sobre o amor, inclusive na atualidade.

Costa (1998), em seus estudos sobre o amor romântico, indica que a construção da idealização do amor aconteceu em duas frentes ao longo da história, as quais ele denomina de metafísica do objeto de amor e metafísica do sujeito amoroso. A primeira, com a idealização do objeto amado, já seria encontrada em *O Banquete* de Platão, escrito por volta do século IV a.C., na Grécia Antiga. O ideal amoroso é concebido na imagem de uma escada do amor, que parte do amor sensível e ascende à procura dos valores permanentes, o Bom, o Belo e o Verdadeiro, suscitando a “nostalgia ontológica do objeto ideal perdido” (p. 37). Tal concepção é resgatada na Igreja Católica especialmente por santo Agostinho, que atribuiu a Deus o amor verdadeiro - o Bem Absoluto imperecível; sua *caritas* persistiu no imaginário cristão ao longo de toda a Alta Idade Média. Posteriormente, São Bernardo de Clairvaux e santo Tomás de Aquino assinalaram a razão como guia da busca pela felicidade amorosa com Deus, percurso atravessado pelo sofrimento do desejo privado como uma satisfação beata. Com o amor cortês, o objeto de amor é laicizado, uma vez que a Dama passa a ocupar o lugar de Deus do amor cristão.

Nota-se que o amor cortês estava destinado aos filhos mais novos dos senhores feudais que, sem direito à herança e ao casamento bem-sucedido, ficavam relegados à cavalaria. Nesse caso, a felicidade é idealizada na aceitação da renúncia ao objeto amoroso, cumprindo a função social de impedir a rebeldia dos desapossados. De acordo com Costa (1998), essa instrumentalização do sentimento para o alcance de finalidades sociais perpassa cada uma dessas tendências amorosas. Na Grécia Antiga, por exemplo, a pederastia estava relacionada à preparação dos jovens para a vida política da *polis*. Eros evoluiria para *philia* e promoveria mais consistência à comunidade; a amizade com este propósito reaparece nas comunidades cristãs posteriores. O amor nessas concepções está de acordo com as normas da sociedade, ajustando os indivíduos ao seu funcionamento.

Em relação à metafísica do sujeito amoroso, Costa (1998) identifica três tendências históricas precursoras do amor romântico. A primeira se refere ao amor cortês e à mística cristã, que promovem uma subjetivação derivada da alocação do amor como sentido da vida, mobilizando no amante o ímpeto de ser o melhor, a busca da autoperfeição para Deus ou para a Dama cortejada. Nesse movimento emerge a exacerbação das emoções sensíveis, da paixão, da aflição, da ânsia de alcançar o objeto de amor - como aparece no êxtase de santa Teresa de Ávila ao ser atingida por um dardo de fogo em suas visões. A segunda tendência decorre das teorias sobre o sujeito desenvolvidas por pensadores como Hobbes, Locke e Condillac, entre os séculos XVI e XVII, consequentes das revoluções econômico-político-culturais, em que o amor é naturalizado e reduzido a uma derivação do desejo egoísta; a felicidade é idealizada na busca contínua por prazer. E, por fim, a subjetivação advinda da crise na Sociedade de Corte. Esta exigia excessivo autocontrole de sua população de nobres por estarem muito próximos ao rei, despertando a nostalgia do campo e a idealização do passado. Aqui a subjetivação decorre da constante exigência de autocontenção, que favorece a individualização. O jogo amoroso, neste caso, é prolongado mediante o maior distanciamento entre as pessoas.

São essas construções ideológicas sobre o objeto amado e sobre o sujeito amoroso que culminam no amor romântico, sintetizado por Rousseau no século XVIII, conforme ressalta Costa (1998, p.68):

De um só golpe, Rousseau vai reunir numa única figuração ideais do bem do amor, do sujeito amoroso e da felicidade amorosa antes dispersos: a) na exaltação do amor ao Supremo Bem, a Deus ou à Dama; b) na exaltação dos desejos e prazeres, até então considerados egoístas e anti-sociais; c) no controle da sexualidade, vista como algo vil ou como a marca da Queda ou do Pecado e, finalmente, d) na ideia de concórdia entre o sujeito e o social, presente no amor clássico, antes de sua emancipação individualista.

Esses elementos denotam a relação direta entre a construção dessas concepções de amor e o contexto material a que se referem. Pode-se considerar que a difusão de um discurso a favor do amor tenha promovido maior aproximação entre as pessoas. Na dimensão individual pode ter sido importante a um grupo de pessoas, no entanto, a idealização valorizada na concepção do amor romântico cumpre funções de adaptação ao funcionamento da sociedade. São concepções que justificam as imposições da ordem social e mobilizam a constituição subjetiva dos indivíduos a seu favor, instrumentalizam o âmbito sensível. Ao invés de ser o próprio contato entre sujeitos a finalidade do amor, a idealização torna-se o fim, sendo sua principal característica; uma sustentação ideológica para o distanciamento entre as pessoas.

Em suma, as concepções de amor não estão isentas de cumprir um papel ideológico. O que não significa que não venham a conter elementos de racionalidade, que apontem no sentido de uma ordem social melhor e tenham nisso sua relevância. Mas, uma vez que acompanham o movimento da sociedade e esta se encontra em um movimento regressivo, torna-se mais provável que estas concepções não só careçam de elementos racionais, como ainda operem a manutenção da dominação social.

De acordo com as tendências observadas por Horkheimer e Adorno (1956/1973a), as ideologias vêm perdendo seu conteúdo racional e a ideologia autoritária passa a se difundir. Partindo desse pressuposto e preocupados com a relação entre ideologia e personalidade, Crochík, Silva, Lourenço, Freller e França (2019) realizaram uma pesquisa no intuito de verificar a relação entre a adesão à ideologia da racionalidade tecnológica e as personalidades narcísica e sadomasoquista. Para tanto, aplicaram em 135 alunos de universidades públicas de São Paulo um questionário de características pessoais e três escalas tipo Likert: Escala do Fascismo (Escala F) - utilizada para identificar os traços sadomasoquistas-, Escala das Características Narcísicas (Escala N) e Escala da Ideologia da Racionalidade Tecnológica (Escala I). Os autores puderam constatar

que a adesão à ideologia da racionalidade tecnológica pode ser explicada 48% por elementos sadomasoquistas e 24% por elementos narcisistas da personalidade. Identificaram ainda que conforme aumenta o número de traços sadomasoquistas, aumentam também os traços narcisistas e a adesão à ideologia em questão; assim como, o aumento na quantidade de traços narcisistas aumenta a adesão a essa ideologia.

Essa pesquisa evidencia que as análises realizadas por Horkheimer e Adorno ainda apresentam validade em nossa realidade - as tendências regressivas identificadas por eles persistem na atualidade. Portanto, é necessário avaliar como as ideologias produzidas na realidade social atual se direcionam às predisposições subjetivas e as mobilizam para a manutenção do *status quo*, especialmente quando essas ideologias dizem respeito à relação amorosa entre os indivíduos. Desse modo, levantar-se-á a seguir importantes conceitos da psicanálise freudiana para compreender as configurações psíquicas atreladas ao amor e algumas críticas que Freud pôde fazer em relação à sociedade de seu tempo.

#### **4.2. Psicanálise freudiana: corpo, libido e amor**

O fundador da Psicanálise, Sigmund Freud (1856 - 1939), desenvolveu conceitos essenciais para a compreensão das relações humanas e alçou a importância da sexualidade na vida, indicando suas marcas nas expressões humanas. Sua metapsicologia, resultante de sua experiência clínica, produziu uma complexa explicação dos mecanismos psicológicos para além da consciência que vem influenciando a Psicologia, a Medicina e outras áreas do saber até a atualidade. Embora a Teoria Crítica da Sociedade apresente profundas críticas à teoria freudiana, pode-se dizer que seus conceitos propiciaram uma análise da sociedade que evidencia a mobilização de mecanismos psíquicos no curso da dominação. Assim, considerando Freud como um importante pensador do fim do século XIX e início do século XX, vale destacar conceitos que apontem para sua concepção de amor e para sua crítica à sociedade de seu tempo.

A princípio, pode-se indicar o conceito de libido como fundamento para a definição de amor na Psicanálise freudiana, como base da compreensão das relações humanas e da formação do sujeito e como energia que move a vida. Embora possa ter sua meta inibida, sua origem sempre é sexual:

“Libido” é uma expressão proveniente da teoria da afetividade. Assim denominamos a energia, tomada como grandeza quantitativa - embora atualmente não mensurável -, desses instintos<sup>4</sup> relacionados com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra “amor”. O que constitui o âmago do que chamamos de amor é (...) o amor entre os sexos para fins de união sexual. Mas não separamos disso o que partilha igualmente o nome de amor, de um lado o amor a si mesmo, do outro o amor aos pais e aos filhos, a amizade e o amor aos seres humanos em geral, e também a dedicação a objetos concretos e a ideias abstratas. Nossa justificativa é que a investigação psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências seriam expressão dos mesmos impulsos instintuais que nas relações entre os sexos impelem à união sexual, e que em outras circunstâncias são afastados dessa meta sexual ou impedidos de alcançá-la, mas conservam bastante da sua natureza original (...). (Freud, 1921/2011, p. 43)

Sem ignorar as intempéries da vida às quais todos estão expostos, Freud (1930/2010) assinalou a vinculação libidinal com objetos externos como um dos caminhos para a felicidade, ou seja, a busca por amar e ser amado. Enfatizando sua importância, nomeou este caminho como a “arte de viver” (p.38), mas com o alerta para a sua fragilidade: “nunca estamos mais desprotegidos ante o sofrimento do que quando amamos, nunca mais desamparadamente infelizes do que quando perdemos o objeto amado ou seu amor” (p.39).

Para compreender as possibilidades de vinculação libidinal e seus limites em nossa sociedade é necessário assinalar a intrínseca relação entre corpo e libido. Em *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud (1905/2016) defendeu que em um percurso comum, o desenvolvimento psicosexual atravessaria, no decorrer da infância à puberdade, o que denominou como fases oral, anal, fálica e um período de latência para, enfim, culminar em uma organização genital madura. As organizações pré-genitais, desenvolvidas na infância, poderiam ser caracterizadas pelo seu ancoramento em funções vitais do corpo, como a alimentação, para a satisfação autoerótica da libido. Essa região corporal, onde se dá a satisfação, torna-se uma zona erógena pela repetição. As pulsões parciais, que decorrem da excitação interna e das zonas erógenas desenvolvidas na infância, passariam a servir à primazia genital a partir da puberdade, preparando o corpo para o prazer final: o orgasmo com um outro. Deve-se destacar que sem a consolidação das resistências psíquicas como vergonha, nojo e moralidade, haveria maior predisposição às perversões diversas, já que a meta sexual infantil não condiz com

---

<sup>4</sup> A tradução utilizada opta por traduzir *Trieb* como instinto, no entanto, neste trabalho escolheu-se utilizar o termo pulsão, de modo que instinto aparecerá apenas em citações diretas.

a união dos genitais em ato sexual. Para Freud, essa predisposição polimórfica infantil a todas as perversões seria universalmente humana.

Alexandre (2019), em sua investigação a respeito do Inconsciente, sublinha a relevância da dimensão biológica no desenvolvimento da Psicanálise freudiana. O autor destaca, como indícios da relação corpo e psique na teoria psicanalítica, a compreensão dos transtornos psíquicos a partir dos distúrbios da vida sexual; a concepção inicial da angústia como a incapacidade de descarregar adequadamente o excesso de energia derivada do corpo; a inicial teoria da sedução no estudo da histeria, que também estaria relacionada ao excesso de excitação corpórea; a concepção da pulsão sustentada na relação entre o somático e o psíquico; e a apreciação da filogênese, a herança da espécie humana, da qual o inconsciente seria um precipitado histórico. Alexandre, entretanto, adverte que a dimensão natural não é tomada em perspectiva estática, uma vez que a organização social e a ontogênese transformam significativamente essas predisposições.

Pensando na especificidade humana de diferenciação, Franciscatti (2005) ressalta o valor do conceito de pulsão, em contraposição ao de instinto. Enquanto o instinto é definido como um esquema de comportamento de uma espécie com pouca possibilidade de variação e transmissão hereditária, a pulsão se refere a um complexo processo dinâmico, proveniente da excitação orgânica com representatividade psíquica, marcado pela cultura, direcionado aos mais diversos objetos. Guiada pelo princípio de prazer, a pulsão proporciona, no movimento para o outro, o encontro com o diferente e neste a possibilidade de diferenciação. Para a autora, o conceito de pulsão contém em sua formulação a possibilidade humana de transformação e idiosincrasia pelo contato com o outro: “tal especificidade atribui ao humano a possibilidade de transformação, de imprevisibilidade, de abertura e de encontro com e para a diferença” (p. 42).

O trajeto para a vinculação começa no narcisismo primário, período o qual Freud (1914/2010) conjectura que seria comum a todos. É um momento em que a libido está voltada para o Eu, para a autoconservação, para o desenvolvimento propriamente dito. A contar de uma certa quantidade de libido acumulada, passaria a ser necessário que a libido do Eu em formação se voltasse para fora e se vinculasse a objetos externos, tornando-se libido objetal: “mas afinal é preciso começar a amar, para não adoecer” (p. 29). A libido objetal advém da libido do Eu e regressa ao seu ponto de partida ao perder seu objeto, constituindo um narcisismo secundário. O

represamento da libido no Eu, a perda de interesse no mundo externo, foi encontrada por Freud no estudo das parafrenias<sup>5</sup>, o que permite indicar que as questões relacionadas à libido objetal estão no campo dos mecanismos neuróticos e a impossibilidade de amar está no campo dos mecanismos psicóticos.

O direcionamento da libido para fora, para um objeto, pode ter um caráter sexual direto, mas pode também ser inibida em sua meta, caracterizando-se como ternura. A transformação da pulsão sexual em ternura faria parte do desenvolvimento psicosexual, especificamente, quando a criança entra em período de latência e precisa reprimir o desejo edípico pelo pai ou pela mãe. Freud (1921/2011) defende que a ternura permite que se configurem laços duradouros porque não satisfaz plenamente a pulsão sexual, uma vez que é desviada da meta sexual direta, mantendo a vinculação ao objeto. Já a pulsão sexual direta tende a perder o objeto, pois sua satisfação promove a redução da tensão sexual, tornando necessário algum tempo para sua nova acumulação; com o interesse diminuído, o objeto perde sua importância, podendo ser substituído. Assim, para que os relacionamentos amorosos possam ser duradouros, parte da pulsão sexual precisa ser inibida em sua meta, transformando-se em ternura.

Por outro lado, quando a meta diretamente sexual é resignada significativamente ao segundo plano, corre-se o risco da superestimação do objeto: idealizá-lo a ponto de perder o senso crítico, percebê-lo como perfeito, colocando-o no lugar de ideal do Eu. Nesse caso, a vinculação com o outro é utilizada para satisfazer necessidades narcísicas, pois a libido do Eu tem um papel importante na constituição do ideal do Eu (que é compreendido como parte das funções do Supereu em um momento posterior da teoria freudiana). Para Freud (1914/2010), a perfeição em que a criança se percebe não se perde completamente, ela aparece reformulada na criação do ideal do Eu, que exige do Eu o esforço de alcançá-lo para conquistar a satisfação da libido narcísica. Esse ideal também pode receber certo suporte do ideal sexual e obter das características do objeto a satisfação narcísica que não pôde ser alcançada pela pessoa em si.

Em uma sociedade em que os ideais exigidos do Eu não são atingíveis, impedindo a satisfação de necessidades narcísicas, estabelece-se uma tendência social de regressão ao narcisismo. Freud (1921/2011) argumenta que a separação entre o Eu e o ideal do Eu possa se enfraquecer e até se desfazer temporariamente

---

<sup>5</sup> Termo utilizado na época para se referir a algumas psicoses delirantes crônicas.

mediante as fortes exigências da realidade, que remetem o indivíduo a constantes renúncias e frustrações. Ele ilustra essa condição psíquica com o caso da pessoa em mania, que teria o ideal do Eu absorvido no Eu de modo a perder qualquer autocrítica, sentindo-se então excessivamente satisfeita e feliz consigo. Além disso, também menciona pessoas que não chegaram sequer a estabelecer uma nítida separação entre o Eu e o ideal do Eu. A necessidade de satisfação narcísica seria um fator importante para a formação de massas, em que o líder é alocado no lugar do ideal do Eu e investido de libido narcísica.

A partir desses fundamentos, é possível compreender que, seja voltado à formação de massas ou ao enamoramento que idealiza completamente o objeto para satisfazer a si mesmo, o narcisismo secundário tem íntima relação com a vulnerabilidade à qual os indivíduos se encontram nessa sociedade, que exige demandas muitas vezes inalcançáveis, sem garantir a preservação básica da vida. Crochík (2011a) sublinha a responsabilidade da cultura de garantir a autoconservação, de modo que as pessoas não se sintam constantemente ameaçadas e possam se relacionar satisfatoriamente com o mundo, ao invés de serem dele alienadas. O propósito do narcisismo seria conservar a vida, contudo, seu aspecto adoecido, caracterizado pelo recolhimento da libido voltada para o exterior e seu excessivo reinvestimento no Eu, adviria do comprometimento da autoconservação, não garantida pela sociedade. Assim, o narcisismo, decorrente do desgaste para garantir a autoconservação, limita o direcionamento da libido para fora - é um limite para amar.

A dimensão da corporeidade não pode ser abstraída quando se define o amor pela vinculação libidinal com outros e, com isso, uma outra face da dominação se expressa: a histórica reificação do corpo. No início do século XX, Freud (1908/2015) já insistia que a repressão sexual exigida pela civilização estava além do que era possível atender: “os neuróticos (...) mantêm sua colaboração nas obras da cultura somente com enorme dispêndio de forças, com empobrecimento interior, ou às vezes têm de suspendê-la por estarem doentes” (p. 373). No esforço de responder à moral sexual cultural, os indivíduos são impelidos à neurose - o negativo das perversões. A redução da meta sexual à reprodução legitimada pelo casamento, naquele período, não encontraria qualquer fundamento racional, pois a abstinência anterior ao casamento não seria recompensada posteriormente, mediante as



consequências do próprio atraso da vida sexual, e, adoecidos, tampouco os indivíduos corresponderiam às demandas sociais.

No que se refere ao adoecimento, Freud (1924/2011) assinala um prejuízo em relação ao contato com a realidade na neurose, num processo distinto da psicose. Na neurose, o conflito disparador é resolvido pela repressão pulsional que é seguida por uma tentativa de fuga da realidade, enquanto na psicose, a realidade é negada e, posteriormente, remodelada. Ainda que na neurose não haja uma abrangente ruptura com a realidade, Freud indica a tentativa de substituição da realidade comprometida por meio da fantasia, a qual pode ser encontrada pela “regressão a um passado real mais satisfatório” (p.220). Logo, em ambos processos de adoecimento, o contato com a realidade é comprometido, tanto em um sentido de ruptura, quanto em um sentido de substituição. São defesas às exigências da realidade, as quais o indivíduo não é capaz de corresponder.

O debate da relação entre indivíduo e sociedade é aprofundado posteriormente quando Freud (1930/2010) analisa o mal-estar na civilização e a hostilidade das pessoas em relação a esta. De início, ele ressalta o princípio do prazer na constituição humana, que de modo positivo ou negativo orienta o ser humano à busca pela felicidade. No entanto, a realidade se apresenta como fonte de sofrimento, por meio das limitações do corpo, das ameaças do mundo externo e, especialmente, pelas relações humanas, restringindo em ampla medida a obtenção de satisfação. Voltando-se à dimensão social, Freud destaca a imposição do controle sobre as pulsões dos indivíduos para a manutenção da civilização. Esse controle social chegaria a compor traços de caráter, deslocamento de pulsões e a própria renúncia da satisfação. Essa frustração compulsória seria, então, a base da hostilidade contra a civilização.

O amor ocupa um importante lugar nessa discussão. Trata-se de um dos pilares da organização social, na medida em que une as famílias e, posteriormente, as comunidades. Há, entretanto, uma divergência: o amor se opõe à cultura quando se orienta a fortalecer os laços familiares. A cultura, por sua vez, restringe as possibilidades de satisfação para que a libido seja aplicada no sustento das relações sociais, instituindo uma ideologia sexual inatingível:

A civilização atual dá a entender que só quer permitir relações sexuais baseadas na união indissolúvel entre um homem e uma mulher, que não lhe agrada a sexualidade como fonte de prazer autônoma e que está disposta a tolerá-la somente como fonte, até agora insubstituível, de multiplicação dos seres humanos. (Freud, 1930/2010, p.69)

Além das restrições sobre a vida sexual, que a conduzem à regressão, a civilização também exige a contenção das pulsões agressivas. Freud (1930/2010) identifica essa tendência na máxima “ama teu próximo como a ti mesmo” e expõe sua irracionalidade, pois um amor assim difundido estaria diluído e perderia seu valor, além de ser injusto com as pessoas íntimas que de fato o merecem. Tal máxima aponta para o esforço da civilização em reprimir a destrutividade humana, a qual Freud nomeou pulsão de morte - inerente ao ser humano assim como Eros, a pulsão de vida. Essa destrutividade pode se direcionar tanto contra o mundo externo como contra o próprio eu. Portanto, para controlá-la, como seu obstáculo, a civilização depende do seu redirecionamento ao sujeito.

Freud (1930/2010) considera que a introjeção da agressividade faz parte do processo de formação do Supereu. Para ele, a criança teme perder o amor daquele de quem depende para sobreviver e considera mal tudo que levante essa ameaça. A renúncia a esse mal, a frustração de sua satisfação, desperta a agressividade, mas, pelo medo, a criança reorienta sua destrutividade a si mesma ou se identifica com essa autoridade, que passa a compor o Supereu e também usa a agressividade contra o Eu. Antes da formação do Supereu, a consciência de culpa é decorrente da descoberta do ato mal realizado, porém, com a formação dessa instância, essa consciência passa a existir desde a intenção de realização do mal, porque não é possível ocultá-la em seu próprio psiquismo. A angústia da perda do amor reaparece como medo ao Supereu, podendo ser inconsciente e independente da condição real. Assim, o indivíduo passa a se sentir vigiado continuamente, ameaçado pelo medo da perda de sua garantia de sobrevivência, com sua pulsão de morte voltada contra si mesmo; a criação da consciência moral pela renúncia pulsional, demanda ainda mais renúncia: “a civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior (...)” (p.92).

A concepção da pulsão de morte é uma significativa mudança na teoria psicanalítica freudiana, que deixa de confrontar as pulsões do Eu e as pulsões objetais - pois, pelo conceito de narcisismo, identificou o investimento de libido no Eu

- e passa a se dirigir às dinâmicas da pulsão de vida e pulsão de morte. Estes não seriam necessariamente contrários, podendo inclusive atuar conjuntamente como é explícito no sadismo e no masoquismo. Todavia, em relação à organização social, Freud (1930/2010) adverte que a repressão sexual somada à introversão da destrutividade, com o conseqüente aumento do sentimento de culpa - como preço do progresso cultural e da formação de uma sociedade ligada libidinalmente sob a ameaça à sobrevivência - promovem um significativo mal-estar e afastam a conquista do princípio do prazer, a busca pela felicidade. Desse modo, sem romper com o pressuposto civilizatório, advoga pela construção de uma sociedade que tenha a felicidade humana como objetivo, reformulando suas exigências para o convívio social, do qual cada um se vê dependente, e que esteja de acordo com a real constituição humana.

Vale frisar que Freud (1930/2010) analisa a evolução cultural a partir dos mecanismos psíquicos que encontrou em sua clínica, como “a luta entre Eros e morte” (p.90). Não obstante, Adorno (1955/2015) considera que esse movimento de ampliação sociopsicológica recai em falsidade por dois fatores: dissolve a própria dimensão psicológica e atribui às forças motoras sociais atributos especificamente psicológicos. Tomar o indivíduo com base para a compreensão do todo é, desse modo, ideologia: “(...) a intenção de elevar suas descobertas a uma totalidade foi precisamente o que produziu o momento de inverdade na psicanálise” (p. 83).

Apesar dos limites, a psicanálise freudiana tem grande relevância para a pesquisa em Psicologia Social, inicialmente por uma compreensão dos relacionamentos humanos que vai além da moralidade de seu tempo. Freud desenvolveu, a partir de sua clínica, uma concepção de amor inseparável da organização sexual do indivíduo. Amor que se dá pelo investimento libidinal, sexual ou inibido em sua meta, como ternura. Envolve a satisfação narcísica, quando recebe do outro amor correspondido ou quando no outro satisfaz seus ideais. Abrange a agressividade inerente a cada um - é ambivalente. Para além da meta sexual estipulada pela sociedade, se manifesta comumente de modo perverso - considerando a importância das pulsões parciais na formação. Não se encerra na idealização, é corporal desde sua origem como pulsão. Proporciona frustração e sofrimento, mas também prazer e satisfação. No encontro com o outro, abre caminhos para a diferenciação e, em toda sedimentação psíquica que fornece, é formativo. Nas ligações que promove, é fundamento da civilização. Ademais, como

importante testemunha de seu tempo, Freud identificou o descompasso entre o progresso social e o atendimento às necessidades humanas e delineou o acionamento de mecanismos psíquicos para o controle das massas.

### **4.3. Dominação e subjetividade: a expropriação do amor**

Como discutido anteriormente, a realidade social atual tem se organizado em princípios irracionais que não promovem uma vida digna a todos, mas mantém historicamente a desigualdade e o privilégio de um pequeno grupo, sustentada na exploração do trabalho da maioria, em especial, nos países de capitalismo dependente, como o Brasil. Esse processo de dominação não se impõe apenas em ameaças explícitas de violência - que não deixam de existir em nosso mundo, como nas guerras; antes, também se opera pela manipulação da subjetividade dos indivíduos, como Freud já identificava no início do século passado. A Teoria Crítica pôde investigar essa questão, que se agravou com o correr da História, e desenvolver conceitos que trazem grande clareza para a compreensão dos fenômenos da sociedade atual. Para compreender essa mobilização calculada da subjetividade é possível, inicialmente, abordar os conceitos de sociedade, indivíduo e cultura, assim como sua inter-relação.

Pela perspectiva da Teoria Crítica, o conceito de sociedade só pode ser apreendido em seu movimento histórico, não podendo ser resumido a uma chave estática de definições gerais. Diferentemente do pensamento que se estabeleceu com a formação da era burguesa, que define a sociedade a partir da propriedade privada e da divisão social do trabalho, tendendo à eternização das instituições, Horkheimer e Adorno (1956/1973b) insistem que este conceito seja apreendido de modo crítico pelo confronto das instituições com seu substrato, precisa abranger “a unidade do geral e do particular” (p.36), “a tensão entre instituições e vida” (p.32). Esse confronto se torna uma crítica à sociedade na medida em que esta, em sua dimensão total, sustentada ao longo de sua história pela divisão do trabalho, vem se afirmando independentemente dos indivíduos que a constituem, ou seja, não identifica neles sua finalidade.

A sociedade, como têm se estabelecido na História, segue em movimento de ampliação, tendendo a uma socialização total, com o aumento quantitativo de indivíduos funcionalmente integrados e com o aumento qualitativo do controle social.

Assim como a divisão do trabalho para Platão já decorria na limitação ao desenvolvimento das capacidades individuais pela especialização, a expansão da socialização e, conseqüentemente, da divisão do trabalho racionalizado, reduz as possibilidades de diferenciação e limita os momentos de autonomia: o “surgimento da barbárie no próprio âmago da Cultura” (Horkheimer & Adorno, 1956/1973b, p. 39). Os autores ainda consideram que o progresso da socialização esteja amparado na cristalização da ideia de Indivíduo, alavancando seu potencial destrutivo ao âmbito da subjetividade - a imposição da dominação de modo mediado. Conseqüentemente, a ampliação da sociedade, que se institui com a padronização e restrição das capacidades humanas desde a interioridade, resulta em sacrifício individual.

O sacrifício constituinte do indivíduo burguês já estaria presente em seu protótipo: Ulisses, herói da Odisseia. Sua característica determinante é a astúcia, utilizada em suas aventuras para enganar os deuses e sobreviver. Para escapar ao sacrifício - o modelo primitivo de obter controle sobre as forças da natureza - Ulisses precisa exercer domínio sobre sua própria natureza. O controle sobre o desejo, representado nas cordas que amarram Ulisses enquanto passa pela ilha das Sereias e deseja violentamente encontrá-las, confina o viver à autoconservação e, na renúncia, articula a introversão do sacrifício: “o eu que está sempre a se refrear e assim deixa escapar a vida que salvou e que só recorda como uma viagem de erros” (Horkheimer e Adorno, 1947/2006b, p. 54). Dessa forma o sacrifício passa a compor a subjetividade do indivíduo burguês; este, em sua impotência frente à natureza, pode desencantá-la ao se alienar da felicidade, desencantando também a si.

Condizente com a dissolução do sujeito pela renúncia a uma vida feliz, a filosofia burguesa concebeu o indivíduo como uma mônada absoluta, isolada e singular. Em oposição, Horkheimer e Adorno (1956/1973c) apontam sua falsidade ao enfatizar a relevância da convivência para a vida humana e a necessidade do contato com os outros para a formação do eu: “relaciona-se com os outros antes de se referir explicitamente ao eu” (p. 47). Acrescentam que esta convivência se dá de modo organizado: a formação do indivíduo ocorre mediada pela sociedade. Essa mediação, por sua vez, é promovida pela realidade concreta e como ela se configura, de sorte que apenas em uma sociedade justa seria possível a formação plena de um indivíduo. Entretanto, o sentido racional é preterido e a sociedade

burguesa - que em seu princípio favoreceu a ascensão do indivíduo para depois depô-lo - reduziu a finalidade da vida à sobrevivência no jogo econômico do lucro.

A cisão entre indivíduo e totalidade social é material. O indivíduo não se percebe integrante do todo e a sociedade, sem o ter por fim, o exclui e aliena de si. A partir dessa forma contraditória em que a civilização se configurou, a relação entre o particular e o universal ficou marcada pela primazia da sociedade sobre o indivíduo (Adorno, 1955/2015). Esta imposição da totalidade sobre a subjetividade vem se estabelecendo, em grande medida, sobre um elemento fundamental: o medo objetivo. Não atender às exigências econômicas implica na exclusão social, que corresponde à ameaça de aniquilação física. Assim, para manter uma ordem que não atende às necessidades humanas, a necessidade de autopreservação é suscitada em todos. Mesmo os privilegiados nesse sistema não têm a plena segurança de uma vida garantida; a qualquer momento tudo pode se perder.

Por outro lado, uma vez que os indivíduos são também alienados da sociedade, as contradições sociais não se reproduzem neles diretamente, mas são reformuladas desde a subjetividade e nisso se abre alguma possibilidade de diferenciação: “as diferenças específicas dos indivíduos são tanto marcas da pressão social quanto cifras da liberdade humana” (Adorno, 1955/2015, p.81). A própria dimensão da convivência pela qual a sociedade se organiza, da formação de cada um pelo vínculo com os demais, é um movimento contrário à dissolução do sujeito. O alarmante está em que essa abertura à diferenciação esteja se encerrando com o progresso social e sua forçada integração total, que absolutiza o universal e aniquila o particular:

A práxis da coletivização radical, entretanto, que conduz a progressiva dissolução histórica do indivíduo e a acelera de forma chocante, dirige-se ao todo. (...) Indivíduo e sociedade se unificam na medida em que a sociedade irrompe nos seres humanos abaixo de sua individuação e a bloqueia. (...) A identidade que surge não é reconciliação entre o universal e o particular, mas sim o universal como absoluto, em que o particular desaparece. (Adorno, 1955/2015, pp.132-133).

A cultura, por sua vez, também não está dissociada do momento material da sociedade (Horkheimer e Adorno, 1956/1973d). Em outras palavras, o desenvolvimento cultural de uma sociedade depende das condições objetivas que são proporcionadas por esta. Do mesmo modo que para a formação de homens livres se faz necessária uma civilização “tão livre e ampla que não exista mais fome sobre a Terra” (p.99), se o contexto não promove sequer a autopreservação, sua

organização cultural tampouco pode ser humana e libertária. É nesse sentido que Adorno (1959/2004) evidencia o duplo caráter da cultura que “remete à sociedade e medeia entre esta e a pseudocultura”<sup>6</sup> (p.87, tradução nossa), e propõe a crítica à redução da cultura a bens culturais, como um fim em si mesma, por um lado, e ao seu desempenho a favor da adaptação, para o progresso da socialização, por outro.

Para Adorno (1959/2004), a cultura reduzida a um valor, na sociedade de troca, destinada às elites como produto a ser possuído para intelectualização, não é suficiente para modificar as contradições sociais, as regras econômicas que fundamentam as relações e a impotência daqueles que estão à margem; tampouco está dissociada desse momento social que se sustenta pela exploração e alienação dos indivíduos. A cultura como fim em si mesma torna-se ideologia enquanto mascara a violência da organização total. Em sua outra face, a cultura atua no sentido de ampliar a adaptação dos indivíduos ao todo, do qual estão, ao mesmo tempo, alienados. A adaptação se fundamenta no esquema de sobrevivência que compõe a história da humanidade desde o uso da magia, que pretendia ter controle sobre a natureza por meio de sua mimese: o domínio sobre a natureza interna para o controle da natureza externa, “a eliminação do sujeito por causa de sua autoconservação”<sup>7</sup> (p.89, tradução nossa). Os meios, que poderiam ter por fim a promoção de uma vida digna, acabam por assumir a primazia, descartando sua dimensão racional. Assim, ambas faces da cultura, na falsidade que as institui, configuram-se como pseudocultura.

A pseudocultura remete a essa organização social que dilui as qualidades da vida e coisifica os indivíduos ao se fundamentar no princípio de troca. E, como a formação só acontece pela apropriação da cultura, a pseudocultura ratifica a alienação dos indivíduos em relação ao todo, uma vez que falseia a integração com seus conteúdos esvaziados de razão e tolhe uma formação emancipatória: “por isso, no mesmo instante em que há educação, já deixa de havê-la propriamente”<sup>8</sup> (p.97, Adorno, 1959/2004, tradução nossa). Ademais, com suas representações ideológicas, a pseudocultura deturpa o contato com os objetos: a experiência passa a ter como sucedâneo as efêmeras informações.

---

<sup>6</sup> “remite a la sociedad y media entre ésta y la pseudocultura”.

<sup>7</sup> “la eliminación del sujeto por mor de su autoconservación”.

<sup>8</sup> “Por eso, en el mismo instante en el que hay educación, deja de haberla ya propiamente”.

A aceitação da pseudocultura pelos indivíduos, a reprodução de sua deformação em si, a abdicação de uma cultura que promova experiências formativas, no entanto, decorre da exorbitante exigência e violência imposta pelo todo sobre os mesmos (Adorno, 1959/2004). Frustrados pela impossibilidade de atender às demandas sociais de sucesso, buscam se incluir na pseudocultura e nela obter alguma satisfação narcísica, seguindo os pressupostos de uma vida estandardizada. O mesmo movimento que integra os indivíduos à sociedade, em uma adaptação que deforma a consciência, os mantém dela alienados.

Nessa perspectiva, Crochík (2011b) reforça a importância de uma cultura que tenha por finalidade a felicidade e a liberdade individual. Uma vez que a subjetividade se constitui apenas pela interiorização da cultura, a diferenciação - a individuação - depende diretamente da socialização. Por conseguinte, a crítica à sociedade depende das próprias bases materiais que a cultura oferece para a formação do indivíduo, ou seja, primeiro o indivíduo se acomoda à cultura para se formar e, então, ser capaz de questioná-la em busca de transformação. A cultura que retira a humanidade de seu propósito resulta em duplicidade na formação da personalidade, porque exige a constituição de um indivíduo capaz de atender às demandas econômicas racionais e, com isso, propicia o desenvolvimento das características individuais que emergem como resistência à adaptação. O mal-estar é consequência do contato dessas marcas diferenciadas com a realidade opressora; entretanto, é negado pela ideologia que visa padronizar e ajustar.

A inter-relação entre sociedade, indivíduo e cultura se realiza na realidade objetiva, que tem se organizado, irracionalmente, em função do modo de produção capitalista e em detrimento de sua substância humana. Na impotência da parte em relação ao todo, o indivíduo se constitui na busca pela sobrevivência, para a qual sua natureza deve ser domada e seu sacrifício constantemente repetido. A exigência do aparato social é a padronização e a ela os indivíduos devem ser conformados. Todavia, em sua particularidade humana, o vínculo com os outros é a premissa para a constituição individual e, por meio da apropriação subjetiva dessas relações, o indivíduo carrega a potencialidade de se diferenciar. A subjetividade se apresenta como limite à socialização total e para o seu controle outros mecanismos passam a se aprimorar. A pseudocultura exerce aí o seu papel com a oferta de seus produtos culturais vazios: deforma o pensamento, limita a diferenciação e adapta os



indivíduos ao processo produtivo. A pseudoformação consiste justamente nessa conformação da subjetividade ao princípio de troca.

Nesse mesmo sentido, o conceito de indústria cultural esclarece determinantes mecanismos de controle social que se instauram no âmbito da vida privada. Inicialmente, Horkheimer e Adorno (1947/2006c) assinalam que se trata de um sistema de produção cultural estritamente vinculado ao poder no capitalismo de monopólios. Seu interesse é rigorosamente comercial, de modo que seus produtos não objetivam a satisfação de necessidades sociais. Como negócio, a administração é seu fundamento: não só seus produtos seguem uma organização e classificação rígidas, como são assim geridos para classificar e organizar seus consumidores:

As distinções enfáticas que se fazem entre os filmes das categorias A e B, ou entre as histórias publicadas em revistas de diferentes preços, têm menos a ver com seu conteúdo do que com sua utilidade para a classificação, organização e computação estatística dos consumidores. (...) Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis. (Horkheimer & Adorno, 1947/2006c, pp.101-102)

A administração, já visível na distribuição hierárquica das revistas, certamente expandiu sua abrangência com o avanço da tecnologia da informação, o advento da internet e suas diversas plataformas inter-relacionadas. Horkheimer e Adorno (1947/2006c) já observavam a tendência à uniformização dos meios técnicos, o que representava, naquele momento, a junção do rádio e do cinema pela televisão. Atualmente, os *smartphones* carregam em si uma diversidade desmesurada de funções; os diversos dispositivos (computador, celular, tablet, televisão, geladeira, relógio etc) integram-se entre si, cada qual em sua função, com o uso de uma conta Google, por exemplo; seguindo a lógica de monopólios, as plataformas online maiores compram as menores para integrar suas tecnologias e atingem valores de mercado na faixa dos bilhões de dólares. Mas esses são apenas alguns exemplos superficiais das novas proporções que vão tomando as tendências observadas pelos críticos quando ainda incipientes.

A tendência à uniformização de toda a produção da indústria cultural tem por consequência a indiferenciação: é tudo sempre o mesmo. A indústria cultural tem um idioma próprio, ao qual tudo deve ser ajustado (Horkheimer & Adorno, 1947/2006c). Esse idioma não comporta nada que seja novo; cada produto atende, em sua forma e conteúdo, ao esquematismo preestabelecido. Este se fecha à imaginação ou ao

pensamento do consumidor, não há espaço para o infamiliar; a repetição compulsiva é sua marca. Apenas para garantir a ilusão da possibilidade de escolha, acrescentam-se detalhes mecanicamente calculados que, por serem esvaziados de sentido, se tornam fungíveis. Essa adaptação de qualquer produto ao idioma da indústria cultural demanda uma enorme força produtiva que é absorvida e, em toda sua irracionalidade, desperdiçada. A integração dos produtos culturais ao idioma é forçada, por um lado, para fazer cumprir os interesses de lucro dos investidores, por outro, para a mutilação do pensamento e seu potencial de resistência:

Divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. (Horkheimer & Adorno, 1947/2006c, p. 119)

Os autores ressaltam que a totalitária indústria cultural não admite espaço para resistência em sua produção: aqueles que não se integram são punidos economicamente; para sobreviver é necessário aceitar o idioma e suas regras inflexíveis; mais uma vez o diferente é inaceitável. Mesmo os talentos caçados, descobertos da massa, são exemplares substituíveis com função bem delimitada: é possível, mas não para todos. O acaso como face do planejamento reafirma a invalidade do esforço. Hoje, como quem aposta na loteria, *youtubers*, *instagrammers* e *bloggers* tentam a sorte no universo digital. Os trabalhadores da indústria cultural, assim como seus consumidores, são seus objetos.

Como integrante do processo social, a indústria cultural exerce seu domínio pela promessa de diversão, à qual a massa de consumidores, aprisionada pelo capitalismo e em busca de um tempo livre, adere facilmente. O momento de lazer proporcionado, no entanto, torna-se prolongamento do trabalho (Horkheimer & Adorno, 1947/2006c). Para Adorno (1969/2002), ao contrário do ócio, o tempo livre, como um momento oposto ao trabalho para renovação das forças produtivas, é organizado justamente em função do trabalho. O tempo livre é conduzido em função do lucro, seja do empregador, que precisa de seus funcionários restaurados dia após dia, ou da indústria do entretenimento, que recebe para, nesse processo de restauração, manter as pessoas muito bem alinhadas com a racionalidade do trabalho, “espiritualmente inativas” (p.108). Nesse contexto, o tédio está diretamente associado à heteronomia, à impossibilidade de decidir sobre a própria vida ou ter nela algum sentido, “existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a

rigorosa divisão do trabalho” (p.110). Para as pessoas despojadas da imaginação, que ainda permitiria algum usufruto, algum prazer, resta apenas a falsa produtividade em um mundo sem autonomia. Os dois quadrinhos a seguir conseguem ilustrar com clareza como a exigência de produtividade comum ao trabalho é transferida ao lazer cotidiano na atualidade (Will Tirando, 2016; Linha do Trem, 2020).

**FIGURA 1 - Exemplo de produtividade no lazer 1**



Fonte: Will Tirando, 2016

**FIGURA 2 - Exemplo de produtividade no lazer 2**



Fonte: Linha do Trem, 2020

De acordo com Horkheimer e Adorno (1947/2006c), a promessa de diversão vem acompanhada do excesso de estímulos. Seus consumidores, contudo, são sempre logrados, pois o prazer nunca chega a ser alcançado. A indústria cultural promete a satisfação de todas as necessidades que ela mesma cria e é nisso que mantém sob controle cada consumidor, ao prender a possibilidade do prazer a si e jamais proporcionar a sua realização. Na estimulação do desejo erótico, por exemplo, acaba por reprimir a sexualidade ao ajustá-la aos interesses do capital:

O logro, pois, não está em que a indústria cultural proponha diversões, mas no fato de que ela estraga o prazer com o envolvimento de seu tino comercial nos clichês ideológicos da cultura em vias de se liquidar a si mesma. (Horkheimer & Adorno, 1947/2006c, p. 118)

A indústria cultural atua como justificativa do mundo como ele é, em sua injustiça e irracionalidade; visa conformar os indivíduos à vida reificada, sufocando as possibilidades de resistência e transformação desde a dimensão das capacidades humanas, como a imaginação, o pensamento e a espontaneidade. Ao duplicar a realidade em seus produtos, naturaliza o sistema social com seus fatos e defende sua imutabilidade. Contrariamente à obra de arte que ainda mantinha em seu estilo a tensão entre universal e particular, a indústria cultural transfere a arte para a esfera do consumo, liquida sua racionalidade e difunde a falsa reconciliação entre o todo e suas partes. Toda sua produção é apologia da sociedade como se encontra (Horkheimer e Adorno, 1947/2006c).

Embora o conceito de indústria cultural promova críticas muito acuradas, Carone (2013) faz uma ressalva importante a respeito de sua aplicação. Ela retoma a dimensão metafórica do conceito - referindo-se à padronização industrial e comercialização dos produtos culturais. Também indica seu desenvolvimento atrelado às pesquisas do cenário musical estadunidense realizadas por Adorno, que observou como os meios de reprodução técnica impactavam a produção musical e a recepção dos ouvintes. Argumenta que as críticas ao rádio estavam relacionadas à especificidade daquele objeto de estudo, enquanto o cinema e a televisão apresentavam suas próprias contradições - o rádio produz uma ilusão de imediaticidade, mas no cinema a ilusão é de movimento. Portanto, considerando que existam indústrias culturais, cada meio de reprodução técnica, deve ser analisado em sua particularidade. O objeto deve ser confrontado para que o conceito não perca seu potencial crítico e não se esqueça aquilo que ainda resiste sob a pressão uniformizadora.

Marcuse (1964/2015) também apresenta uma importante contribuição para a compreensão da apropriação da subjetividade pela dimensão cultural com o conceito de dessublimação repressiva. O autor aborda como o progresso da racionalidade tecnológica diluiu a resistência e transcendência que a cultura superior apresentava em sua sublimação. Na sociedade pré-tecnológica, a cultura podia se constituir alienada da realidade social, propiciando a emergência de forças de oposição - a arte continha seu elemento de verdade como poder de negação. Mediante os impedimentos sociais, a gratificação podia ser alcançada de modo mediado. Na sublimação “a libido transcende as zonas erógenas imediatas” (p.98) e o erotismo toma conta do ambiente - a paisagem daquele contexto atrasado; ela contém em si a consciência infeliz da renúncia exigida pela sociedade e, nisso, “um alto grau de autonomia e compreensão” (p. 100). Ao processo de liquidação desse potencial subversivo, Marcuse denominou dessublimação repressiva.

A dessublimação se fundamenta no princípio de que a satisfação controlada das pulsões pode fortalecer a coesão social. A proibição à satisfação resultou em movimentos culturais de oposição, que começam a ser absorvidos e integrados na sociedade industrial avançada. Os conflitos são administrados pela totalidade, que organiza as pulsões em torno de seu funcionamento em troca de uma gratificação limitada e imediata. A sexualidade é liberalizada, mas o prazer é restringido, localizado e deserotizado - a liberdade sexual é ofertada como meio de repressão e condicionamento ao *status quo*. Com isso, a cultura limita a percepção da infelicidade, das contradições e da necessidade de transformação da realidade e promove, em seu lugar, uma frágil e atrofiada consciência feliz: “a coesão social seria reforçada nas mais profundas raízes pulsionais” (Marcuse, 1964/2015, p. 103).

Assim, é possível observar que esses mecanismos sociais de controle exercidos pela cultura, identificados já no século passado, são estruturados, administrados, totalitários e intrinsecamente articulados aos interesses hegemônicos do capitalismo monopolista. Os princípios e valores humanitários não fazem parte de sua constituição; são regidos pelo princípio da troca. Se algo lhe escapa e permite alguma autonomia ou oposição, advém do que ainda não foi apropriado, do que ainda há de humano e racional, e estará sujeito às punições econômicas prontamente. A ampliação da socialização, expressa na pseudocultura, vai encerrando os indivíduos sob uma pressão claustrofóbica, conformando um a um

em seu esquema uniforme, degradando a vida de ponta a ponta e inviabilizando o desenvolvimento das capacidades subjetivas que ainda lhe fazem frente.

Em debate sobre a relação entre pseudoformação e violência, Silva, Gonçalves Junior e Santa-Rosa (2014) destacam justamente esses limites sociais à formação do indivíduo. Argumentam que a instituição família, em alguma medida separada da sociedade, fornecia modelos formativos, com os quais o indivíduo podia se relacionar, em experiências ambivalentes, e se identificar para, em algum momento, superá-los e afirmar sua condição de eu. Em contrapartida, quando os indivíduos passam a se identificar com os modelos padronizados produzidos pela indústria cultural, em uma socialização direta, não há espaço para o conflito, pois são modelos que se impõem, sustentados pela idealização, de modo totalitário. Logo, o enfraquecimento da instituição familiar como mediadora potencializou o impacto da socialização direta, prejudicando a formação de indivíduos autônomos. Os autores evidenciam, dessa maneira, como a pseudoformação é um processo social violento que engendra o desenvolvimento psíquico, restringindo a formação do indivíduo e de suas capacidades psíquicas capazes de perceber a irracionalidade da dominação e se opor a ela.

Semelhantemente, Alexandre (2019) questiona em que medida ainda é possível pensar o indivíduo constituído em Isso, Eu e Supereu, como a Psicanálise freudiana pôde formular quando o indivíduo burguês já se encontrava em declínio. O autor traz como hipótese o não-indivíduo, determinado de forma imediata pelas impressões sociais, sem o conflito com as instâncias interiores, que, privado das condições materiais necessárias, não atinge a individualidade propriamente dita. Sem desconsiderar aqueles que ainda se formam e resistem, Alexandre assinala que o ápice de controle sobre as pessoas estaria configurado nesse aparelho psíquico estruturalmente diferente, em que os comportamentos se tornam reflexos das exigências sociais.

Nesse sentido, observa-se que a ascensão do indivíduo foi necessária para a consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico, contudo, com o progresso, o indivíduo se tornou um obstáculo a ser liquidado. Para além do aniquilamento físico decorrente da exploração do trabalho e outras violências materiais, a totalidade violenta o sujeito desde o seu psiquismo. Sem conteúdos racionais para se apropriar, o pensamento e a imaginação são atrofiados; sem o ócio, o indivíduo repete o ritmo do aparato total de sol a sol; a libido que poderia

alimentar os propósitos do desenvolvimento humano e da vinculação, é aprisionada e desperdiçada na maquinaria irracional; e, com isso, a constituição do sujeito autônomo, diferenciado, autodeterminado e feliz, vai se tornando cada vez mais distante e utópica. Parece ecoar a regra: aos que em alguma medida se constituíram que sejam adaptados e aos que ainda estão para se formar que não alcancem um eu.

Apesar da barbárie crescente, deve-se lembrar que o progresso ainda não atingiu o seu ápice e, mesmo que seja pelo atraso, pela alienação ou pela condição humana de depender de um outro para sobreviver, há o que ainda resiste e é potencial de transformação. Dentre as capacidades humanas contrárias a toda essa subjugação da vida, está o amor. E para pensar sua perseverança cabe analisar de que modo este também vem sendo impedido de se realizar.

Inicialmente, para aprofundar o entendimento a respeito dos limites sobre a faculdade de amar é fundamental refletir como a civilização foi se construindo sobre as bases pulsionais. Para tanto, Marcuse (1955/1972) traz importantes contribuições a partir do conceito freudiano de princípio de realidade. O autor retoma que, conforme a Psicanálise, o Eu se desenvolve do Id para a mediação com os mundos externo e interno; à medida que o Eu supera o princípio de prazer, ajustando-se às condições externas para sua própria conservação, se estabelece o princípio de realidade. O que Marcuse destaca é que se trata de uma realidade histórica, de modo que a divergência entre os dois princípios remete ao “fato histórico de que a civilização progrediu como dominação organizada” (p. 50). Por conseguinte, propõe dois conceitos que se referem a esse fato com mais clareza: mais-repressão e princípio de desempenho.

O conceito de mais-repressão diz respeito às restrições sociais impostas que ultrapassam as necessidades de conservação, promovidos por “instituições específicas de dominação” (Marcuse, 1955/1972, p.53), como a família patriarcal-monogâmica. Marcuse alega que a mais-repressão atua em íntima relação com a repressão básica e exemplifica com a questão da escassez, que exige a contenção das pulsões para a sobrevivência, mas, mediante uma organização

hierárquica que amplia sistematicamente a escassez, acentua a coação sobre as pulsões. Logo, essas instituições expressam o princípio de realidade e o modificam.

O princípio de desempenho, por sua vez, refere-se à civilização contemporânea, que se orienta conforme o desempenho econômico. Para que este seja atingido, se impõe o trabalho alienado, alimentado pela libido desviada de sua finalidade. O tempo livre do trabalho, que poderia ser disponibilizado ao prazer, é reduzido e controlado segundo a lógica do próprio trabalho - apenas um momento para recuperação. Já no corpo, há uma limitação espacial do prazer, confinado à supremacia genital, que cerceia a satisfação das pulsões parciais. Ou seja, se estabelece uma organização social que não condiz com a sexualidade polimorficamente perversa, de tal maneira que as perversões representam uma rebelião contra essa totalidade e objetivam uma sexualidade como fim em si mesmo. Marcuse (1955/1972) indica, inclusive, a proximidade das perversões com a fantasia, uma vez que esta é uma atividade mental subordinada ao princípio de prazer.

Além de apreender o indivíduo reprimido em sua ontogênese, Marcuse (1955/1972) também discute a civilização repressiva no âmbito da filogênese, resgatando o mito freudiano da horda primitiva em seu valor simbólico. De acordo com o mito, um grupo humano se estabeleceu e se manteve a partir do domínio de um indivíduo sobre os demais, o Pai primevo; este monopolizava para si o prazer de dispor das mulheres e o trabalho era imposto aos filhos; os filhos exilados se rebelam, assassinam o pai, estabelecem um clã de irmãos para a conservação do grupo, transformam o pai em deus e instituem a moralidade social por meio dos tabus. Marcuse destaca que essa construção remete ao momento em que a vida em grupo passa a se organizar pela dominação, estabelecida pelo impedimento da satisfação dos filhos, cuja energia pulsional deveria ser canalizada para as atividades de manutenção do grupo. Dessa forma, tal repressão desenvolve uma base psíquica que mantém o processo de dominação:

A repressão da gratificação das necessidades instintivas, imposta pelo pai, a supressão do prazer, não foi, portanto, um resultado apenas da dominação, mas criou também as condições mentais que eram propícias ao contínuo funcionamento da dominação. (Marcuse, 1955/1972, p. 70)



O clã dos irmãos se diferencia da horda primordial com o desenvolvimento do sentimento de culpa. Considerando que o pai promovia a ordem que sustentava a vida do grupo, o seu assassinato se configura também como um atentado contra o todo. Além do papel de déspota, o pai é aquele que promove a vida; carrega em si a ambivalência: “o patriarca, pai e tirano em um só indivíduo, une o sexo e a ordem, o prazer e a realidade; suscita amor e ódio; garante as bases biológicas e sociológica de que depende a história da humanidade” (Marcuse, 1955/1972, p. 72). Nesse sentido, devido ao sentimento culpa, o pai é deificado e o controle do prazer se consolida nos tabus, aos quais todos os irmãos devem corresponder para garantir a sobrevivência do grupo. A civilização se constitui com a difusão da repressão, autoimposta desde os opressores para que parte de sua energia pulsional seja utilizada no trabalho. A libertação é seguida por um novo formato de dominação, o que faz persistir o sentimento de culpa: culpa pela libertação não concretizada, pela violação ao princípio de prazer.

Com o progresso da civilização, o potencial agressivo se amplia, assim como a necessidade de contê-lo por meio do sentimento de culpa. Marcuse (1955/1972) destaca em sua análise o declínio da família como instituição formadora, que educava o indivíduo para a sociedade. O pai e a mãe transmitiam os valores e normas pessoalmente e, com isso, os conflitos tinham alvos reais; entre amor e agressividade, os filhos tinham a quem superar com novas ideias e necessidades. Contudo, o novo modelo de dominação difuso passa a se institucionalizar e a repressão se despersonaliza; o controle sobre o prazer se opera como “uma função (e resultado ‘natural’) da divisão social do trabalho” (p.91). Ademais, os meios de comunicação de massa, com seus especialistas e produtos culturais, vão definindo os valores requeridos. Sem uma figura para o confronto, a individuação fica prejudicada e os impulsos agressivos são introjetados - a culpa é do indivíduo e este nem pode contar com seus recursos psíquicos para questioná-la.

Marcuse (1955/1972) argumenta que o fortalecimento das pulsões sexuais seria uma defesa mais eficaz contra a agressividade, já que Eros pode se contrapor às pulsões de destruição. Porém, a contínua renúncia à satisfação instituída continua a debilitar “o construtor de cultura” (p.87) - Eros - levando a sociedade rumo à autodestruição. Mesmo as gratificações possíveis correspondem às exigências da dominação como seus instrumentos. A possibilidade da felicidade fica restrita já que ela só pode acontecer “na realidade concreta de liberdade e satisfação” (p.102).

O trabalho de Marcuse evidencia a repressão sobre a vida pulsional como fundamento na construção da civilização. A dominação se vale da energia libidinal para além da necessidade de conservação da humanidade e a utiliza no modelo opressivo da divisão do trabalho. Os espaços para a formação de consciência e diferenciação vão sendo cerceados e seu potencial de transformação diluído. O progresso se sustenta na brutal restrição que acomete o indivíduo de se constituir em autonomia e ser feliz, quando justamente a felicidade poderia ser a força de construção da sociedade.

A respeito do alcance das determinações econômicas sobre os vínculos, Horkheimer apresenta importantes críticas - escritas pouco antes de entrar no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, entre 1926 e 1931. Ele denuncia a naturalização dos processos sociais e o caráter condicionado tanto das instituições humanas, quanto das relações humanas em si. Como ilustração, menciona a imagem do menino em sua família burguesa que aceita as relações familiares como naturais, eternas, sem perceber seu caráter determinado; considera que apenas quando fosse excluído de todas as seguranças do tipo humano e social, o indivíduo poderia perceber o condicionamento das relações de amizade, amor e solidariedade (Horkheimer, 1934/1986a).

Para Horkheimer (1934/1986b), mesmo a sexualidade em seu âmbito pulsional estaria economicamente condicionada. Ele alega que na sociedade burguesa a potência sexual do homem passa a ser composta pela posição econômica, de modo que aqueles que não dispõem de qualquer posse ou poder não tenham também valor erótico: “a potência econômica pode substituir à sexual”<sup>9</sup> (p.38, tradução nossa). Já as mulheres seriam convertidas, durante o sexo, em mercadoria de luxo. Dessa forma, argumenta que a potência sexual encontra o seu equivalente no dinheiro, que torna-se substituto abrangente das capacidades humanas: “a sociedade atual distribui este equivalente de modo tão cego como a natureza distribui as capacidades inatas, que o dinheiro pode substituir amplamente”<sup>10</sup> (1934/1986c, p.116, tradução nossa).

Adorno (1951/1992a), por sua vez, observou que o hábito de presentear havia perdido o objetivo de proporcionar alguma felicidade ao presenteado e se tornou

---

<sup>9</sup> “La potencia económica puede sustituir a la sexual”.

<sup>10</sup> “La sociedad actual distribuye este equivalente de modo tan ciego como la naturaleza distribuye las capacidades innatas, que el dinero puede sustituir ampliamente”.

algo como uma “beneficência administrada”, uma “função social” (p.35). Seguindo a lógica da troca, o ato se esvazia de sentido, vira um enfado, uma tarefa a cumprir. O outro, objetificado, deixa de ser o sujeito a quem se dedica tempo e energia; a felicidade do outro não importa mais. Na medida em que as faculdades humanas só podem se formar “em contato com o calor das coisas” (p.36), a decadência do costume de presentear evidencia a frieza como uma tendência social que converte os indivíduos em coisas.

Observa-se que a determinação econômica alcança com seus equivalentes as instituições humanas, suas relações, seus comportamentos, suas capacidades, sua natureza, até aquilo que se considera o mais íntimo e espontâneo; evidencia-se que o modelo de troca se tornou, ao longo da história, o fundamento da vida humana.

As transformações do valor de troca com o desenvolvimento do capitalismo, para além de sua aparência, são delineadas por Marx (1867/2017). A princípio, ele considera que uma mercadoria tem aspectos de qualidade e de quantidade, assim como o trabalho que a produziu. Quando se iguala uma mercadoria a outra (vinte braças de linho é igual a um casaco - exemplo apresentado por Marx) alguns processos significativos se operam. Como, qualitativamente, o linho não é igual ao casaco, as propriedades físicas desses produtos precisam ser abstraídas para que essa equação seja verdadeira: apagam-se suas qualidades sensíveis e as mercadorias passam a ser igualadas pelo processo de trabalho que as produziu. Não obstante, o trabalho do tecelão não é igual ao do alfaiate e, conseqüentemente, o trabalho de cada um também será abstraído como trabalho humano e quantificado pelo tempo - o tempo de trabalho socialmente necessário, padronizado para cada sociedade: “como valores, as mercadorias não são mais do que massas amorfas de trabalho humano” (p.127).

Como mencionado no capítulo anterior, a lógica da troca pode ser identificada desde o sacrifício, realizado para lograr os deuses pela substituição: “se a troca é a secularização do sacrifício, o próprio sacrifício já aparece como o esquema mágico da troca racional, uma cerimônia organizada pelos homens com o fim de dominar os deuses” (Horkheimer & Adorno, 1947/2006b, p. 51). Embora a astúcia de Ulisses negue a instituição do sacrifício, entregando-se a ele sem sofrer suas conseqüências últimas, sua racionalidade segue o mesmo princípio da autoconservação. Ulisses adere ao contrato de sacrifício e atinge o logro pelas brechas; não o enfrenta porque

tem ciência de sua impotência. O sacrifício é absorvido na civilização pela astúcia, difundindo o princípio da troca.

A abstração, a diluição das qualidades sensíveis, está na base da relação de troca desde o seu momento primordial: a equiparação de um produto ao outro. Se, por um lado, a troca dissolve os elementos sensíveis, por outro lado, ela carrega a violenta história da civilização que se sustenta sobre o sacrifício, continuamente atualizado, dos indivíduos em desespero pela autoconservação. É a violência da dominação que delimita as regras sociais e mutila a subjetividade, despojando os indivíduos de suas faculdades humanas. Portanto, assumir que o princípio da troca engendra as relações humanas e determina expressivamente a constituição dos indivíduos significa que as relações humanas tendem a reproduzir o contínuo processo de apagamento e diluição do que é vivo - reproduz a violência social.

Nesse sentido, Horkheimer e Adorno (1947/2006d), refletindo a respeito da relação entre esclarecimento e moral, identificaram na obra de Sade, especialmente em *Juliette*<sup>11</sup>, a epopéia do “pensamento como órgão de dominação” (p.97). A razão formal é ali aplicada até suas últimas consequências: “o credo de Juliette é a ciência” (p.82). Como consequência, os valores se invertem: opressão e dominação se tornam virtudes. A razão que fetichiza os meios segue a forma industrial, que também passa a determinar os sentimentos e as emoções. Mesmo o prazer é absorvido pelo aparato total: “o gozo torna-se objeto da manipulação até desaparecer inteiramente nos divertimentos organizados” (p.88).

Considerando que na natureza a satisfação está restrita à ordem da necessidade, Horkheimer e Adorno (1947/2006d) alegam que “todo prazer é social” (p.88). No entanto, o gozo como a atitude de se deixar entregue a um outro, divinizado pela paixão, vai sendo substituído por relações racionais e calculadas: “na sociedade industrial, o amor é faturado” (p.89). O amor romântico, em sua dimensão metafísica, e outras categorias de amor são suprimidos pela ciência e pela indústria; o esquematismo se impõe sobre as relações e a organização alcança a prioridade no lugar do prazer. Este é dissociado do amor e mecanizado, se torna algo prático e disponível a todos. Dissociado, o prazer pode servir à crueldade, à opressão do fraco e da minoria. Ao final, a civilização, que tornou possível o gozo, remodela-o de acordo com sua condição primitiva limitada.

---

<sup>11</sup> Juliette é um dos romances do Marquês de Sade, publicado entre 1797 e 1801.

Assim, Adorno (1963/2015), na segunda metade do século XX, arguia contra a concepção de que a liberação sexual já teria sido conquistada, alegando que esta seria uma mera aparência derivada de sua integração social. O controle sexual, no entanto, não precisaria mais de instâncias mediadoras como a Igreja, nem se fundamentaria na abstinência; sua ação estaria na neutralização do sexo, na rejeição e desaparecimento das pulsões parciais. Em outras palavras, os tabus sexuais passaram a proporcionar um recalçamento ainda maior. À medida que as pulsões parciais são inibidas no sexo e este se limita à genitalidade, em sua centralização narcísica, o prazer vai sendo anulado: o sexo é dessexualizado. Para o autor, a liberdade sexual não é possível em uma sociedade não livre. Com sua aparência de liberdade, os tabus seriam ainda mais fortes, justamente por seu esvaziamento de sentido, e obteriam sua força da impotência do indivíduo sobrecarregado perante ao todo social: “o despertar dos tabus é possível pelo fato de o sofrimento social - segundo a medida psicológica: o do eu - ser recalçado e deslocado para o sexo, a dor arcaica” (p.209).

A dominação sobre o corpo, porém, pode ser remetida à própria história da divisão do trabalho. Horkheimer e Adorno (1947/2006e), ao retomarem a história da construção da civilização ocidental desde a Grécia Antiga, alegam que a divisão do trabalho hierarquizou a relação entre corpo e espírito, subjugando o primeiro pelo segundo, o que mutilou continuamente os corpos dos que estavam abaixo, com o trabalho que construiu a cultura. A dominação da natureza atinge o corpo, tornando-o, por um lado, “coisa que se pode possuir” (p.191) e, por outro, tabu: desejado e odiado. A vida dos corpos explorados é extraída e, como consequência, aqueles que carregam seus corpos mortos, em ressentimento, não podem admitir nenhuma vida. A natureza transformada em objeto de controle, por sua vez, ressurgiu como ânsia de destruição. A compulsão à crueldade é o retorno do desejo de aproximação ao corpo, o desejo de viver, que é recalçado e oprimido desde as profundezas.

Essa discussão permite destacar que a frieza, a crueldade e a indiferença não podem ser concebidas como problemas individuais. Possuem relação direta com as diversas faces da dominação social, que se impõem sobre os indivíduos desde a dimensão subjetiva de modo violento. A capacidade humana de amar encontra limites objetivos e difusos para se estabelecer, configurados na economia e na cultura. Submetem o corpo e o espírito, conformando-os ao funcionamento

esquemático da civilização. O prazer, desvinculado do amor, da fantasia e da espontaneidade, é restrito e manipulado para o atendimento dos propósitos do aparato total. O encontro com o outro é administrado para a manutenção dos meios. E o indivíduo, desapropriado de seus caracteres humanos mais essenciais, fica cada vez mais distante de seu lugar de sujeito autônomo.

Seguindo essa perspectiva, Franciscatti (2005) propõe significativas reflexões a respeito da relação entre prazer e medo na constituição subjetiva. Considerando que o indivíduo se forma apenas pela convivência com os outros, expõe o desequilíbrio entre essas duas forças. Por um lado, o prazer “fundamenta o movimento de vida que forma a cultura e o homem” (p.54), mas, por outro, a extensão do medo e da ameaça à sobrevivência promovem a introjeção da irracionalidade e condicionam o atraso real em uma sociedade de elevado avanço tecnológico - barbárie que se agrava no capitalismo. A autora retoma que o medo da morte se atualiza no medo de ser expulso da sociedade de tal modo que “fica prisioneiro da expressão do terror como tabu” (p. 67). Todavia, como o medo remete à transposição da pressão externa para uma pressão interna, a ampliação do princípio do prazer pode apaziguá-lo. Esse movimento de vida, permite a percepção da especificidade do outro e na discriminação do específico possibilita a identificação com o universal - à medida que restringe, amplia as relações. Nesse sentido, o amor, em seu âmbito formativo, que propicia a identificação e diferenciação pelo contato com o outro, favorece a contenção da barbárie.

Para Franciscatti (2005), a sexualidade metamorfoseada, como movimento de vida, se compõe da pulsão sexual e da ternura - pulsão sexual inibida em sua finalidade - permitindo a “particularização e a preservação dos objetos amados” (p. 77). A autora salienta que a formação do eu no contato com o outro se inicia no reconhecimento do corpo e que a inteligência se desenvolve intimamente ligada aos sentidos. Considerando a limitação social do olfato e do tato, como sentidos que aproximam os corpos, e a imposição da visão, que pode manter a distância entre eles, Franciscatti, em consonância com Horkheimer e Adorno, evidencia o estabelecimento de uma cegueira manifesta: a restrição do encontro. Os sentidos são mutilados e os golpes que levam os indivíduos a se dobrarem com medo, por sua vez, produz a atrofia dos órgãos do sentido; a cicatriz marca o corpo e o espírito e, na limitação da experiência, as pessoas “tornam-se burras para a vida” (p.89). Assim, uma formação para a autonomia não pode prescindir da sensibilidade e só

pode ser racional quando tem a vida satisfatória por finalidade; tem um caminho na busca pelo prazer, a ser experienciado com objetos de amor particularizados e preservados, sem negligenciar a necessidade de elaborar o medo que se institui difusamente.

Estes debates tornam clara a asserção de Adorno (1971/1995) - enquanto pensa sobre uma educação que venha a impedir a repetição de Auschwitz - a respeito de uma claustrofobia no mundo administrado. De acordo com ele, a pressão civilizatória chega a uma densidade tão intensa que as pessoas se sentem presas nessa rede e a impossibilidade de sair aumenta a raiva contra a civilização. O mal-estar observado por Freud avança ao nível do insuportável. É também possível compreender sua interpretação acerca da frieza como um traço antropológico em nossa sociedade, consolidado ao longo da história. Para Adorno, a deficiência na capacidade de amar, no sentido de uma limitação para a identificação com o outro, é algo que perpassa a todos como tendência social. Essa deficiência não pode se resolver com a pregação do amor ou o incentivo a ele como um dever, pois a capacidade de amar não opera sob essa lógica opressiva. Mais importante seria tomar consciência da própria frieza e compreender de onde ela se origina.

Portanto, o ato de amar está no sentido oposto da dominação. Como um espaço para a formação das capacidades humanas, o encontro com o outro é uma barreira à diluição da vida que esquematicamente se estabelece sobre todos. Mediante a pressão claustrofóbica do todo, o amor como resistência precisa ser persistente:

Amar significa ser capaz de não deixar a imediatidade atrofiar-se por força da onipresente pressão da mediação, da economia, e nessa fidelidade ela se mediatiza em si mesma, torna-se uma obstinada contrapressão. Só ama quem tem a força para persistir no amor. (Adorno, 1951/1992b, p. 151)

Adorno (1951/1992b) ressalta que mesmo o interesse de uma pessoa sobre a outra é definido, em muito, pela ordem total, fazendo oscilar o que é atraente do que não é. Estar com alguém quando há interesse e ir-se porque este chega ao fim pode soar como liberdade, mas significa apenas atender passivamente à maquinaria. Desse modo, o autor propõe uma concepção de amor ativa - amar como verbo. Não está dissociado da atual realidade injusta que oprime os corpos, ameaça as existências e dissolve a vida e, por isso, demanda consciência e persistência para

se estabelecer. Aí se encontra sua resistência e seu potencial de transformação do indivíduo e do mundo.

Em sentido contrário à totalidade, o amor pressupõe liberdade. Não se faz sem a autonomia do próximo, não se pode realizar no indivíduo fechado em si. Na recusa do outro se expõe a falsidade do indivíduo autossuficiente. Adorno (1951/1992c) reitera que para amar é imprescindível a supressão do “direito humano inalienável e incontestável de ser amado pela pessoa amada” (p.144); a justiça se faz na garantia da liberdade do outro. O amor está na recusa em dominar, em tornar o outro “para si”; é a busca por encontrá-lo “em si”.

Amar é poder ir além de si para encontrar o novo. Novo que permite florescer a espontaneidade e a fantasia. Adorno (1951/1992d) ilustra, com muita clareza e beleza, a chegada do novo em seu aforismo *Heliotrópio* (designação geral de plantas que se voltam para o Sol, como o girassol). Neste, aborda a percepção de uma criança sobre a chegada de uma dama visitante em sua casa. Todo o evento se torna mágico para a criança: suas malas se transformam em arcas de tesouros; a convidada vai de cigana vidente a anjo salvador. Ela lhe permite a entrada no mundo dos adultos, ir além de sua própria família e se reunir com a humanidade, romper com as normas, libertar aquilo que a custo foi reprimido - ela lhe permite a felicidade. A vida se transforma. O amor está nessa expectativa da criança que, em sua curiosidade e imaginação, se compraz na presença do novo, do diferente, daquilo que lhe permite ir além da vida desbotada.

Salgado e Vaz (2020) indicam, fundamentados em Horkheimer e Adorno, como o entrelaçamento das faculdades de mimese, imaginação e memória, em oposição às regras da realidade social, ampara a criança em formação, unindo o pensamento ao amor. A mimese, como mecanismo de adaptação ao ambiente, se configura como uma forma primitiva de amor por possibilitar a aproximação com o diferente. A razão esclarecida, que explora os objetos com distanciamento, recalca a mimese, uma vez que esta se utiliza da sensibilidade para reconhecer o desconhecido. Sua expressão fica restrita como falsa projeção, enrijecendo-se como preconceito e atacando os alvos dessa exteriorização. Todavia, ainda presente na infância, a mimese promove uma aprendizagem que transforma o dessemelhante em semelhante e vincula pensamento ao prazer. Já a imaginação emerge com a instituição do princípio de realidade no lugar do princípio do prazer, viabilizando alguma fuga para os desejos diante das restrições estabelecidas. A fantasia nega a



realidade e a reorganização, resistindo assim à mera adaptação. No jogo infantil ligado à imaginação, a repetição, diferente da compulsão, é fonte de prazer, além de ser um espaço para a elaboração do medo diante da diferença e um abrigo às fragilidades perante a socialização. E a memória, por sua vez, remete à experiência com o espaço e com os objetos, que marcam o corpo e o espírito - é sensível. A rememoração, possível com a atividade da mimese e da imaginação, reúne o pensamento e a afetividade. Também abre espaço para a elaboração das dores vividas, necessária para romper a repetição compulsiva da violência. Ademais, a memória das experiências infantis se configuram como abrigos seguros para a vida adulta, de momentos não adaptados à produtividade. Desse modo, os autores explicitam como a inter-relação entre estas faculdades reúnem o pensamento e o amor e são essenciais para uma formação mais humana.

Vale ainda pensar sobre como seria essa sociedade emancipada, em que o amor pudesse florescer sem desvios e limitações calculadas. Adorno (1951/1992e) é categórico em afirmar “que ninguém mais passe fome” (p.137). Tende a se pensar como resposta o avanço da produtividade, o aumento da riqueza, o fazer incessante. Porém, essa perspectiva de sociedade está atrelada ao formato histórico burguês de produção de mercadorias que pode ser transformado. Em uma sociedade sem necessidades, sem carências, existir sem se preocupar com realizações a cumprir, em paz, seria a utopia mais próxima da emancipação. Ou seja, as condições materiais propícias à vida e ao desenvolvimento humano com todas suas capacidades, inclusive a de amar, são aquelas que garantem sua existência como um fim em si mesmo.

Enquanto o que se vislumbra em utopia se mantém distante, a capacidade de amar segue prejudicada para todos em diferentes níveis. O tanto que sobrevive o faz com grande rebeldia, amparada nos limitados espaços de contato e prazer. A teoria contribui ao resgatar para o pensamento toda sua potencialidade de transformação, por meio dos vínculos libidinizados, abertura ao outro, anseio pelo novo, respeito à autonomia, justiça e liberdade, preservação da fantasia, espontaneidade, pensamento e corporeidade, experiência de prazer, reciprocidade, entre outras maravilhas do amar. Mas, a teoria contribui mais significativamente na denúncia dos mecanismos que impedem o amor de se realizar. Apontar seus limites não tem o objetivo de desencantá-lo ou culpar os indivíduos pela sua deficiência na capacidade de amar; tem sim o objetivo de desvelar o que aprisiona as faculdades humanas e

evidenciar a importância da transformação desta sociedade para garantir que se floresça a vida: “quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata tem que investigar sua configuração alienada, investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual até o mais recôndito nela” (Adorno, 1951/1992f, p.7).

#### **4.4. Teoria crítica e a persistência do amor**

Pensar numa conceituação de amor é, definitivamente, uma tarefa difícil. O conceito como expressão de um fenômeno que se movimenta de acordo com a transformação da história precisa evitar seu encarceramento. E contornar em palavras um fenômeno do âmbito subjetivo que se expressa justamente em sua diversidade é um exercício nunca findado. Mas o presente exercício, orientado pela Teoria Crítica da Sociedade, traz um recorte muitas vezes negligenciado: tanto a imposição social sobre o desenvolvimento da capacidade de amar, quanto a persistência do amor como limite à socialização universal.

É necessário salientar que o conceito de amor pode se configurar como ideologia, isto é, pode justificar as relações de poder e fazer propaganda da realidade como se encontra. Mesmo que contendo elementos racionais, como o respeito ao próximo, pode se tornar ideologia no confronto com uma realidade em que a privacidade esteja diluída e o fraco contorno do espaço de cada um resulte em invasões dos limites alheios, por exemplo. Em condições muito degradadas, sua concepção pode ser apenas irracional e apelar às necessidades psíquicas para se promover, como é o caso de canais no YouTube que treinam os homens a conquistarem mulheres seguindo um conjunto de atitudes misóginas para se tornarem “o macho alfa”. Assim, é essencial que se considere as condições materiais da realidade e os movimentos da sociedade no processo histórico.

Freud contribuiu significativamente ao resgatar a corporeidade e toda a substância sexual do amor. Seu trabalho realça a importância da vinculação para a formação da personalidade e esclarece muitos dos conflitos que envolvem a relação com o outro. A concepção da ternura, como resultado da capacidade de inibir parcialmente as pulsões em suas formas mais cruas, para a preservação dos objetos, indica a potencialidade humana de amar. A predisposição a uma sexualidade polimórfica, com suas pulsões parciais, remete à possibilidade de um

amor sensível e corpóreo em toda sua versatilidade. Em contrapartida, a conceituação do narcisismo secundário, em que a libido é recolhida dos objetos para retornar ao Eu, da repressão sexual e da introjeção da pulsão de morte para o controle do indivíduo se referem a alguns mecanismos que favorecem a análise dos fenômenos sociais na perspectiva do indivíduo, pois permitem compreender como a pressão externa atinge a subjetividade e se transforma em pressão interna.

Para refletir a respeito da determinação social sobre o indivíduo, é necessário considerar que este só se forma mediado pela sociedade - a convivência é essencial para a sua sobrevivência. Entretanto, uma vez que a sociedade progride sem ter sua substância por finalidade, estabelece uma relação cindida e se sobrepõe aos interesses dos indivíduos. Estes, em sua impotência, não se reconhecem no todo. O medo da exclusão social é o medo da própria aniquilação física e sua ameaça paira sobre todos de modo difuso - a primazia da sociedade se institui de forma violenta. A cultura, por sua parte, reflete as condições concretas da sociedade, de tal modo que tem se configurado como pseudocultura. Favorecendo o progresso da socialização total, a pseudocultura sustenta a alienação dos indivíduos, limita a capacidade para a diferenciação e deforma-os desde a subjetividade, que se desenvolve por meio de sua apropriação.

Neste movimento, a indústria cultural apresenta intensa atuação. Seguindo os princípios do capitalismo de monopólios, a indústria cultural tem em seus consumidores e trabalhadores apenas objetos a serem administrados - faz cumprir rigorosamente seu esquematismo. Nada pode ser desviado de seu idioma que corresponde à mesmice: para impedir a diferença muita força produtiva é desperdiçada. A duplicação da realidade em suas produções garante, ideologicamente, a propaganda do *status quo*. Tampouco o prazer sai ileso: é constantemente estimulado para ser absorvido no jogo do mercado; a repressão está no controle de sua satisfação - mínima e atrelada aos produtos. O divertimento ofertado assegura o controle sobre os indivíduos fora do trabalho; inviabiliza o pensamento, a experiência e o prazer. A coesão social vai se fortalecendo por meio da dessublimação repressiva, que ordena as pulsões de acordo com seu funcionamento; a desertização do prazer por calculadas gratificações. A subjetividade como um limitador à socialização total vai sendo pressionada e impedida de se realizar; almeja-se o reflexo, a introjeção das exigências sociais sem conflito; e o indivíduo vai se formulando na contínua renúncia, no sacrifício de si.

Mediante a pressão do todo sobre a subjetividade, as capacidades humanas vão sendo prejudicadas em sua formação, inclusive o amor. A dominação incide sobre o amor já na instituição da civilização pela repressão da satisfação pulsional para o realocamento de sua energia no trabalho. Tal repressão vai sendo extrapolada conforme a sociedade vai se estruturando sobre o desempenho econômico e exigindo mais renúncia para alimentar sua opressiva divisão do trabalho. A mais-repressão vai sendo autoimposta por cada um, intermediada pelo sentimento de culpa, e a agressividade vai sendo introjetada, minando o próprio princípio da sociedade, o amor.

As relações humanas vão se estabelecendo conforme as determinações econômicas e se guiam pela lógica do valor de troca, equiparando qualquer qualidade abstraída a uma quantia de dinheiro. A frieza do cálculo acomete o prazer e este, desvinculado da ternura, regride a seu potencial destrutivo - se associa à crueldade. A liberalização do sexo, por seu turno, aperfeiçoa a repressão sexual ao excluir a satisfação das pulsões parciais; a limitação espacial do prazer à genitália deserotiza a experiência com o outro, restringindo o encontro. A dominação sobre o corpo, desde a divisão social do trabalho que mutila os despojados do espírito, torna-o tabu e o desejo de sentir, continuamente impedido, se expressa como compulsão à crueldade. A aceitação de toda essa barbárie se fundamenta no medo e na impotência diante das ameaças à sobrevivência que ecoam difusamente em cada canto da estrutura social. No cerceamento dos espaços formativos de encontro com o outro, na mutilação do corpo e do espírito, cada um vai ficando deficiente da capacidade de amar e a frieza vai se difundindo.

Nessa realidade, o amor emerge por sua persistência - uma obstinada contrapressão. Mas tal persistência não segue os mesmos preceitos da dominação. Seu princípio é a liberdade, a oposição à lógica da troca e da opressão. No reconhecimento da autonomia do próximo que encontra sua justiça. Em oposição ao encerramento em si, a capacidade de amar se apresenta na satisfação com o diferente, com o novo, na procura pelo encontro. Pela ternura, a pessoa amada pode ser reconhecida em sua especificidade e preservada da destrutividade pulsional inerente ao vínculo. No calor do contato, as capacidades humanas como a imaginação, a memória, a espontaneidade e o pensamento prosperam e nelas se fortalecem uma importante barreira à irracionalidade da socialização total. Assim como uma importante resistência a essa organização social, amar é também a

capacidade humana que favorece a transformação do todo no sentido da emancipação, na direção de um mundo sem carências em que seja possível viver em paz.

Observa-se, portanto, que a expropriação do amor vem se consolidando como tendência histórica desde a fundação da civilização e se agrava com o avanço do capitalismo, aprisionando cada vez mais as pulsões ao funcionamento da totalidade. Nesse sentido, a mediação dos relacionamentos amorosos por plataformas *online* é um fenômeno que deve ser analisado criticamente, uma vez que, como empresas, tais plataformas não se orientam de forma neutra. O sucesso econômico das redes sociais manifesta sua completa concordância com o modo de produção capitalista. É preciso questionar: como a histórica dominação social opera nas recentes plataformas *online* sobre o desenvolvimento da capacidade humana de amar? Há espaço para resistência e transformação nos ambientes *online*? É o que se pretende refletir no próximo capítulo, sem perder de vista os potenciais de vida e luta do amor.

## 5. PLATAFORMAS ONLINE E A MEDIAÇÃO DOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS

Os capítulos precedentes puderam delinear movimentos da sociedade que determinam a vida humana mesmo nas dimensões mais íntimas. Dentre tais movimentos, destaca-se a consolidação do capitalismo como modo de produção, sustentado pela exploração do trabalho e pela desigualdade social; o progresso tecnológico orientado por uma razão que reproduz a violência social ao se instituir como instrumento da dominação e não como meio para o alcance da emancipação da humanidade; a pressão sobre a subjetividade, pautada na constante ameaça à sobrevivência, que limita o desenvolvimento dos indivíduos como seres autônomos e livres; e a expropriação do amor - essencial espaço de formação humana - pela absorção e desperdício de sua energia pulsional no aparato total. Nesse sentido, voltando o olhar para a atualidade, escolhe-se para análise o fenômeno da mediação do investimento em relacionamentos amorosos pelas plataformas *online* porque contempla em si a internet, como símbolo do avanço tecnológico e da globalização, e o interesse das pessoas de se relacionarem com as outras.

Vale demarcar que o que se compreende por relacionamento amoroso é toda a diversidade de união entre as pessoas, duas ou mais, em um sentido afetivo-sexual, não se restringindo a gênero, orientação sexual, modos de relacionamento ou tempo de vinculação. Os relacionamentos amorosos comportam uma variedade de contratos e motivos para a união, como o interesse sexual, propósitos e interesses comuns e, inclusive, a conveniência. Logo, relacionamento amoroso está sendo utilizado em sua conotação abrangente. O investimento aqui é demarcado porque as pessoas fazem uso das plataformas *online* para buscar parcerias e para fazer manutenção dos relacionamentos estabelecidos, ou seja, se empenham em alguma medida no sentido do contato com esse outro presente ou futuro.

A princípio, é importante salientar que, embora o fenômeno de mediação das relações por plataformas *online* possa ser encontrado em âmbito mundial, será analisado no contexto do Brasil. Para tanto, seguem alguns dados a respeito da ampliação do acesso à internet, decorrente da difusão de smartphones, e sobre o consumo de redes sociais.

No Brasil, 67% do total de domicílios possuíam acesso à internet em 2018, representando 46,5 milhões de domicílios e 126,9 milhões de brasileiros usuários; o principal meio de acesso era o celular, utilizado por 97% dos usuários (Cetic.br, 2019). Em 2020, o acesso à internet alcançou 83%, correspondendo a 61,8 milhões de domicílios e a 152 milhões de usuários, aproximadamente. Tal aumento na conectividade foi mais marcante entre as classes C, D e E. O celular continuou sendo o meio de acesso majoritário, sendo utilizado por 99% dos usuários - para 58% dos usuários foi o único meio de acesso. As principais atividades na internet foram de comunicação: 93% dos usuários utilizam para troca de mensagens instantâneas, 80% para chamadas de voz ou vídeo e 72% para uso de redes sociais. A pandemia da COVID-19 influenciou o aumento no uso da internet, especialmente para atividades de educação e trabalho (Cetic.br, 2021).

A respeito do tempo gasto em redes sociais, em 2020, o Brasil exibiu uma média diária online de 3 horas e 34 minutos - apenas as Filipinas apresentavam um valor médio maior. Das redes sociais, as plataformas mais utilizadas eram, respectivamente: YouTube<sup>12</sup>, Facebook<sup>13</sup>, Whatsapp<sup>14</sup>, Instagram<sup>15</sup> e Facebook Messenger<sup>16</sup> (Imme, 2020). Em 2022, a média diária nas redes sociais aumenta para 3 horas e 47 minutos, ficando atrás da Nigéria, Filipinas e África do Sul por alguns minutos. Também houve mudança no ranking de plataformas mais utilizadas (número de usuários entre parênteses): Whatsapp (165 mi), YouTube (138 mi), Instagram (122 mi), Facebook (116 mi) e Tiktok<sup>17</sup> (73,5 mi). Os dados denotam como essas redes sociais se difundem e competem de modo dinâmico e veloz - o TikTok não estava entre os 10 primeiros em 2020, mas já ultrapassa o Messenger em 2022. Vale destacar que o Facebook, a despeito de sua queda no Brasil, ainda figura como rede social com mais usuários no mundo - obtém 2,91 bilhões de contas ativas; ademais sua empresa, agora denominada Meta, é dona do Whatsapp, do Instagram e do Messenger (Volpato, 2022).

O acesso à internet ainda reflete a desigualdade social no país já que mais da metade dos acessos ocorrem apenas por meio do uso de celulares, significando que algumas atividades na internet fiquem prejudicadas pelos limites do próprio

---

<sup>12</sup> youtube.com

<sup>13</sup> facebook.com

<sup>14</sup> whatsapp.com

<sup>15</sup> instagram.com

<sup>16</sup> facebook.com/messenger/

<sup>17</sup> tiktok.com/pt-BR/

dispositivo, como estudar, trabalhar, ver filmes ou ler livros. As redes sociais, em contrapartida, são otimizadas para o uso em dispositivos móveis na versão de aplicativos; inclusive, se ofertam aplicativos em versões mais leves para celulares com menor capacidade de *hardware*. O fato de que o Brasil esteja entre os primeiros no uso de redes sociais indica que a ampliação do acesso à internet não necessariamente implica a ampliação do uso das muitas possibilidades fornecidas por tal tecnologia; além de assinalar a influência de tais redes sociais para a população brasileira.

Outro modelo de plataforma em vertiginosa ascensão são os aplicativos de relacionamento. Em 2018, o Brasil se tornou o 2º maior mercado da empresa Match Group<sup>18</sup>, dona de oito aplicativos no país, inclusive os populares Tinder e Par Perfeito (Gomes, 2018). Em 2021, os aplicativos de relacionamento mais populares eram: Tinder, Badoo, Happn, Inner Circle, Bumble e Grindr (Franco, 2021).

Ao contrário do que possa parecer, o uso de mídias para a busca de parceiros não é recente, nem exclusivo das plataformas *online* (BBC Brasil, 2013; Lee, 2016). O primeiro anúncio em “classificados de relacionamentos” aconteceu em 1695 no Reino Unido. A lógica de preencher formulários para identificar interesses comuns e organizar encontros já estavam presentes nas agências matrimoniais desde metade do século passado. Gradativamente esses formulários foram informatizados, como é o caso da precursora *Operation Match*, criada em 1965 em Harvard - o computador organizava encontros entre os estudantes com custo de três dólares por uso. Essa informatização propiciou o uso de algoritmos para a combinação entre os perfis.

Atualmente, os aplicativos já incluem geolocalização, permitindo encontrar pessoas de acordo com a proximidade, além da tradicional indicação de preferências de perfis. Outra tendência atual é a integração com as redes sociais. O Tinder<sup>19</sup>, por exemplo, o aplicativo de relacionamento mais popular, permite que o usuário faça login com suas contas do Facebook ou do Google<sup>20</sup>, mantendo sigilo dessas contas aos demais usuários. É ainda possível vincular a conta do Instagram e número do Whatsapp para facilitar o compartilhamento em uma conversa e vincular a conta do Spotify<sup>21</sup> para deixar músicas no perfil.

---

<sup>18</sup> mtch.com

<sup>19</sup> tinder.com

<sup>20</sup> google.com

<sup>21</sup> spotify.com



Sobre o uso entrelaçado das plataformas online, a pesquisa de Teixeira Primo, Valiati, Lupinacci e Barros (2017) traz importante contribuição. Aplicada em 2015 com mais de 800 respostas válidas na região sul e sudeste do país, a investigação indicou que 95,3% dos sujeitos utilizam mais de um serviço para manter contato com os amigos e 86,9% utilizam mais de um meio digital para bater papo na internet; a média nos dois casos é acima de 3 plataformas. Além disso, 77% dos respondentes afirmaram já ter utilizado mais de uma ferramenta *online* para manter uma mesma conversa. Exemplificam com o caso de uma pessoa que conhece alguém no Tinder e depois desloca a conversa para o Facebook ou Whatsapp, por facilitarem o diálogo e a troca de conteúdos.

Os autores levantam algumas explicações para o uso simultâneo dessas plataformas com base nas respostas dos sujeitos. Entre elas estão: a acessibilidade da plataforma em si, ou seja, a interface e as funcionalidades que são oferecidas aos usuários; a acessibilidade dos próprios equipamentos utilizados, como o computador e o celular, ou mesmo a conectividade, que pode comportar uma conversa de vídeo, de chamada ou apenas de escrita; o entorno *offline*, na medida em que uma mudança de ambiente pode demandar plataformas e aparelhos diferentes; a finalidade da conversa: comunicado breve ou discussão longa, conteúdo aberto ou íntimo; e a própria pessoa com quem se conversa e qual a intensidade do laço com aquele interlocutor ou a quais ferramentas de contato o interlocutor tem acesso. Uma conversa online é atravessada por fatores como esses que vão conduzindo à troca de plataformas conforme as necessidades dos usuários em contato.

De acordo com esses dados, nota-se que um indivíduo em seu cotidiano irá percorrer um grupo de plataformas e depositará nelas detalhes de diversos relacionamentos, dos profissionais aos mais intimistas. Embora o indivíduo realize a distinção de quais plataformas utilizar para cada grupo de conversas, a trama econômica e tecnológica de fundo dissolve essa separação. Além da junção de dados de uma mesma empresa, no caso dos conglomerados por trás de várias marcas, a dinâmica de compartilhamentos faz circular com bastante velocidade informações pessoais entre plataformas de marcas distintas. Quanto mais aprimorada a tecnologia, mais eficiente pode ser a administração da vida, ao alcançá-la inclusive em seus segredos.

A internet, como técnica, apresenta um enorme potencial de possibilidades, no entanto, não se trata de um espaço livre, como muitas vezes se faz acreditar. Sua operação vai se constituindo por meio das plataformas *online*, geridas por grandes empresas que seguem os preceitos do capitalismo neoliberal. Tal mediação se encontra presente na infinidade de serviços oferecidos e, com o volume de acessos em escala global, os dados de seus usuários se tornam mercadorias valiosas.

Nessa perspectiva, Antunes e Maia (2018) refletem sobre como a cultura digital se apresenta mais totalitária do que as mídias culturais investigadas por Adorno e Horkheimer quando conceberam o conceito de indústria cultural. Os autores contrariam a percepção da cultura digital como um espaço de mais liberdade - o que se argumenta por sua maior interatividade, troca de informações, comunicação aberta, entre outros -, porque identificam que esses fluxos de informações, organizados em *Big Data*, são sistematicamente controlados. Tais *Big Data* seriam caracterizados pelo volume incomensurável de dados, velocidade e variabilidade. Diferentemente das análises realizadas sobre as limitadas amostras, o processamento do grande volume de dados se volta para a análise da frequência, de modo a construir previsibilidades. Dessa forma, o tratamento das variadas informações coletadas dos usuários produzem, além da intensificação das vendas, novas formas de controle social.

Como exemplo explícito do potencial da captação de dados, Antunes e Maia (2018) indicam o desenvolvimento do MyPersonality, uma ferramenta capaz de prever traços de personalidade a partir dos rastros deixados pelos usuários no Facebook. O algoritmo dessa ferramenta permitia prever, por meio das curtidas dos usuários, diversos atributos pessoais: “orientação sexual, gênero, visão política, religião, etnia, inteligência, grau de felicidade, uso de substâncias psicoativas etc “ (p. 193). Trata-se de uma coleta que não tem a participação ativa do indivíduo pesquisado e ainda expõe aquilo que ele poderia escolher não responder. Apesar da inquestionável assimetria de transparência digital, a propaganda da ferramenta se pauta na melhora da oferta de produtos e serviços aos usuários, realizada a partir das preferências deduzidas dos seus traços de personalidade. Assim, os autores enfatizam, por meio dessa análise, como a cultura digital opera sob os preceitos do capitalismo, ajustando cada dado à forma de mercadoria.

A propaganda especializada, o *microtargeting*, visa acelerar o comportamento de consumo. Antunes e Maia (2018) argumentam que, como tais algoritmos são

produzidos a partir de ideologias, tais ferramentas não se restringem à coleta de dados, mas acabam por modelar as percepções e ideologias dos usuários das plataformas. Ademais, a coleta constante de informações tendendo à abolição da privacidade, aponta para a radicalização da exploração dos usuários:

A Indústria Cultural da era digital cria condições de exploração ubíqua, radicalizando o aspecto sistêmico da indústria cultural, tal como o vínculo de todo objeto de cultura com a esfera da troca capitalista. (p.196)

Considerando o movimento histórico do capitalismo - que dependeu do apoio do Estado para ascender, mas em sua versão neoliberal visa a extinção da intervenção estatal para que o mercado seja controlado pelos oligopólios (ver capítulo 3) -, pode-se afirmar que o escândalo de dados do Facebook-Cambridge Analytica, que interferiu diretamente nas eleições para presidente dos Estados Unidos em 2016, exprime os novos modelos de poder e controle que tem as plataformas online mais populares como engrenagem principal (Zuboff, 2020). Neste fato denunciado em 2018, a Cambridge Analytica aplicou um questionário de personalidade em 270 mil pessoas. O aplicativo utilizado na pesquisa liberou o acesso aos perfis do Facebook das pessoas pesquisadas e de cerca de 160 amigos de cada uma, sem que elas fossem informadas. Essa ação produziu entre 50 e 87 milhões de perfis psicológicos, com o objetivo de prever as condutas eleitorais individuais e influenciá-las. Zuboff (2020) denomina essa linha de manipulação de dados pessoais, que proporciona um “superávit das profundezas” (p.321) pela predição e manipulação do comportamento, de “renderização do eu”<sup>22</sup>.

Com seu lugar de importância no capitalismo contemporâneo, as plataformas voltadas à interação social - redes sociais - mais populares atingem exorbitantes valores de mercado. Como negócios, é evidente que o lucro seja mais importante do que os serviços prestados como mediadoras das relações. Portanto, quando esses serviços se oferecem a mediar o encontro entre as pessoas, especialmente o amoroso, torna-se necessário desvelar o que está em jogo nesse processo.

---

<sup>22</sup> A renderização do eu é um dos elementos componentes do que Zuboff (2020) concebe como “capitalismo de vigilância”, que ela define como “uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas” (p. 7).

Assim, para compreender melhor como a mediação das plataformas *online* influencia o investimento em relacionamentos amorosos, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, conforme será discutido a seguir.

### **5.1. Relacionamentos amorosos *online*: revisão integrativa da literatura**

Partindo da temática de relacionamentos amorosos mediados por plataformas *online*, realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Ao todo foram selecionados 11 artigos (o processo de seleção dos artigos está descrito na seção “Método”), publicados entre 2013 e 2021 - cinco publicados entre 2013 e 2016 e seis publicados entre 2017 e 2021 - conforme detalhado na Tabela 1.

A respeito das áreas de conhecimento, sete artigos estão abrangidos na Psicologia, um na Comunicação, um em Estudos de Gênero, um em Saúde Coletiva e um em Antropologia. Em relação ao tipo de pesquisa, quatro são teóricas e sete são empíricas - destas, três quantitativas e quatro qualitativas.

Em relação à abordagem teórica, cinco artigos se orientam pela perspectiva de Bauman, dois por Foucault e dois por Lacan. Arfuch, Miskolci, Schutz e Velho aparecem como referência de apenas um artigo cada um. Há combinação de autores em dois artigos. Fica evidente a influência de Bauman nas pesquisas sobre o assunto, em especial, por suas obras *Amor Líquido*, mencionada em cinco trabalhos, e *Modernidade Líquida*, mencionada em quatro (as obras foram publicadas em 2004 e 2001, respectivamente).

Os temas investigados nos artigos são variados, abordam questões como a intimidade, a exposição dos corpos nos aplicativos, a sociabilidade, o *stalking*, entre outros. Essa variação é consequência do processo de escolha, que buscou selecionar artigos com temáticas diferentes. Contudo, há questões que aparecem em mais de um artigo e, por vezes, com interpretações diferentes ou contrárias.

Desse modo, propõe-se analisá-los em dois âmbitos: abordagem teórica e manifestações concernentes aos relacionamentos online. A análise será orientada pela Teoria Crítica da Sociedade, conforme a fundamentação realizada anteriormente. Ademais, em relação aos autores referenciados, não serão discutidas suas obras, mas sim a apropriação que os autores apresentam delas nos artigos.

Tabela 1:  
**Detalhamento dos artigos selecionados**

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Área do Conhecimento</b>	<b>Referência(s) Teórica(s)</b>	<b>Tipo de pesquisa</b>
Infidelid@de. com: infidelidade em relacionamentos amorosos mediados e não mediados pela Internet	2013	Haack & Falcke	Psicologia	Bauman	Empírica; quantitativa,
O amor virtual como instância de empreendedorismo e de reificação	2014	De Castro	Comunicação	Foucault e Bauman	Teórica
Mercado da/de carnes: corpos imprevistos na biopolítica	2015	Vasconcelos & Zago	Psicologia	Foucault	empírica; qualitativa
As redes sociais virtuais e a dinâmica da internet	2016	Lima, Moreira, Stengel & Maia	Psicologia	Bauman	Teórica
O amor nos tempos da Internet	2016	Santoro	Psicologia	Lacan	Teórica
O amor e o stalker: novos recursos para a vigilância nas redes sociais	2017	Moreira, Lima, Stengel, Bento, Santos & Costa	Psicologia	Lacan	Teórica
Reconfigurações da intimidade	2017	Beleli	Estudos de Gênero	Arfuch	Empírica; qualitativa
Rel@cionamentos.com: Diferenciando os Relacionamentos Amorosos Mediados e não Mediados pela Internet	2017	Haack & Falcke	Psicologia	Bauman	Empírica; quantitativa
O amor nos tempos do Tinder: Uma análise dos relacionamentos amorosos na contemporaneidade a partir da compreensão de adultos e jovens adultos	2017	Achselrad & Barbosa	Psicologia	Bauman	Empírica; qualitativa
Homens homossexuais idosos e de meia-idade nas mídias digitais: autodescrição, apoio social e qualidade de vida	2020	Ferreira, Inouye & Miskolci	Saúde Coletiva	Miskolci	Empírica; quantitativa
Tinder: uma etnografia sobre encontros, socialidades e experimentações de si	2021	Santos	Antropologia	Alfred Schutz e Gilberto Velho	Empírica, qualitativa

### 5.1.1. As abordagens teóricas

A Teoria Crítica da Sociedade parte da relação entre sociedade e indivíduo para realizar a análise dos fenômenos sociais. Horkheimer e Adorno (1956/1973b) tomam essa relação em seu movimento histórico, que culminou na primazia da totalidade sobre sua substância. Partindo desse pressuposto, pode-se definir quatro tendências nas abordagens dos artigos escolhidos: A) a constituição da abordagem como uma ideologia que nega o âmbito do indivíduo; B) a abordagem parte da relação sociedade-indivíduo e centraliza sua análise sobre a dimensão social; C) a abordagem parte da relação sociedade-indivíduo e centraliza sua análise sobre a dimensão individual; D) a constituição da abordagem como uma ideologia que nega o âmbito da sociedade.

A primeira tendência está presente na orientação baumaniana (Haack & Falcke, 2013; De Castro, 2014; Lima et al., 2016; Haack & Falcke, 2017; Acselrad & Barbosa, 2017). Ao condenar todos os relacionamentos *online* e, em consequência, todas as relações sociais contemporâneas, a teoria se torna ideologia, pois no confronto com os dados empíricos expõe sua falsidade (Horkheimer & Adorno; 1956/1973a).

Na perspectiva baumaniana, a interpretação sobre os relacionamentos amorosos online parte da compreensão de que o estabelecimento de compromisso é vago e começar e encerrar essas relações é tão fácil quanto apertar a tecla *delete* ou, convenientemente, bloquear o contato - basta que a relação não seja mais suficientemente satisfatória. São relações em que se busca o mais aprazível prazer sem riscos a correr, representadas pelo sexo casual. Em contraste com o ideal romântico de uma modernidade sólida em desaparecimento, os relacionamentos contemporâneos são menos duradouros, fluidos, instáveis, efêmeros e descartáveis - seguem a velocidade e fluidez da modernidade líquida. Sem a divisão entre consumidor e mercadoria, os próprios consumidores se tornam mercadorias, promovendo a tendência de tratar os outros como objetos de consumo; valoriza-se a quantidade em detrimento da qualidade. A ampliação das possibilidades relacionais são acompanhadas pelo aumento da insegurança. Os celulares, sempre conectados, são extensões do corpo e promovem a falsa sensação de proximidade. A felicidade é ilusória e novas promessas são empreendidas para sobrepor as

decepções e incertezas. O amor líquido é caracterizado pela fragilidade das relações e dos laços sociais.

Vale resgatar a crítica realizada por Nicolaci-da-Costa<sup>23</sup> sobre o livro *Amor Líquido*. De acordo com Nicolaci-da-Costa (2005), Bauman atribui características de interações *online* passageiras a todos os relacionamentos virtuais indiscriminadamente e, em consequência, a todos os relacionamentos reais, por conceber que estes são modelados pelos primeiros. Ainda, define os relacionamentos virtuais em comparação com relacionamentos presenciais da modernidade passada, considerados sólidos, autênticos e profundos. Para a autora, Bauman comete equívocos significativos ao transpor “suas argutas e lúcidas” macro-análises da sociedade para a micro-análise dos relacionamentos, exprimindo uma “percepção apocalíptica” (p.51).

Nicolaci-da-Costa (2005) argumenta que o sociólogo ignorou as pesquisas empíricas realizadas sobre a sociabilidade na internet ao longo daquela primeira década de difusão dessa tecnologia. Das pesquisas mencionadas, algumas tendências encontradas naquele período eram de que a internet possibilitava o encontro entre desconhecidos e a emergência de laços, que desenvolvidos a médio e longo prazos poderiam, ao contrário da compreensão de Bauman, se aprofundar, resultar em relacionamentos presenciais e, ainda, em casamentos; “os relacionamentos virtuais são um complemento para os ‘reais’ e não um substituto para estes” (p. 54). Ademais, na ampliação da interação para muitos-muitos, era possível o desenvolvimento de laços comunitários com demonstração de companheirismo e empatia, a participação cívica e o engajamento político.

Para Nicolaci-da-Costa, a internet é compreendida como um meio que proporciona mais possibilidades de contato: “qualquer ponto tem o potencial de se conectar a qualquer outro” (p.53). Não obstante, é importante destacar que, com o passar dos anos, diversas plataformas foram desenvolvidas para mediar essas relações, especialmente com seus algoritmos, o que significa que as possibilidades de contato não atingem todo o potencial que a técnica em si poderia propiciar.

Retomando a análise dos artigos orientados pela teoria baumaniana, é necessário destacar um conjunto de contraposições presentes no conteúdo de três deles, conforme segue.

---

<sup>23</sup> Nicolaci-da-Costa é psicóloga e pioneira no Brasil nas pesquisas sobre os impactos psicológicos derivados das novas tecnologias digitais.

Lima et al. (2016) apresentam uma revisão bibliográfica a respeito dos relacionamentos amorosos na internet. Nela identificam uma pesquisa sobre a evolução de vínculos conjugais originados na internet que conclui que é possível reproduzir um conjunto de vicissitudes da vida *offline* na vida *online*, porém mediante certo tempo de elaboração, cujo sucesso depende da maturidade das pessoas envolvidas, assim como em relacionamentos presenciais. Mencionam também outros artigos que abordam a possibilidade *online* da vivência da paixão, do desejo e do prazer nas redes sociais, porém os detalhes de tais trabalhos não são expostos.

Haack e Falcke (2017), cuja pesquisa visa diferenciar os relacionamentos presenciais de relacionamentos exclusivamente mediados pela internet, indicam em sua fundamentação teórica pesquisas que se opõem aos princípios de Bauman. As pesquisas empíricas demonstraram (os tópicos são referidos a pesquisas diferentes): de uma amostra com pessoas que desenvolveram relacionamentos *online*, mais da metade acabou encontrando a pessoa presencialmente; após a transição para o relacionamento presencial, os casais se encontravam felizes e em relacionamentos estáveis, tendo sido necessária previamente a troca de informações, pensamentos e sentimentos verdadeiros; relacionamentos à distância são fortes e duradouros na maioria dos casos; o desejo do encontro presencial quando os internautas percebem congruência na interação; o sucesso da relação *online* depende da maturidade dos envolvidos; a necessidade do encontro presencial para continuidade do relacionamento; percepção do público usuário de internet favorável aos relacionamentos *online*. Por fim, vale destacar um trecho referente a uma pesquisa que confronta diretamente a teoria baumaniana:

A internet não pode ser apontada como a causa do mal-estar gerado pela fragilidade dos vínculos afetivos. A potencialização de sentimentos, aflições e angústias experimentados por aqueles que vivenciam relações por meio de suas possibilidades é digna de atenção. (p.35)

Acselrad e Barbosa (2017), cuja pesquisa visa comparar a compreensão dos relacionamentos amorosos da atualidade entre adultos com idade de 40 a 45 anos e jovens adultos com idade de 20 a 25 anos, alegam que a teoria de Bauman recai em grande generalização: “não se deve, portanto, considerar suas ideias como verdades absolutas e nem mesmo como uma chave de compreensão para todo e qualquer relacionamento contemporâneo” (p.165). Outros elementos de contraposição aparecem nas entrevistas. Os sujeitos entendem que o aplicativo é



um espaço a mais para conhecerem pessoas e consiste numa primeira etapa a ser complementada pelo encontro presencial. O amor aparece com frequência no imaginário do grupo investigado: “ainda surge a possibilidade de felicidade em um encontro amoroso autêntico com o outro, com todas as incertezas que ele apresenta” (p. 175).

Como é possível observar pelos dados apresentados, é factível o estabelecimento de relacionamentos online duradouros e que se efetivam posteriormente como relacionamentos presenciais estáveis e felizes, a depender da honestidade na comunicação e da maturidade dos envolvidos. O desejo e busca pelo encontro presencial, referido com recorrência, evidencia a formação de vínculos que não são apenas passageiros.

Outro elemento que precisa ser questionado é a valorização da durabilidade dos relacionamentos na “modernidade sólida” anterior, especificamente, na configuração do casamento monogâmico heterossexual. Acselrad e Barbosa (2017) interpretam o ato de ficar, associado ao sexo casual, como um investimento financeiro ou uma aposta que não pode ser feita em um número apenas. Em relação ao casamento, alegam que a modificação nos papéis de gênero, com a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, resultou em mudanças na família:

Atualmente, isso acaba por motivar os casais a viverem de uma maneira mais individualista, muitas vezes visando seu próprio prazer (...). Diante disso, pode-se compreender que os sujeitos passam a estipular projetos pessoais individuais. Essa concepção hedonista e que visa à satisfação dos prazeres individuais (...). (p. 171)

Esse argumento precisa ser rebatido porque concebe que os casamentos se tornam individualistas e hedonistas em razão da maior independência da mulher em relação ao homem, o que é inaceitável.

Azevedo (2019) resgata a contribuição de Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de 1891, que relaciona os patriarcados antigos à família burguesa. O teórico relaciona o surgimento do casamento monogâmico à propriedade privada: a produção de excedentes resultou na preocupação dos homens a respeito da sucessão de suas propriedades. Em detrimento da sucessão matrilinear vigente até então, a sucessão patrilinear se estabelece, impondo às mulheres a função de gerar descendentes legítimos, ou seja, o corpo feminino passa a ser regulamentado pela necessidade de garantir a paternidade. Contudo, para

assegurar o comprometimento feminino, o adultério, concernente apenas à mulher, foi criminalizado.

Observa-se que a instituição do casamento monogâmico se assegura não apenas na moralidade, mas também no âmbito jurídico - o controle sobre os corpos das mulheres tem sido garantido historicamente pela esfera pública. No Brasil, o divórcio só foi instituído legalmente em 1977 (Beltrão, 2017). Antes, permitia-se apenas o desquite, que separava os bens e os corpos, mas não desfazia o vínculo matrimonial, deixando os novos relacionamentos sem respaldo legal; os filhos das novas uniões eram considerados ilegítimos e extraconjugais. As mulheres desquitadas eram alvos de preconceito. E ainda, a pressão a favor do casamento indissolúvel era realizada pela Igreja Católica e setores conservadores da sociedade.

Acrescente-se ainda que a felicidade matrimonial e o idealizado amor romântico “para sempre” já era contestada por Freud em 1908. Este argumentava que o esforço para atender à moral sexual civilizada adoecia seus contemporâneos. O casamento reduzia a meta sexual à reprodução legítima e não recompensava os anos anteriores de abstinência (Freud, 1908/2015). Portanto, o casamento monogâmico duradouro não pode ser considerado um parâmetro de relacionamentos sólidos, autênticos e felizes quando não existia sequer o direito à separação, especialmente para as mulheres. E condenar as mulheres por estarem menos aprisionadas em seus casamentos ou por não os ter como prioridade corresponde a um pensamento estritamente machista.

Certamente, as pesquisas orientadas em Bauman não perdem sua importância no estudo do fenômeno, uma vez que os dados levantados por elas ampliam sua compreensão, como será possível discutir na próxima seção. No entanto, é necessário questionar a condenação dos relacionamentos contemporâneos de modo generalizado, como se a socialização total já estivesse concluída e as pessoas respondessem meramente como autômatos à determinação social. Assim como a lógica positivista, a abordagem perde a experiência com a realidade objetiva. Na negação do âmbito individual, a perspectiva rompe com o potencial de transformação da história, retornando ao princípio do destino, tão rejeitado pela ciência - não há expectativa de mudança, apenas conformismo (Horkheimer & Adorno; 1947/2006a). Sua crítica poderia se voltar aos limites

determinados pelas plataformas mediadoras e pela configuração da totalidade social.

A tendência B, parte da relação sociedade-indivíduo e centraliza sua análise sobre a dimensão social, se apresenta nos trabalhos orientados pelo pensamento de Foucault (Vasconcelos & Zago, 2015; De Castro<sup>24</sup>, 2014). Embora a ênfase seja sobre as determinações sociais e as técnicas de controle sobre os indivíduos, tal incisão não é imediata - considera-se a apropriação subjetiva, que pode não atender aos preceitos da biopolítica.

De Castro (2014) aborda o fortalecimento do neoliberalismo e a emergência da ideologia do empreendedor, diluindo a percepção da sociedade e realocando suas atribuições e responsabilidades no indivíduo: “cada um é instado a gerir sua vida como negócio” (p. 73). O indivíduo identificado como empresa tem sua existência mercantilizada - o empreendedorismo oculta sua reificação. Para o autor, tal empreendedorismo também se difunde na cibercultura e pode ser reconhecido na construção dos perfis em redes sociais como vitrines do indivíduo, que precisa se promover constantemente, misturando ali suas relações pessoais e profissionais. Com suas identidades especificadas, tais perfis vão sendo comercializados pelas plataformas aos anunciantes com eficiência.

Vasconcelos e Zago (2015), discutem os novos corpos masculinos no cenário neoliberal. Para os autores, a biopolítica atua como governabilidade dos corpos e das condutas humanas, com seu conjunto de técnicas políticas, para sua adaptação ao mercado. O indivíduo deve seguir o princípio do empreendedorismo de si, modelando seu corpo diariamente como legitimação de seu sucesso - um discurso que produz as bioidentidades. A adequação do corpo é a proteção contra os riscos: “em nome do bem-estar da população, pedagogias (se) inscrevem (n)a carne dos indivíduos como uma espécie de antídoto aos perigos” (p.221, parênteses dos autores). O controle passa a ser estabelecido pela estimulação dos corpos. Estes devem ser expostos e o olhar vai fundando sua experiência no mercado para o qual são produzidos.

É possível observar que essa perspectiva ressalta a biopolítica como um conjunto de técnicas voltados ao controle e administração da vida e dos corpos das pessoas, cujo objetivo visa atender aos preceitos de um mercado neoliberal.

---

<sup>24</sup> Observa-se que existe uma contradição no trabalho de De Castro (2014), orientado pelas abordagens de Bauman e Foucault, que seguem tendências epistemológicas opostas.

Denúncia também como a ideologia promovida pelo neoliberalismo desloca as responsabilidades da sociedade para o indivíduo, diluindo a percepção de sua reificação ao ser identificado como uma empresa responsável por sua própria adequação às exigências da biopolítica. Nessa abordagem, o todo social exerce controle e determinação sobre os indivíduos e os administra por meio de sua ideologia a favor do neoliberalismo; configura-os na subjetividade e no corpo.

Os trabalhos orientados por Lacan, Arfuch e Miskolci (Santoro, 2016; Moreira et al., 2017; Beleli, 2017; Ferreira et al., 2020) configuram a tendência C - parte da relação sociedade-indivíduo e centraliza sua análise sobre a dimensão individual. São pesquisas que se referem à determinação social, mas especificamente em sua apropriação subjetiva. Voltam-se mais para os mecanismos psíquicos mobilizados durante o estabelecimento dos contatos mediados pelas plataformas digitais. Lembrando o elogio que Adorno (1951/2015) faz ao trabalho freudiano por indicar tendências históricas por meio da sua investigação profunda da subjetividade, pode-se considerar a relevância deste viés teórico para a compreensão dos fenômenos sociais.

Santoro (2016) alega que o discurso capitalista comanda os laços na contemporaneidade e reduz tudo ao lugar de troca, promovendo o mal-estar e a forclusão do amor. A impossibilidade do desejo em seu discurso prejudica os laços de se realizarem, resultando na incapacidade de amar. Para a autora apenas o discurso do psicanalista poderia se opor ao discurso capitalista ao preservar “os efeitos revolucionários do sintoma” (p.168). A respeito das relações mediadas pela internet, analisa que a imediatidade do contato virtual limita processos importantes para a relação, pois restringe um intervalo necessário para os dizeres, a falta e o saber. A ruptura com a idealização sobre a pessoa provoca “decepção, desilusão e muitas vezes violência” (p.167). No entanto, é necessário insistir no amor, que acontece apenas como uma construção, e não desligar a rede social na primeira dificuldade ou desilusão.

Moreira et al. (2017), de modo similar, concebem o amor a partir da falta: “o sujeito se torna capaz de amar ao sair da lógica narcísica e se reconhecer como um ser de falta” (p.108). O amor como dom ativo assume uma posição desejante e é mediado pela dimensão simbólica. O enfraquecimento da dimensão simbólica, favorecida pela realidade virtual, expande o registro imaginário e configura um amor narcísico, que não admite a falta e mantém a ilusão de completude. No

relacionamento especular, o outro é visto como parte de si e carrega a agressividade projetada. Sem a falta, se orienta apenas pelo gozo que não é simbolizado.

Desse modo, a perspectiva lacaniana considera as construções sociais que interferem na subjetividade dos indivíduos, mas centra sua análise nos mecanismos psíquicos mobilizados no fenômeno de contato *online*. Dentre os elementos subjetivos, a perspectiva valoriza a falta, o desejo e a dimensão simbólica para o estabelecimento dos laços. E indica como aspectos prejudiciais na realidade virtual: a imediatividade e conseqüente impacto na percepção dos limites temporais e espaciais e a ampliação do registro imaginário pela prevalência das imagens.

Arfuch aparece como referência significativa no trabalho de Beleli (2017), que pesquisa a reconfiguração dos significados de intimidade a partir das mediações tecnológicas. Nessa perspectiva, a intimidade remete aos âmbitos público e privado, sendo estes sociais e políticos. A autora apresenta como pergunta o que ocorre quando as pessoas se produzem para o mercado amoroso, em especial, o online. Dessa forma, revela como a intimidade pode ser performada e controlada em oposição à concepção de que a intimidade esteja publicizada nas redes sociais e como tal controle oculta o “desprezo por modos de vida que lhes parecem socialmente menos reconhecidos” (p. 345). Com o olhar voltado para as relações de gênero, a autora revela na performance da intimidade a presença das normas de conduta sociais, inclusive as estigmatizantes.

Ferreira et al. (2020), com o objetivo de analisar os indicadores de qualidade de vida e a autodescrição apresentada por homens homossexuais idosos e de meia-idade em plataformas de relacionamento, se fundamentam no trabalho de Miskolci. São grupos de uma geração que experienciaram a vida amorosa e social presencialmente em ambientes pouco acolhedores, caracterizados pela intimidação, violência e perseguição. Os autores enfatizam que para grupos cuja sexualidade é controlada segundo a heteronormatividade, com preconceito e violência, como mulheres e homossexuais, a internet amplia as possibilidades de sociabilidade, permitindo a criação de laços fortes em redes de apoio e amizade e de laços fracos. Os laços fracos, é interpretado de modo positivo por garantir o anonimato, maior grau de autonomia e a sensação de proteção, já que permite a essa classe de usuários a experiência de sua sexualidade sem uma exposição que resultaria em conseqüências ruins nas relações cotidianas: “os espaços digitais auxiliam no

combate ao isolamento e na ampliação dos laços interpessoais, formando redes de apoio e esperança a segmentos e grupos marginalizados publicamente” (p. 4).

Assim, observa-se que a abordagem considera o contexto social de modo crítico, mas focaliza sua análise sobre a experiência e idiosincrasias do grupo investigado; a dimensão social aparece em sua apropriação pelos indivíduos.

Por último, o trabalho de Santos (2021), orientado por Schütz e Velho, apresenta a tendência D: uma abordagem que se constitui como uma ideologia que nega o âmbito da sociedade. A falsidade, neste caso, se encontra no confronto da autonomia dos indivíduos com o enquadre dos aplicativos. O enquadre não é neutro, uma vez que visa prioritariamente atender aos interesses da empresa, o que é evidenciado pelo desvio de objetivo dos usuários, que deixam de procurar parceiros para brincar com o aplicativo. Falta, então, uma perspectiva crítica a respeito do fenômeno, que observe as contradições da plataforma pesquisada.

Santos (2021) discute as experiências de usuários do aplicativo de relacionamento Tinder, observadas em etnografia digital, e se orienta pelos trabalhos de Alfred Schütz e Gilberto Velho. A partir de Schütz, Santos (2021) alega que a experiência é o embate entre o conhecimento prévio do indivíduo, adquirido pelo acúmulo de suas vivências biográficas, e a realidade sociocultural, de modo que o indivíduo percebe o mundo por meio de suas interpretações. Da mesma forma, a escolha do outro relacional se pauta nas construções sociais e no conhecimento do indivíduo. Levando em conta Velho, a autora afirma que a seleção não é uniforme, pois é atravessada pelas transformações dos projetos individuais, que se constituem como campos de possibilidades.

Santos (2021) compreende o Tinder como mais uma alternativa para a procura de um outro relacional, abrangendo um processo de expectativas, autonomia, escolhas, experimentação de si, do outro e do próprio aplicativo. É importante demarcar que a autora declara se afastar de perspectivas que compreendem a busca por relacionamentos em tecnologias comunicativas como uma busca por prazeres fugazes, tal como Bauman, e reforça:

Procuro, alternativamente, compreender formas de constituição de uma experiência compartilhada do exercício de socialidade, afetividade, sexualidade, articulada por uma plataforma digital específica, enquanto possibilidade de ação, criação e negociação, nas quais estão postas tanto as motivações, os projetos, as indicações pessoais do/a usuário/a como os critérios e as indicações dos outros relacionais e a própria agência maquínica (p. 2).

Verifica-se que a pesquisa constrói uma abordagem centrada nas experiências individuais de sociabilidade. Pressupõe o sujeito como autônomo, escolhendo sua exposição apenas a partir de seu próprio interesse e benefício, porém, demarca a existência do enquadre da tecnologia e o desvio do propósito de encontrar alguém quando o entretenimento na plataforma ganha prioridade: “em dado momento eles são deixados de lado em prol de um relaxamento em face da ludicidade do aplicativo, da exigência por uma decisão ágil inerente a ele ou da conveniência do momento” (Santos, 2021, p. 16). Ao voltar o olhar para o indivíduo acaba perdendo na análise a crítica sobre a mediação da plataforma, que é tratada como neutra, mas imprime suas marcas nos dados empíricos.

A análise das abordagens teóricas permite entender como o fenômeno da mediação dos relacionamentos amorosos realizada por plataformas *online* vem sendo interpretado nos últimos dez anos. Ainda que sejam poucos trabalhos, a influência da obra de Bauman é marcante - lembrando que quatro dos cinco artigos dessa abordagem são da área de Psicologia. Ademais, Lacan aparece como a única referência principal proveniente da Psicologia.

Pode-se concluir que apenas cinco trabalhos apresentam perspectivas teóricas que sustentam a relação entre indivíduo e sociedade em suas análises, ainda que focalizem seus estudos a um ou outro âmbito; os demais estão referenciados em perspectivas que acabam por recair em ideologia, prejudicando a análise do fenômeno. Nesse sentido, a Teoria Crítica da Sociedade pode trazer importantes contribuições para o debate da mediação dos relacionamentos amorosos por plataformas *online*. Como realça Crochík (2011b), o indivíduo precisa ser apreendido em sua constituição mediada pela sociedade e a Psicologia deve buscar suas marcas na subjetividade.

### **5.1.2. Manifestações concernentes aos relacionamentos online**

As redes sociais, como plataformas *online* voltadas à interação social, certamente se configuram segundo os princípios da indústria cultural, investigada por Horkheimer e Adorno (1947/2006c). Entretanto, conforme argumenta Carone (2013), cada meio de reprodução técnica tem propriedades específicas que atravessam o conteúdo transmitido, modificando-o e afetando seu receptor. Torna-se essencial investigar tais plataformas em suas particularidades. Desse modo, os

artigos selecionados contribuem para a compreensão da mediação *online* dos relacionamentos amorosos ao apresentarem a descrição e a crítica de suas manifestações.

A partir dos artigos selecionados na revisão, um conjunto de manifestações características dos relacionamentos *online* foi selecionado e organizado em quatro categorias: manifestações determinadas pela sociedade, manifestações determinadas pela mediação técnica, manifestações subjetivas negativas e manifestações subjetivas positivas. Observou-se a frequência de artigos que mencionaram cada manifestação, em conotação favorável ou desfavorável, conforme se apresenta na Tabela 2.

As manifestações determinadas pela sociedade são aquelas que refletem o ajustamento às normas sociais e reproduzem a violência social nas interações *online*. Vasconcelos e Zago (2015), Beleli (2017) e Ferreira et al. (2020) relatam em suas pesquisas como as pessoas procuram performar um gênero normatizado e naturalizado em seus perfis: “as buscas e a maneira de se autodescrever reiteram padrões modelares de gênero e sexualidade” (Ferreira et al., 2020, p. 19). No caso dos homens homossexuais a performance do gênero masculino, em sua face hegemônica, é intensificada. Se exprime nas imagens com exposição de nudez ou nos termos utilizados na autodescrição, como “sarado” e “atlético”. A intensificação da performance aparece como compensação para a homossexualidade, que não condiz com a heteronormatividade (Vasconcelos & Zago, 2015; Ferreira et al., 2020). A adequação de si aos padrões hegemônicos remete diretamente à necessidade de sobrevivência, como se expressa com clareza na necessidade de manter segredo a respeito da homossexualidade para sustentar o apoio familiar. Como argumentam Horkheimer e Adorno (1947/2006b), a introversão do sacrifício com o controle da própria natureza se fundamenta na constante ameaça à sobrevivência; a renúncia à felicidade é decorrente do medo difuso.



Tabela 2:

**Manifestações concernentes aos relacionamentos *online***

<b>Categoria</b>	<b>Manifestações</b>	<b>Freq.</b>	<b>Artigos</b>
Manifestações determinadas pela sociedade	Produção de si como performance controlada de gênero	3	Vasconcelos & Zago (2015); Beleli (2017); Ferreira et al. (2020)
	Intimidade performada	2	Beleli (2017); Santos (2021)
	Julgamento estereotipado de outros perfis	4	Vasconcelos & Zago (2015); Beleli (2017); Ferreira et al.(2020); Santos (2021)
	Sacrifício de si para sobrevivência	2	Vasconcelos & Zago (2015); Ferreira et al. (2020)
Manifestações determinadas pela mediação técnica	Configuração dos espaços <i>online</i> como mercados afetivo-sexuais	7	De Castro (2014); Vasconcelos & Zago (2015); Lima et al. (2016); Beleli (2017); Acselrad & Barbosa (2017); Ferreira et. al. (2020); Santos (2021)
	Exposição de si em formato de propaganda	4	De Castro (2014); Vasconcelos & Zago (2015); Lima et al. (2016); Santos (2021)
	Imediaticidade da comunicação/ proximidade virtual	4	Santoro (2016); Lima et al. (2016); Moreira et al.(2017); Acselrad & Barbosa (2017)
	Desvio do objetivo para entretenimento	1	Santos (2021)
Manifestações subjetivas negativas	Menor comprometimento com a relação	2	Haack & Falcke (2013); Haack & Falcke (2017)
	Maior índice de infidelidade	1	Haack & Falcke (2013)
	Stalking - perseguição virtual	1	Moreira et al. (2017)
Manifestações subjetivas positivas	Espaço para encontrar outras pessoas	5	De Castro (2014); Acselrad & Barbosa (2016); Haack & Falcke (2017); Ferreira et al. (2020); Santos (2021)
	Desejo por relacionamentos duradouros	4	Acselrad & Barbosa (2016); Haack & Falcke (2017); Beleli (2017); Ferreira et al. (2020)
	Necessidade/busca pelo encontro presencial	4	Haack & Falcke (2013); Acselrad & Barbosa (2016); ; Haack & Falcke (2017); Santos (2021)

No caso das mulheres heterossexuais, a feminilidade é performada de acordo com as expectativas: precisam apresentar o potencial sexual, a independência, mas também deixar a iniciativa para o homem. Para Beleli (2017), as performances de gênero também são associadas ao marcador de classe econômica. A masculinidade bruta é associada a classes menos favorecidas e a maior delicadeza, identificada no “mauricinho”, não é suficiente para os padrões desejáveis. Se estabelece uma sociabilidade sustentada na vigilância mútua sobre a adequação das performances de gênero. A racionalização da busca por parcerias (também identificada por Santos, 2021), com análise minuciosa dos perfis, expõe os preconceitos de gênero, de classe e de cor: “*não dá, eu sou médica, como apresentaria uma pessoa assim aos meus amigos?*” (Beleli, 2017, p. 340, grifo da autora). As afinidades vão sendo condicionadas por determinantes econômicos, segregando mais uma vez aqueles que estão à margem na sociedade (Horkheimer, 1934/1986a). A ampliação de possibilidades de encontros é limitada pelo preconceito.

Em oposição ao argumento de que as redes sociais aumentam a exposição de si, Beleli (2017) indica que a produção de si nos perfis constrói uma intimidade que é performada, controlada e atende a uma moralidade do que é feminilidade e masculinidade, ocultando elementos que não são publicizados, como o desprezo por modos de vida menos valorizados socialmente. Santos (2021), por sua vez, aponta que a intimidade é revelada proporcionalmente à exposição do outro; há uma modulação entre preservação e revelação da intimidade. A autora afirma que o sucesso no jogo da sedução está associado à habilidade em realizar essa modulação. Portanto, embora haja muitos conteúdos expostos nas redes sociais, a relação desses com a realidade não é imediata. As pessoas escolhem o que mostram nessa construção *online* de si, que tende a atender às expectativas hegemônicas de gênero e de classe social.

Estas manifestações evidenciam como as plataformas *online* não estão dissociadas da totalidade social. Nelas se reproduzem as regras violentas que regem as relações entre os indivíduos no mundo *offline*. Não é um espaço livre onde se possa existir como se é sem consequências. A construção controlada dos perfis denuncia que a ameaça à sobrevivência persiste também nesses espaços.

As manifestações determinadas pela mediação técnica referem-se ao enquadre das plataformas *online*, aos limites delineados por sua forma. Nessa categoria se encontra a manifestação mencionada com maior frequência

(mencionada em sete artigos): a configuração dos espaços *online* como mercados afetivo-sexuais. Para De Castro (2014), Lima et al. (2016) e Acselrad e Barbosa (2017), a ampliação das possibilidades de contato é organizada na forma de um mercado, em que as pessoas são escolhidas como produtos em um catálogo. Para esses autores, as pessoas consomem umas às outras de modo volátil e descartam o outro em seguida. De Castro (2014) exemplifica com um site de relacionamentos francês que se divulgou como um mercado de homens, chegando a colocar homens numa vitrine como propaganda do site. Vasconcelos & Zago (2015) abordam o mercado como uma configuração da biopolítica que se expressa também no âmbito *online* e está relacionado ao controle dos corpos. Beleli (2017) apenas menciona o mercado amoroso, sem defini-lo. Ferreira et al. (2020) descrevem um mercado erótico segmentado e corporalizado, mas não aprofundam. E Santos (2021) se opõe às perspectivas que reduzem os relacionamentos *online* à lógica de mercado. A autora acredita que as experiências dos usuários ultrapassam a racionalização dos perfis, uma vez que encontra em sua etnografia diversos perfis sem exploração dos recursos de edição, inclusive em modo *default* (predefinido). Observou, ainda, que a identificação de afinidades por vezes se relacionava às singularidades do outro e não à apresentação de um perfil padrão manipulado.

A discussão a respeito da exposição de si em formato de propaganda aparece articulada à do espaço online como mercado. De Castro (2014) enfatiza que a construção dos perfis segue o modelo publicitário, com descrição dos atributos e frases chamativas; a identidade é construída por meio de estratégias de marketing - o objetivo é conseguir se vender. Lima et al. (2016) afirmam que, com o desenvolvimento da sociedade de consumo, as relações humanas são marcadas por um valor econômico e a vida de cada um se torna um mercado. Para Vasconcelos e Zago (2015) os corpos são construídos para atender aos preceitos da biopolítica e são expostos como legitimação do sucesso: “cada corpo é compelido à ordem, à saúde, à democracia, à exposição” (p. 222). Exemplificam com o site de relacionamentos Manhunt, voltado a homens homossexuais, em que a exposição dos corpos, seminus e musculosos, segue o formato de propaganda. Santos (2021) não nega as possibilidades de manipulação das imagens para que sejam estrategicamente supervalorizadas, mas ressalta usuários que não fazem uso de tais ferramentas e utilizam seus perfis para apresentarem interesses, ideologias e singularidades, que se aprofundam conforme evolui o jogo relacional.

Embora o debate não seja consensual, deve-se considerar que a forma das plataformas *online* é determinada de acordo com os princípios do mercado. Como discutido anteriormente, as redes sociais se tornaram espaços de ampla expropriação de dados de seus usuários. A criação do botão de curtir pelo Facebook certamente facilitou o processamento das interações com muito mais velocidade do que se fossem comentários. Mas como as pessoas ainda comentavam suas curtidas para qualificá-las, o botão foi ampliado para reações (no Facebook são os conhecidos curtir, amei, força, haha, uau, triste e grr) - um modelo que se difunde em diversas outras plataformas, como o LinkedIn e, recentemente, o Whatsapp. Não satisfeito, hoje o Facebook sugere comentários prontos para que as pessoas possam utilizar em suas interações. No Tinder, de outro modo, os usuários obrigatoriamente indicam se estão interessados ou não em cada perfil que lhes aparece - os próprios usuários classificam uns aos outros de modo compulsório. Como se evidencia no site que se divulga como um mercado de homens, trata-se de uma duplicação da realidade que estimula seus usuários a utilizarem a plataforma conforme este significado. No entanto, a apropriação desses espaços pelos usuários ainda vai além (ou aquém) desses contornos, seja pela dificuldade com as configurações técnicas ou porque uma produção elaborada de si não é importante (Santos, 2021).

É característico da indústria cultural a imposição de seu idioma para a conformação de todos os produtos (Horkheimer & Adorno, 1947/2006c). No cenário das plataformas online, os conteúdos a serem adaptados e uniformizados são as informações pessoais, formatadas em perfis - foto e breve autodescrição. A determinação de que os usuários tenham que escolher antes de poder ver o próximo perfil é da plataforma - a exclusão de perfis é o seu pressuposto. Portanto, a forma reificante de tais plataformas delimita os conteúdos a serem apresentados e define, por meio de seu algoritmo, como serão apresentados, interferindo de modo negativo nas possibilidades de encontro entre seus usuários. Se os perfis seguem modelos propagandísticos, trata-se, em princípio, do recorte oferecido por tais plataformas. A imposição de sua padronização, porém, não tem alcance total e nisso se revela seu constante esforço em aprimorar suas ferramentas de controle.

A uniformização dos dados pessoais é divulgada como uma facilitação para o usuário na escolha de uma parceria, entretanto apenas fomenta a base de dados da empresa, que pode fazer disso uma fonte de lucro. Uma manifestação que se

destaca nesse sentido é o fato de que, no Tinder, algumas pessoas deixam de buscar uma parceria para utilizar o aplicativo como um jogo, um espaço de entretenimento: “a ludicidade de passar e observar as *figurinhas*, como muitos chamam os perfis, enquanto um passatempo, pode coexistir com uma busca por parceria afetivo/sexual” (Santos, 2021, p. 13, grifo da autora). Tal fato corresponde ao argumento de Marcuse (1941/1999) de que os equipamentos feitos para facilitar o contato entre as pessoas interceptam a libido e absorvem-na para alimentar o processo da maquinaria. Sabe-se que o tempo gasto nas plataformas é um dos indicadores de sucesso, ou seja, é mais importante para o Tinder que seus usuários passem o tempo se divertindo no aplicativo do que efetivamente encontrem uma parceria. Se fosse mais fácil, eles não precisariam pagar um plano *premium* para obter mais oportunidades de *match*.

Outro aspecto característico da mediação *online* apresentado é a imediaticidade da comunicação. Para Santoro (2016) e Moreira et al. (2017) a imediaticidade na transmissão das mensagens rompe com a dimensão espacial e limita a abertura à falta e à diferenciação com o outro. Para Lima et al. (2016) a instantaneidade corresponde à aceleração do consumo. Acselrad e Barbosa (2017) alegam que a conectividade promove a percepção de que as pessoas nunca se afastam e os celulares se configuram como extensão de seus corpos.

É incontestável que a instantaneidade de contato proporcionada pela internet e seus aplicativos de mensagens impactam o modo com as pessoas se relacionam, pois, havendo conexão, caem os limites sobre a duração do contato que passam a ser determinados pelos usuários. As pessoas podem interagir por horas a fio e a qualquer momento do dia. No entanto, como os formatos oferecidos pelas plataformas interferem nos conteúdos transmitidos é algo a se investigar e que não é aprofundado nos artigos escolhidos.

Em relação a essa categoria, conclui-se que as plataformas online não são neutras e determinam parte significativa do contato entre seus usuários por meio de sua forma, que inclui, de modo geral, *layout*, configurações e organização algorítmica. Em sua determinação restringe as possibilidades de contato, contrariando sua promessa de facilitar o encontro com o outro. O investimento de seus usuários na procura por uma parceria acaba por ser desviado para o funcionamento da própria plataforma que passa a diverti-los. Uma diversão que

excita mas não satisfaz (Horkheimer & Adorno, 1947/2006c), porque aprisiona a libido ao aparato, retirando-a de sua procura - o encontro com o outro.

As manifestações subjetivas correspondem ao âmbito individual, mas associadas diretamente ao contexto *online*. Dentre as manifestações subjetivas negativas está o menor comprometimento com a relação, identificado por Haack e Falcke (2013 e 2017). De acordo com as pesquisadoras, em comparação aos relacionamentos amorosos presenciais, os relacionamentos amorosos mediados pela internet apresentam menor nível de comprometimento, além de intimidade e paixão menos evidentes. As pessoas se sentem mais satisfeitas com seus relacionamentos quando estes são presenciais. Logo, Haack e Falcke (2017) alegam que o menor comprometimento e maior insegurança dificultam a manutenção dos relacionamentos *online* a longo prazo. Mas também indicam que as pessoas em relacionamento mediado pela internet tendem a esperar o encontro presencial para confirmar o compromisso e 85% de sua amostra demonstrou interesse em encontrar presencialmente a parceria.

Haack e Falcke (2013) também identificaram maior índice de infidelidade entre os relacionamentos exclusivamente mediado pela internet. Para as autoras, esse índice corresponde à menor clareza no contrato dos relacionamentos *online* e indica que 33% dos participantes desse grupo nunca discutiram o assunto com o parceiro. A falta de clareza abriria brechas para o acontecimento da infidelidade. Nesse cenário, as pessoas com relacionamentos mediados pela internet se sentem mais inseguras e consideram que, além da quebra de contrato, mentiras e desejos por outras pessoas também são consideradas traição.

Sobre o prejuízo na comunicação, Adorno (1951/1992g) afirma que a própria capacidade de conversar é atrofiada porque também a linguagem é adaptada à sociedade. A cisão da relação entre sujeito e objeto restringe a possibilidade de experiência; os indivíduos carentes de experiências se conformam a uma fala mecanicamente preparada. E as palavras, por sua vez, desprendidas das relações humanas, comprometem facilmente àqueles que fazem seu uso. Nesse sentido, contato *online* apresenta limites que dificultam o progresso do relacionamento.

Em relação ao *stalking*, fenômeno de perseguição *online*, Moreira et al. (2017) assumem que a realidade virtual favorece o registro imaginário em prejuízo do simbólico, mediante o predomínio das imagens. De acordo com os autores, a ruptura com a dimensão espacial facilita a ilusão de completude narcísica, que seria

frustrada pelo contato presencial. A promoção das relações especulares pela proximidade virtual, resulta no aumento da agressividade e rivalidade, projetadas do Eu. Nessa dificuldade de reconhecimento da diferença no outro, na fragilidade dos limites da alteridade, o ato de *stalking* se consolida, sem a mediação da dimensão simbólica que está enfraquecida, e encontra muito material disponível, publicizado nas redes sociais. Em níveis extremos, a agressividade projetada sem limites levaria aos crimes de perseguição.

A ilusão da completude narcísica é facilitada pela internet quando ela rompe “as distâncias” físicas. É viável aos usuários se falarem a qualquer hora, estando em qualquer lugar, fazendo com que o outro esteja próximo demais. Essa proximidade, contudo, é puramente virtual. A proximidade dos corpos denuncia a impossibilidade da união complementar dos parceiros enquanto cada um busca no outro o objeto da sua fantasia e o que é de fato encontrado no outro não coincide com essa fantasia. (p. 118)

Pode-se considerar que por um lado se apresenta a crueldade como uma vingança pela reificação do corpo: “a compulsão à crueldade e à destruição tem origem no recalçamento orgânico da proximidade ao corpo (...)” (Horkheimer e Adorno, 1947/2006e, p. 191). Por outro lado, deve-se destacar o planejamento por trás da perseguição, desde a busca por brechas nas configurações de privacidade até a própria invasão da privacidade do outro pelo hackeamento de suas contas/dispositivos. Esse planejamento remete ao progresso da razão formal que atinge a expressão das emoções, de modo que o prazer se associa ao controle manipulado da vida do outro e perde o outro enquanto objeto de amor (Horkheimer e Adorno, 1947/2006d). Ademais, se a regressão ao narcisismo já se constitui como uma tendência social, derivada da contínua frustração diante das exigências desgastantes da realidade, as plataformas *online* podem ser espaços propícios para sua consolidação (Adorno, 1959/2004).

Assim, estas manifestações explicitam que as plataformas *online* apresentam limites que dificultam a manutenção dos relacionamentos a longo prazo e, ainda, podem facilitar, por sua forma inerente, a expressão de predisposições psíquicas ao narcisismo e à crueldade. A violência difusa na sociedade encontra espaço para manifestação também no âmbito *online* e se reproduz nas relações ali estabelecidas.

No meio *online*, porém, também se realizam manifestações subjetivas positivas, como a busca por encontrar outras pessoas. Para De Castro (2014), o ambiente virtual cria um universo de possibilidades de contato. Acselrad e Barbosa

(2017) alegam que os aplicativos de relacionamento proporcionam que seus usuários conheçam e se relacionem com outras pessoas. Haack e Falcke (2017) complementam ao afirmar que sem a mediação pessoas que se relacionam de modo *online* talvez não tivessem a possibilidade de se conhecerem. Santos (2021) indica que o Tinder é um ambiente com intenção projetada para facilitar e estimular a descoberta social. Ferreira et al. (2020) argumentam que a internet proporciona uma importante ampliação de possibilidades relacionais e interativas para grupos marginalizados, como homossexuais, que são rechaçados e controlados por sua comunidade local. Pela internet essas pessoas podem socializar e buscar parceiros sem as consequências de se expor. Desse modo, não apenas as plataformas permitem a ampliação dos contatos, mas nelas também se expressa, por parte de seus usuários, o desejo pelo novo, o desejo de encontrar outras pessoas.

Além disso, na busca pelo novo se encontra, ainda, o desejo por relacionamentos duradouros. Beleli (2017) e Acserald e Barbosa (2017) indicam que, mesmo com o advento das redes sociais, as pessoas ainda procuram por relacionamentos duradouros. Haack e Falcke (2017) apontam em sua revisão que os relacionamentos *online* podem ser fortes e duradouros. Ferreira et al. (2020) afirmam que é possível o estabelecimento de laços fortes e criação de redes de amizade e de apoio mútuo.

E por fim, apresenta-se em alguns artigos o desejo pelo encontro presencial. Haack e Falcke (2013) argumentam que as pessoas em relacionamentos mediados pela internet aguardam o encontro presencial para discutir o contrato da relação e definir o status do relacionamento. Esse argumento é corroborado por um entrevistado de Acserald e Barbosa (2017): “quando vem a segunda etapa e você conhece pessoalmente é possível fechar o compromisso” (p. 174). A pesquisa de Haack e Falcke (2017) evidencia que 85% dos participantes com relacionamentos online pretendiam encontrar presencialmente com a parceria. As autoras apontam ainda que o planejamento para o encontro dependia de questões como a disponibilidade para viajar e a confiança em relação à parceria. Santos (2021) indica que o encontro presencial é a conclusão das buscas e escolhas de cada um dos lados. Portanto, ainda existe uma tendência significativa de procura pelo encontro presencial, que decorre da insuficiência da plataforma para a construção dos relacionamentos amorosos.



Apesar dos limites formais e das dificuldades sobre os relacionamentos *online*, se apresentam nas plataformas *online* movimentos de vida. A busca pelo novo, a vontade de construir relações, de aprofundar o contato com o outro. Um investimento que pode superar os limites e culminar no encontro presencial.

Em suma, as plataformas *online* não se encontram dissociadas da realidade *offline*. Nelas se reproduzem as determinações sociais com suas contradições. De sua parte, as plataformas seguem os preceitos da indústria cultural e do capitalismo de monopólios. Implementam no âmbito *online* seu idioma, com seu formato esquemático, visando ajustar os conteúdos ali inseridos em um modelo lucrativo. Sua eficiência, por sorte, não é total e há posicionamentos e apropriações dos usuários que pervertem seu propósito. Seus usuários, por outro lado, também participam e alimentam seu funcionamento. Ali depositam seus elementos subjetivos, orientados no sentido do encontro, parceria e solidariedade ou no sentido da destruição e violência.

## **5.2. Conclusão**

A sociedade atual se organizou ao longo da história de tal maneira que exerce primazia sobre os interesses dos indivíduos. A imposição violenta de sua dominação, garantida pela necessidade de sobrevivência, atinge o indivíduo em seu corpo e em sua subjetividade. Como assinala Hobsbawm (1977/2016), o Estado moderno, diante do avanço do movimento operário que exigia transformação, passa a operar por meio da demagogia, além da força. No capitalismo liberal, as relações de poder são justificadas por ideologias, contudo em seu avanço, a racionalidade individualista regride a racionalidade tecnológica, a razão subjetiva predomina sobre a objetiva. As ideias humanitárias foram esvaziadas de seu conteúdo e os fins relativizados para o atendimento de interesses hegemônicos irracionais.

O avanço tecnológico que difundiu o trem e o telégrafo propiciou a imposição do capitalismo como modo de produção global, o que resultou em enriquecimento exorbitante e, correspondentemente, agravou a desigualdade social. O progresso da socialização vai encerrando os espaços para a autonomia e liberdade. Todavia, como a apropriação subjetiva da socialização apresenta um limite à unificação do todo, no capitalismo de monopólios, a uniformização dos indivíduos é operada sistematicamente pelos mecanismos altamente refinados da indústria cultural.

Oferece-se a pseudocultura para apropriação e formação, cerceando as possibilidades de diferenciação, uma vez que a subjetividade se forma apenas pela apropriação da cultura. Pressionados de todos os lados, os indivíduos são restringidos na formação de sua humanidade; o desenvolvimento de faculdades como o pensamento, a imaginação e a memória é prejudicado.

A capacidade de amar também vai sendo minada pelos processos sociais, como a apropriação do princípio de troca que dissolve as diferenças, o desvio da libido para o trabalho, a formalização do pensamento que torna a opressão uma virtude, a inibição das pulsões parciais, a reificação do corpo, entre outros. O encontro com o outro, como espaço para a formação das faculdades subjetivas, com seu potencial humanizante, vai sendo obstado e a frieza é difundida na sociedade. Se institui a tendência social de expropriação do amor.

A oferta de mediação do contato entre as pessoas por plataformas *online* promete facilitar o encontro e ampliar as redes sociais em um espaço à parte da realidade, onde as pessoas possam se expressar livremente. Entretanto, o que se pôde observar, a partir das pesquisas escolhidas em revisão, é que as plataformas *online* não se encontram dissociadas da realidade, porque nelas se reproduzem as determinações sociais, as contradições e violência da sociedade. Não é um espaço livre e não se pode ser quem se quer sem consequências.

O formato das plataformas denuncia seu objetivo mercantil. As redes sociais se configuram como centros especializados em coleta de dados pessoais, captados em toda sua amplitude. O processamento desses dados em volumes inimagináveis garante a previsão e manipulação da ação, essencial não só para as vendas, mas também para o controle da população. Assim, sua forma reificante transforma seus usuários em produtores de dados sobre si mesmos. Seu esquematismo determina como seus usuários devem se expor e como devem qualificar uns aos outros. O contato com o outro fica atravessado por esses interesses, porém de modo sutil, imperceptível - a plataforma se faz perceber como neutra, apenas um meio útil e gratuito. Como a produção de dados é o objetivo, é importante que seus usuários passem ali mais tempo, o que se alcança, por exemplo, com *timelines* infinitas com conteúdos escolhidos por algoritmos especializados. O propósito inicial de entrar em contato com o outro vai se ofuscando pela operacionalidade das plataformas.

Os usuários, por sua vez, depositam nas plataformas não apenas informações convencionais sobre si, mas também seus desejos, suas necessidades,

seus conflitos, seus preconceitos, sua intimidade. Utilizam as plataformas para encontrarem pessoas novas, procurar relacionamentos, fazer a manutenção de seus relacionamentos, stalkear, fazer discurso de ódio. Podem utilizá-las para fins de vida e para fins de destruição.

Os relacionamentos amorosos que se estabelecem apenas com a mediação das plataformas podem prosperar e trazer importantes experiências de amor, no entanto, são prejudicados pela forma. A deformação da linguagem para se enquadrar no meio dificulta a clareza da comunicação, prejudicando o estabelecimento do compromisso e dos acordos da relação, aumentando o índice de infidelidade (Haack & Falcke 2013). Contudo, tais limites ainda são percebidos, pois as pessoas expressam o desejo de encontrar sua parceria presencialmente.

Em conclusão, a deficiência na capacidade de amar vem se produzindo como uma tendência social que se intensificou com o estabelecimento do capitalismo e o avanço da socialização. As plataformas *online* se articulam a essa tendência ao expropriar o investimento em relacionamentos amorosos para produzir lucro, para abastecer seu próprio funcionamento. A libido mobilizada para o encontro com o outro é diluída na operação das plataformas que prometem facilitá-lo e, quando menos se percebe, a procura pelo outro se tornou um jogo, um entretenimento do tempo livre, um passatempo; já se depositou uma quantidade enorme de dados pessoais e o almejado calor do outro está fora de alcance. O desejo do encontro, tão sufocado pela realidade social, é mais uma vez ludibriado pelas plataformas *online*. Mais uma vez o amor é expropriado.

Cada vez mais o amor só pode se estabelecer como obstinada contrapressão. A liberdade para amar depende da transformação desta sociedade, mas ao mesmo tempo, o amor, em sua clandestinidade, pode abrir caminhos para a humanização tão necessária.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender, por meio de aprofundamento teórico, um conjunto de tendências sociais que se impõem sobre o corpo e a subjetividade dos indivíduos. A dominação, agravada no modo de produção capitalista, vai se exercendo por processos como a instrumentalização da razão associada ao progresso tecnológico, a exploração do trabalho, o controle do prazer, a indústria cultural, a pseudocultura, a mais-repressão, o princípio de desempenho, criando uma pressão claustrofóbica sobre o indivíduo.

Pensar o amor nesse contexto retira-o de seu lugar ideal imaculado e o traz para uma realidade concreta que o deforma. Ainda, atribui ao amor um papel político ativo de resistência e transformação. Certamente, o amor não pode se desenvolver plenamente sem a transformação efetiva da sociedade - a deficiência da capacidade de amar é de todos - mas em sua persistência cria espaços para aquilo que não condiz com a violência do todo: um amor obstinado e clandestino.

Para a análise da mediação realizada por plataformas *online* do investimento em relacionamentos amorosos, se identificou como principal tendência social a expropriação do amor, realizada pelo aprisionamento das pulsões ao funcionamento da totalidade.

A revisão integrativa da literatura sobre *relacionamentos online* evidenciou, ao menos nas bases de dados utilizadas (SciELO e BVS), as poucas pesquisas sobre a temática e uma quantidade ainda mais reduzida de trabalhos que se orientam por perspectivas críticas. Embora a maioria dos artigos fosse da área de Psicologia, apenas a Psicanálise lacaniana apareceu como abordagem teórica principal da área, orientando dois trabalhos. A revisão tem seu próprio recorte, o que limita seu alcance, porém não se encontrou nenhum trabalho orientado pela perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade. Desse modo, esta pesquisa abre um caminho de compreensão do fenômeno, colaborando com o seu debate.

As pesquisas revisadas tendiam a delimitar como objeto de estudo as experiências dos usuários e seus relacionamentos. Já as plataformas como estruturas determinantes ou não apareciam, ou ficavam menos evidentes ou suas propriedades eram atribuídas aos usuários. A partir da Teoria Crítica, foi possível resgatar para a discussão a centralidade da mediação das plataformas. Por meio dos dados coletados na revisão, se deduziu que as plataformas não apenas limitam

em vários aspectos o contato entre seus usuários, mas também oferecem um formato modelado para a extração de dados. Para potencializar essa extração, as plataformas se organizam de modo a manter seus usuários *online* o máximo de tempo possível, desviando-os de seu propósito inicial - entrar em contato com o outro. Assim, essas plataformas operam mais uma vez a tendência de expropriação do amor. A libido mobilizada para o contato com o outro, que poderia promover experiências humanizantes, é absorvida na manutenção do aparato.

Portanto, a pesquisa atinge o objetivo de indicar a relação da mediação das plataformas online com as tendências sociais que incidem destrutivamente sobre o desenvolvimento da capacidade de amar.

As contribuições da presente pesquisa teórica se configuram na apresentação da Teoria Crítica como perspectiva para debate do fenômeno, na construção de uma fundamentação teórica que articula o amor à realidade social e na realização da crítica da mediação oferecida por plataformas *online* ao contato. Espera-se que as análises e conclusões apresentadas possam fomentar novas pesquisas e contribuir com as atuações clínicas e educacionais. Certamente, o acréscimo de investigação empírica deve proporcionar o aprofundamento dessas contribuições.

Nesse sentido, é possível apontar algumas possibilidades para pesquisas futuras. De início, deve-se enfatizar a necessidade de pesquisas críticas que sustentem a relação entre sociedade e indivíduo em suas análises, evitando a reprodução de ideologias que negam um ou outro âmbito.

Pesquisas que façam a análise da dimensão formal dessas plataformas podem trazer importantes contribuições, pois poderão demonstrar quais estratégias são utilizadas para o processo de extração de dados e para o desvio da proposta inicial, ou seja, como a busca de contato com o outro é desviada para o entretenimento. Também podem demonstrar como a forma interfere diretamente na qualidade do contato, no sentido de ir além da indicação de um prejuízo para o apontamento de como este se dá.

Outra possibilidade é investigar a percepção das pessoas a respeito da mediação, isto é, delinear como a ideologia das redes sociais se apresenta e como é recebida pelos usuários. Observar como estes lidam com a extração contínua de sua privacidade e se há práticas de resistência.

Considerando o amor como uma capacidade que compõe o desenvolvimento humano, são necessárias as pesquisas que tenham por sujeitos as crianças e os

adolescentes, que crescem em contato constante com essa mediação. As pesquisas já realizadas investigam adultos. São pesquisas que indicam que as pessoas ainda procuram encontrar o outro presencialmente. Mas, com o acesso cada vez mais precoce e mais intenso, não é possível predizer as mesmas constatações para as novas gerações.

Enfim, desvelando o que nos expropria da vida, a pesquisa pode apontar para aquilo que ainda vive e resgatar o papel do amor na luta social.

## Referências

- Acselrad, M. & Barbosa, R. R. L. (2017). O amor nos tempos do Tinder: uma análise dos relacionamentos amorosos na contemporaneidade a partir da compreensão de adultos e jovens adultos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(1), 161-180, 2017. Recuperado em 04 de agosto de 2022, de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-915634>
- Adorno, T. W. (1992a). 21: Não se aceitam trocas. In. L. E. Bicca (Trad.), *Minima Moralia*. (pp. 35-36). São Paulo: Editora Ática S. A. (Original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (1992b). 110: Constanze. In. L. E. Bicca (Trad.), *Minima Moralia*. (pp.150-151). São Paulo: Editora Ática S. A. (Original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (1992c). 104: Golden Gate. In. L. E. Bicca (Trad.), *Minima Moralia*. (p.144). São Paulo: Editora Ática S. A. (Original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (1992d). 114: Heliotrópio. In. L. E. Bicca (Trad.), *Minima Moralia*. (pp.155-156). São Paulo: Editora Ática S. A. (Original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (1992e). 100: Sur L'eau. In. L. E. Bicca (Trad.), *Minima Moralia*. (pp.137-138). São Paulo: Editora Ática S. A. (Original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (1992f). Dedicatória. In. L. E. Bicca (Trad.), *Minima Moralia*. (pp. 7-11). São Paulo: Editora Ática S. A. (Original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (1992g). 90: Instituição para surdos-mudos. In. L. E. Bicca (Trad.), *Minima Moralia*. (pp.120-121). São Paulo: Editora Ática S. A. (Original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (1995). Educação após Auschwitz. In. W. L. Maar (Trad.), *Educação e Emancipação*. (pp. 119-138). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1971).
- Adorno, T. W. (2002). Tempo Livre. In. *Indústria cultural e sociedade - Theodor W. Adorno*. (pp.103-117). São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1969).
- Adorno, T. W. (2004). Teoría de la pseudocultura. In. A. G. Ruiz (Trad.), *Th. W. Adorno Escritos sociológicos I, Obra completa 8*. (pp.86-113). Madrid: Ediciones Akal. (Original publicado em 1959).
- Adorno, T. W. (2015). Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In. V. Freitas (Trad.), *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise / Theodor W. Adorno*. (1a ed.). (pp. 153-189). São Paulo: Editora Unesp. (Original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (2015). Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In. V. Freitas (Trad.), *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise / Theodor W. Adorno*. (1a ed.). (pp. 71-135). São Paulo: Editora Unesp. (Original publicado em 1955).

- Adorno, T. W. (2015). Tabus sexuais e direito hoje. In. V. Freitas (Trad.), *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise / Theodor W. Adorno*. (1a ed.). (pp.199-228). São Paulo: Editora Unesp. (Original publicado em 1963).
- Alexandre, V. S. (2019). *A apropriação do inconsciente na sociedade administrada: um estudo teórico a respeito da dimensão psíquica da dominação*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 03 de Junho de 2022, de: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18072019-151053/pt-br.php>
- Antunes, D. C. & Maia, A. F. (2018). Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia USP*, 29(2), 189-199. Recuperado em 20 de agosto de 2022, de: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157663?locale-attribute=es>
- Azevedo, S. F. L. (2019). A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual. *História* (São Paulo), 38, e2019053. Recuperado em 13 de agosto de 2022, de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221065057044>
- BBC Brasil (14 fev., 2013). Linha do tempo: A tecnologia e os encontros amorosos. *BBC Brasil*. Recuperado em 19 de setembro de 2020, de: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130214\\_what\\_if\\_dating\\_timeline](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130214_what_if_dating_timeline)
- Beleli, I. (2017). Reconfigurações da intimidade. *Estudos Feministas*, 25(1), 337-346, jan.-abr. 2017. Recuperado em 04 de agosto de 2022, de: <https://www.scielo.br/j/ref/a/YnFdBybc7XNgCsqvw5wPZkx/?lang=pt>
- Beltrão, T. (04 dez., 2017). Divórcio demorou a chegar no Brasil. *Senado Notícias*. Recuperado em 14 de agosto de 2022, de: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>
- Carone, I. (2013, mai./set.). Indústria Cultural e Indústrias Culturais: alguns apontamentos. *Impulso*, 23 (57), 9-17. Recuperado em 23 de junho de 2022 de: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/1810>
- Castelo, R.; Ribeiro, V. & Rocamora, G. (2020, Fev. 07). Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. *Serviço Social & Sociedade* [online]., 137, 15-34. Recuperado em 06 de maio de 2022, de: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.199>. ISSN 2317-6318.
- Cetic.br (2019). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros : TIC domicílios 2018*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Recuperado em 17 de setembro de 2020, de: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>



- Cetic.br (2021). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros : TIC domicílios 2020*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Recuperado em 10 de agosto de 2022, de: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic\\_domicilios\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf)
- Costa, J. F. (1998). Utopia sexual, utopia amorosa. In. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. (pp. 23-78). Rio de Janeiro: Rocco.
- Crochík, J. L. (2011a). Apontamentos sobre o Narcisismo da Perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade. In. *Teoria Crítica da Sociedade e Psicologia: alguns ensaios*. (pp.177-223). Araraquara: Junqueira&Marin; Distrito Federal: CNPq.
- Crochík, J. L. (2011b). Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia. In. *Teoria Crítica da Sociedade e Psicologia: alguns ensaios*. (pp.101-115). Araraquara: Junqueira&Marin; Distrito Federal: CNPq.
- Crochík, J. L., Silva, P. F. da, Lourenço, A. da S., Freller, C. C. & França, F. (2019). Componentes psíquicos das ideologias no mundo administrado. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(1), 79-95. Recuperado em 23 de maio de 2022, de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202019000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000100007&lng=pt&nrm=iso)
- De Castro, J. C. L. (2014). O amor virtual como instância de empreendedorismo e de reificação. *Galáxia*, 27, 72-84, jun. 2014. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de: <https://www.scielo.br/j/gal/a/bVHn5R37ct7nCdnQHH6LsLb/?lang=pt#>
- Fernandes, F. (1975). Padrões de dominação externa na América Latina. In. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. (pp. 11-32). Rio de Janeiro: Zahar editores. (Original publicado em 1972).
- Ferreira, J.P, Inouye, K. & Miskolci, R. (2020). Homens homossexuais idosos e de meia-idade nas mídias digitais: autodescrição, apoio social e qualidade de vida. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(2), 1-25. Recuperado em 07 de agosto de 2022, de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1125346>
- Fonseca, V. P. da S. (2003, jul./dez.). Indústrias Culturais e Capitalismo no Brasil. *Em Questão*, 9(2), 309–326. Recuperado em 10 maio, 2022, de: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/76>
- Franciscatti, K. V. S. (2005). Formação e Barbárie: aquém do princípio de prazer; ainda sob o medo. In. *A maldição da individualização: reflexões sobre o entrelaçamento prazer-medo e a expressão literária*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Franco, M. (20 ago., 2021). Conheça os apps de relacionamento mais populares no Brasil. TechTudo. Recuperado em 11 de agosto de 2022, de:

<https://www.techtudo.com.br/listas/2021/08/conheca-os-apps-de-relacionamento-mais-populares-no-brasil.ghtml>

- Freud, S. (2010). Introdução ao Narcisismo. In. P.C. Souza (trad.), *S. Freud, Obras completas. Volume 12*. (pp. 13-50). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In. P. C. Souza (Trad.), *Obras Completas, Volume 18*. (13-122). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (2011). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In. P.C. Souza (trad.), *S. Freud, Obras completas. Volume 15*. (pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (2011). A perda da realidade na neurose e na psicose. In. P.C. Souza (trad.), *S. Freud, Obras completas. Volume 16*. (pp. 214-221). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1924)
- Freud, S. (2016). Três Ensaio sobre a Sexualidade. In. P.C. Souza (trad.), *S. Freud, Obras completas, Volume 6*. (pp. 13-172). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (2015) A Moral Sexual “Cultural” e o Nervosismo Moderno. In. P.C. Souza (trad.), *S. Freud, Obras completas, Volume 8*. (pp. 359-389). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1908)
- G1 (04 jul., 2022). Apple retoma 1º lugar em ranking de marcas mais valiosas do mundo; Louis Vuitton lidera entre marcas de luxo. *G1*. Recuperado em 22 de agosto de 2022, de: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/04/apple-retoma-1o-lugar-em-ranking-de-marcas-mais-valiosas-do-mundo-louis-vuitton-lidera-entre-marcas-de-luxo.ghtml>
- Gomes, H. S. (12 jun., 2018). Brasil é 2º maior mercado do 'Império do amor', empresa que fatura US\$ 1,1 bilhão com relacionamento online. *G1*. Recuperado em 18 de setembro de 2020, de: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-e-2o-maior-mercado-do-imperio-do-amor-empresa-que-fatura-us-11-bilhao-com-relacionamento-online.ghtml>
- Haack, K. R. & Falcke, D. (2013). Infidelid@de. com: infidelidade em relacionamentos amorosos mediados e não mediados pela Internet. *Psicologia em Revista*, 19(2), 305-327. Recuperado em 01 de agosto de 2022, de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-717619>
- Haack, K. R. & Falcke, D. (2017). Rel@cionamentos.com: Diferenciando os Relacionamentos Amorosos Mediados e não Mediados pela Internet. *Revista Colombiana de Psicología*, 26(1), 31-44. Recuperado em 06 de agosto de 2022, de:

[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-54692017000100031&lang=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-54692017000100031&lang=pt)

- Hobsbawm, E. J. (1991). *A era das revoluções, 1789-1848*. (8ª ed.). São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1962).
- Hobsbawm, E. J. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1994).
- Hobsbawm, E. J. (2016). *A era do capital, 1848-1875*. (24ª ed.). São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1977).
- Hobsbawm, E. J. (2016). *A era dos impérios, 1875-1914*. (20ª ed.). São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1988).
- Horkheimer, M. (1986a). De dentro afuera. In. J. M. Ortega (Trad.), *Ocaso*. (p.29). Barcelona: Editorial Anthropos. (Original publicado em 1934).
- Horkheimer, M. (1986b). El destino justo. In. J. M. Ortega (Trad.), *Ocaso*. (pp. 37-38). Barcelona: Editorial Anthropos. (Original publicado em 1934).
- Horkheimer, M. (1986c). “El dinero hace sensuales” (aforismo berlinés). In. J. M. Ortega (Trad.), *Ocaso*. (p.116). Barcelona: Editorial Anthropos. (Original publicado em 1934).
- Horkheimer, M. (2015). Meios e fins. In. C. H. Pissardo (Trad.), *Eclipse da Razão*. (1ª ed.). (pp.11-68). São Paulo: Editora Unesp. (Original publicado em 1947).
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973a). Ideologia. In. A. Cabral (Trad.), *Temas Básicos da Sociologia*. (pp. 184-205). São Paulo: Editora Cultrix. (Original publicado em 1956).
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973b). Sociedade. In. A. Cabral (Trad.), *Temas Básicos da Sociologia*. (pp.25-44). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1956).
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973c). Indivíduo. In. A. Cabral (Trad.), *Temas Básicos da Sociologia*. (pp.45-60). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1956).
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973d). Cultura e Civilização. In. A. Cabral (Trad.), *Temas Básicos da Sociologia*. (pp.93-104). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1956).
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973b). Sociedade. In. A. Cabral (Trad.), *Temas Básicos da Sociologia*. (pp.25-44). São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1956).

- Horkheimer, M. & Adorno, T. (2006a). O Conceito de Esclarecimento. In. G. A. Almeida (Trad.), *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (pp.17-46). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1947).
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (2006b). Excurso I - Ulisses ou Mito e Esclarecimento. In. G. A. Almeida (Trad.), *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (pp.47-70). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1947).
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (2006c). A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In. G. A. Almeida (Trad.), *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (pp.99-138). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1947).
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (2006d). Excurso II - Juliette ou Esclarecimento e Moral. In. G. A. Almeida (Trad.), *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (pp.71-98). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1947).
- Horkheimer, M.; Adorno, T. W. (2006e). Interesse pelo Corpo. In. G. A. Almeida (Trad.), *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (pp.190-194). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1947).
- Imme, A. (21 jan., 2020). Ranking das redes sociais: as mais usadas no Brasil e no mundo, insights e materiais gratuitos. *Resultados Digitais*. Recuperado em 17 de setembro de 2020, de: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>
- Lee, S. (14 fev., 2016). The History of Online Dating From 1695 to Now. *Huffpost*. Recuperado em 19 de setembro de 2020, de: [https://www.huffpost.com/entry/timeline-online-dating-fr\\_b\\_9228040](https://www.huffpost.com/entry/timeline-online-dating-fr_b_9228040)
- Lima, N. L., Moreira, J. O., Stengel, M. & Maia, L. M. M (2016). As redes sociais virtuais e a dinâmica da internet. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 9(1), 90-109, jan.-jun. 2016. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-883406>
- Linha do Trem (2020). Sem título. Acesso em 17 de janeiro de 2021. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CD\\_9REFntH-/](https://www.instagram.com/p/CD_9REFntH-/)
- Marcuse, H. (1972). *Eros e Civilização*. (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Original publicado em 1955).
- Marcuse, H. (1999). Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In. D. Kellner (Ed.), M. C. V. Borba (Trad.), *Tecnologia, guerra e fascismo*. (1a ed.). (pp.71-104). São Paulo: Editora Unesp. (Original publicado em 1941).
- Marcuse, H. (2015). A conquista da consciência infeliz: dessublimação repressiva. In. *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. (pp. 85-106). São Paulo: Edipro. (Original publicado em 1964)

- Marx, K. (2017). Capítulo 1 - A Mercadoria. In. R. Enderle (Trad.), *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. (pp.113-158). 2ª ed. São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1867)
- Match Group (2022). Our Company. Recuperado em 13 de maio de 2022, de: <https://mtch.com/ourcompany>.
- Moreira, J. O., Lima, N. L., Stengel, M., Bento, H. L. G., Santos, L. F. P. & Costa, G. B. (2017). O amor e o stalker: novos recursos para a vigilância nas redes sociais. *Revista em Psicologia*, 23(1), 106-122, jan. 2017. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-984858>
- Nicolaci-da-Costa, A. M. (2005). Sociabilidade virtual: separando o joio do trigo. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 50-57. Acesso em 01 de outubro de 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-71822005000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822005000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Petry, F. B. (2013). O conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer. *Cadernos de Filosofia Alemã*, 22, 31-48.
- Salgado, M. & Vaz, A. F. (2020). As faculdades da mimese, imaginação e memória na infância: o entrelaçar do amor e do pensamento. *Educação em Revista* [online]. 2020, v. 36. Recuperado em 26 de julho de 2022, de: <https://doi.org/10.1590/0102-4698224960>
- Santoro, V. C. (2016). O amor nos tempos de internet. *Estudos de Psicanálise*, (45), 167-170, jul. 2016. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-69503>
- Santos, S. C. (2021). Tinder: uma etnografia sobre encontros, socialidades e experimentações de si. *Mana: estudos de antropologia social*, 27(2), 1-33. Recuperado em 08 de agosto de 2022, de: <https://www.scielo.br/j/mana/a/7QDDSNWfr8yJRbJ9pFjPTtz/?lang=pt#>
- Silva, P.F.; Gonçalves Junior, G. & Santa-Rosa, E. J. (2014, abr.). Pseudoformação e violência: impactos da socialização direta na constituição da personalidade. *Revista Subjetividades*, 14(1), pp. 29-41. Recuperado em 27 de junho de 2022, de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692014000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000100004)
- Teixeira Primo, A.; Valiati, V.; Lupinacci, L.; Barros, L. (2017). Conversações fluidas na cibercultura. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, 24(1). Recuperado em 24 de setembro de 2020, de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=4955/495553930011>
- Vasconcelos, M. F. F. & Zago, L. F. (2015). Mercado da/de carnes: corpos imprevistos na biopolítica. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 219-227,

set.-dez. 2015. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de:  
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-770181>

Volpato, B. (23 mai., 2022). Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, insights e materiais gratuitos. *Resultados Digitais*. Recuperado em 11 de agosto de 2022, de:  
<https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>

Will Tirando (2016). Netflix. Acesso em 17 de janeiro de 2021. Disponível em:  
<http://www.willtirando.com.br/netflix/>

Zuboff, S. (2020). II. Renderização do eu. In. G. Schlesinger (Trad.), *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder*. (pp. 309-323). Rio de Janeiro: Intrínseca.